

Centro de Estudos Estratégicos da Marinha

## CADERNOS NAVAIS

N.º 60 – Abril – Junho de 2021

# Nação, Estado e novos Poderes sem fronteiras

João Freire



Edições Culturais da Marinha

LISBOA

Centro de Estudos Estratégicos da Marinha

**CADERNOS NAVAIS**

N.º 60 – Abril – Junho de 2021

# **Nação, Estado e novos Poderes sem fronteiras**

**João Freire**

Edições Culturais da Marinha

LISBOA

O Centro de Estudos Estratégicos da Marinha (CEEM) foi criado pelo Despacho número 13/18, de 12 de abril, do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA), sucedendo ao Grupo de Estudos e Reflexão Estratégica (GERE), cuja origem remonta ao ano de 1999.

O CEEM, situado na direta dependência do Almirante CEMA, tem como principais incumbências a reflexão e o estudo nas áreas da estratégia marítima, doutrina naval e projeção externa da Marinha.

No âmbito das suas competências, o CEEM promove a publicação de textos sobre temas da sua vocação, através das coleções dos Cadernos Navais, editados pela Comissão Cultural da Marinha.

**TÍTULO:**

Nação, Estado e novos Poderes sem fronteiras

**COLEÇÃO:**

Cadernos Navais

**NÚMERO ANO:**

60/Abril-Junho 2021

**EDIÇÃO:**

Comissão Cultural de Marinha  
Centro de Estudos Estratégicos da Marinha (CEEM)

**ISBN: 978-989-9065-02-4**

Depósito legal n.º 183119/02

**EXECUÇÃO GRÁFICA:** Instituto Hidrográfico/Luís Gonçalves

**TIRAGEM:** 230 exemplares

# O AUTOR

## João Carlos de Oliveira Moreira Freire

**Sociólogo, professor catedrático aposentado e Professor Emérito do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, membro-correspondente da Academia de Marinha**

Nascido em Lisboa em 1942, filho e neto de oficiais do Exército. Casado, com um filho e três netos. Antigo aluno do Colégio Militar, da Escola Naval e oficial da Armada.

Foi operário industrial em França. Desportista, foi campeão nacional de esgrima e representou Portugal em campeonatos do mundo; também praticante de vela e caminheiro. Fundador e animador de várias iniciativas de cidadania.

Formado em ciências políticas e sociais pelo *Institut d'Études Politiques* da Universidade de Paris. Doutor em Sociologia pela Universidade Técnica de Lisboa e Agregado pelo ISCTE. Nesta escola foi professor-bibliotecário, presidente do Departamento de Sociologia e presidente do Conselho Científico. Colaborador na Biblioteca Nacional.

Tem mais de 50 livros e cerca de 180 artigos, resenhas e capítulos de livros publicados. Após a aposentação, tem-se dedicado à investigação e publicação de diversas obras sobre a Marinha e a moderna colonização portuguesa.



# ÍNDICE

6	<b>Agradecimentos</b>
7	<b>Preâmbulo</b>
9	<b>1ª PARTE Um pouco de História</b>
11	1. Um Estado, uma classe social e um povo, antes de uma Nação Estados de diverso tipo
25	2. Portugal: expansão e nação
32	A aventura marítima
41	A Nação
44	Uma nota sobre a Marinha pré-moderna
47	3. O Mundo Moderno, tal como o Ocidente o forjou
50	A Modernidade: realizações e fraquezas
57	Pós-industrial ou pós-moderno?
61	<b>2ª PARTE Bosquejos de Polemologia</b>
63	4. A Guerra, quem a faz e de que modo
70	A condição, a lógica e a ordem castrense
76	A evolução técnica
80	“Guerra fria” e “era atômica”
82	A “guerra revolucionária”
95	5. Uma arriscada prospectiva
96	Progresso técnico
103	Políticas globais
106	Desenvolvimentos sociais
109	Geopolítica mundial
113	O poder militar
120	O caso de Portugal
127	Bibliografia
133	CADERNOS NAVAIS

## Agradecimentos

Um agradecimento é devido ao antropólogo Eduardo da Conceição Me-deiros, ao embaixador António Jorge Mendes e ao vice-almirante António Rebelo Duarte pelas revisões que fizeram a algumas partes do original. E à doutora Maria Cristina Fernandes Rodrigues, pelos conselhos e observações críticas com que me distinguiu ao longo de toda esta escrita. Agradeço ainda ao vice-almirante Lopo Cajarabille as sugestões feitas ao original e as ajudas pontuais dos amigos António Oliveira Bento, Ricardo Benoliel e Inês Amorim, bem como o encorajamento que recebi de Jorge Correia Jesuíno.

Fiquei também sensibilizado pela oportunidade que me foi facultada para colaborar nestes *Cadernos Navais*.

J.F.

# Preâmbulo

Este é um ensaio que gira em torno das noções anunciadas no título, preocupado com os problemas da actualidade deste início do século XXI, mas que penetra com alguma profundidade no âmago da Modernidade social das duas últimas centúrias e vai também alimentar-se de exemplos mais recuados e com maior consolidação historiográfica<sup>1</sup>.

Os pontos de apoio desta reflexão pessoal assentam no trabalho de investigação feito nos últimos anos, numa perspectiva de cidadania, versando diversos temas sobre a Marinha portuguesa nos dois séculos mais recentes, mas também sobre alguns processos da nossa coeva presença no Ultramar e, de maneira mais distante ou pontual, sobre os grandes conflitos internacionais que moldaram o mundo geopolítico actual, bem como a sua fragmentada sociedade pós-moderna. Paralelamente, sempre sobre estas análises foram plasmadas referências às dinâmicas económicas vigentes, à evolução e resistência das estruturas sociais, ao papel das culturas dominantes (e dominadas) e à sua imperfeita consignação nos registos do direito positivo. As bases teóricas da sociologia estão aqui subjacentes, bem como alguns rudimentos de antropologia, e decerto muito da história das ideias políticas. A sumária visitação de tempos mais recuados do processo histórico – português e ocidental, sobretudo – permitiu também algumas generalizações mais arriscadas, que o carácter ensaístico deste escrito pode talvez autorizar.

O presente trabalho está estruturado em 2 Partes e 5 pontos capitulares. Na Iª Parte desenvolve-se uma perspectiva histórica em torno dos conceitos de Estado e de Nação, propondo-se uma determinada visão do seu agenciamento, passando pela sucessiva incursão em tempos históricos mais antigos (com alguma ousada lente antropológica), pelo caso de Portugal e do seu processo de expansão marítima, e, finalmente, pela Modernidade dos últimos dois séculos, aqui com uma focagem mais notoriamente proto-sociológica.

A IIª Parte tem uma natureza e intuito algo diferentes. Num 4º ponto tentam-te algumas aproximações interpretativas dos fenómenos da guerra e da estrutura e *ethos* dos corpos militares (e da Marinha em particular), sempre sem perder de vista as sociedades de onde emanam, os poderes que nela se impõem e as culturas que, de uma maneira menos totalizante mas mais diversa, a vão trabalhando. No derradeiro ponto, esboçam-se apenas algumas hipóteses exploratórias do mundo que se abre à Humanidade neste século XXI.

Tudo isto tem por base apenas a bibliografia<sup>2</sup> ao alcance da mão, que as condições actuais melhor não permitem. Mas estas notas de leitura e por vezes as abundantes e alargadas citações não servem senão para tentar sustentar algumas ideias e hipóteses exploratórias que são da exclusiva responsabilidade do autor.

---

<sup>1</sup> O autor não utiliza o novo Acordo Ortográfico.

<sup>2</sup> As obras elencadas no final correspondem a todas as referidas ou citadas no texto.





# **Iª Parte**

## **Um pouco de História**

Procura-se aqui fundamentar a tese da anterioridade do Estado relativamente à Nação, revisitando um conjunto amplo de referências históricas antigas, o caso de Portugal e o desenvolvimento do mundo Moderno, com o mais recente início da crise do seu Estado.



# 1. Um Estado, uma classe social e um povo, antes de uma Nação

Sendo uma entidade política das mais antigas no espaço europeu, Portugal é um bom analisador do processo de constituição de uma Nação.

Ao contrário do que a história oficial sempre divulgou, Portugal existe desde meados do século XII – e vai, portanto, a caminho de nove séculos de existência – mas, como Nação, é bem mais recente do que isso.

Para fundamentar esta posição, ainda que em breves e simples palavras de cidadão, é conveniente recordar quais são os principais elementos deste conceito, tendo em atenção os fundamentos da Ciência Política contemporânea e os contributos a ela trazidos pela disciplina das Relações Internacionais; e também sem esquecer os saberes desenvolvidos pela Sociologia ou a Antropologia, e as revisões mais recentes produzidas pela Historiografia (como versão mais recente de uma História científica).

O que segue é, pois, a síntese própria – e da qual o autor assume os riscos, estando pronto a reconhecer os erros de análise que lhe possam, com a devida fundamentação, ser apontados – que resultou da integração do que pôde ser aproveitado destas várias fontes de conhecimento para um exercício de reflexão própria. Partindo dos factos da História política, social, económica, cultural e militar, procurámos desenhar um cenário de interpretação do nosso presente mundo global (com o lugar que nele cabe a Portugal) e das linhas estratégicas que aí se denotam. Tivemos em vista principalmente o período mais recente do que chamamos Modernidade (que, no essencial, corresponde aos últimos dois séculos), período esse que pode talvez projectar algum tipo de previsão para as décadas mais próximas.

## Estados de diverso tipo

Podemos falar de *nação* quando estamos perante a existência de três factores fundamentais. Em primeiro lugar, *uma formação social* (uma *sociedade*, para dizer mais simples) de certa extensão e suficientemente consolidada, no seio da qual se desenvolve todo um conjunto de interacções que provocam dinamismos vários (uniões matrimoniais e descendência, educação, divisão do trabalho e de papéis sociais, especializações, trocas materiais, simbólicas e de entreatajuda) e, ao mesmo tempo, consciência-de-si, como colectividade, no sentido de que cada um dos seus membros individuais se reconhece minimamente como dela fazendo parte: pensa com um *eu*, mas considera também um *nós*, referente a esse conjunto muito mais amplo e extra-pessoal.

Em segundo lugar, logo depois (nalguns casos, desde já há muitos séculos, ou mesmo milénios), um novo passo foi dado quando essa população se fixou num determinado *território*, no quadro do processo de sedentarização que foi caracterizando o povoamento dos continentes menos inóspitos para a vida humana (estamos a pensar sobretudo nas zonas temperadas do continente europeu e da Ásia, subtropicais da América, África e Australásia). As condições ambientais, climáticas, de recursos para a sobrevivência do grupo, condicionaram também alguns dos traços da sua especificidade identitária.

Em terceiro lugar, esta estabilização, ao longo dos tempos, decerto terá favorecido a emergência e estruturação de uma *cultura*, isto é: um veículo de comunicação verbal entendível, um conjunto de representações mentais e de práticas sociais simbólicas que, ajudando a consolidar o sentido individual de pertença àquela comunidade, projectam o seu imaginário para além nas necessidades quotidianas e constroem uma narrativa plausível da sua existência (individual e colectiva) ao mesmo tempo que disciplinam os comportamentos através de um certo número de rituais, de obrigações e interditos.

Pertencem, assim, a esta esfera cultural: a produção colectiva de um *idioma* (oral, primeiro; escrito, depois), e a possibilidade da sua tradução para um entendimento mais amplo; a construção de um sistema de pensamento simbólico – mágico, animista ou *religioso*, consoante o grau ou complexidade da elaboração atingida –; e, com base neste último, a formalização de um conjunto de regras de convivência social, isto é, a emergência de um *direito* (um *quid juris* prescritivo que objectiva os interditos e legitima certos outros actos).

É compreensível que, para a sobrevivência colectiva do grupo humano, o factor económico tenha sempre pesado de forma acentuada, quer no caso das chamadas *comunidades primitivas*, quer muito depois no caso das nações (que aqui nos interessa), quer ainda em outras formas de organização social intermédias ou de outra natureza. A Economia, como ciência – e em especial um certo paradigma teórico muito influente desde meados do séc. XIX –, tendeu por vezes a sobrevalorizar o papel dos sistemas de produção e de troca (mas menos os modos de consumo) na evolução histórica das sociedades humanas. Mas os contributos trazidos modernamente por outras disciplinas das Ciências Sociais e Humanas vieram relativizar esses factores e, em geral, tenderam a integrá-los de forma mais compreensiva e interdependente com dados objectiváveis (por via de vestígios e outras técnicas) relativos aos modos de *fazer* (as práticas sociais) e *de pensar* (as mentalidades) de indivíduos e de sociedades porventura já desaparecidas. Um exemplo: para além da violência agónica pela disputa de um bem de sobrevivência raro, *a guerra* entre comunidades nem sempre terá sido o resultado lógico de um desencontro de interesses económicos; poderá ter resultado de uma competição implacável por melhores pastagens, terrenos de agricultura ou fontes aquíferas. É quase certo que também se tenham desencadeado conflitos violentos entre comunidades por estritos motivos políticos ou cultu-

rais; e que, uma vez rompido o clima de paz, os antagonismos se tenham prolongado por si próprios, com desejos vingadores. Em todo o caso, a sobrevivência de um qualquer agrupamento social está estreitamente vinculada ao sistema económico em vigor, sendo este muito condicionador do seu equilíbrio, bem-estar ou, no mínimo, capaz de permitir a sua subsistência.

Sociedade, território, cultura e economia – eis, pois, os quatro pilares conceptuais sobre os quais podemos começar a pensar no que é, e como se forma, uma *nação*. Cada um destes pilares pode ser encarado teoricamente como um *sistema*, isto é, como uma estrutura de interacções entre vários elementos dinâmicos que se sustentam mutuamente de maneira coerente, mas também com efeitos de retroacção sobre o conjunto, visando um seu melhor desempenho. Ora, o resultado deste jogo de conjunto de quatro sistemas já de si tão complexos remete, necessariamente, para um cenário de múltiplas saídas, isto é: praticamente indeterminado. Como, porém, nos situamos no campo da história, “fintamos” ou iludimos aquela impossibilidade porque, melhor ou pior, conhecemos já os resultados desse *processo histórico*. Em certa medida, para além de continuar a escavar nas fontes de informação disponíveis, o que resta fazer é, verdadeiramente e em modo renovado, a sua *interpretação*.

Avancemos agora um pouco mais no domínio do *sistema social*; ou, dito abreviadamente: de uma sociedade (determinada), ou da sociedade em geral. O seu processo de complexificação levou à estabilização de grupos alargados no seu interior, os quais poderemos aqui designar simplifadamente por *classes*, com tendência para a sua auto-reprodução. Neste sentido, os cidadãos de Atenas e os seus escravos, ou os patrícios de Roma, são classes sociais distintas que passam de pais para filhos essa condição, indefinidamente; ou até a Igreja cristã institucionalizada desde a Alta Idade Média pode ser vista como uma classe social<sup>3</sup>, embora aqui, com a vigência do celibato dos clérigos, por mecanismos de recrutamento e selecção.

É sabido que, com a difusão da filosofia política concebida pelo alemão Karl Marx (1818-1883) a partir de meados do séc. XIX, essas classes passaram a ser vistas exclusivamente como resultantes de uma estrutura social antagónica definida pela posse, ou não, dos *meios de produção*; e assim se teria constituído o processo geral da evolução histórica com base na *luta de classes* (o chamado materialismo histórico). O conhecimento científico adquirido desde então parece permitir desbancar uma tal simplificação e conceber antes uma divisão das sociedades antigas em classes não exclusivamente definidas por aquele critério jurídico-económico relativo à propriedade, não obstante a sua importância dever sempre ser tida em consideração. Mas, de um modo mais plural e compreensivo, as classes sociais – na sua auto-repro-

---

<sup>3</sup> A sua habitual catalogação como “Ordem” ou “estamento” não briga com este conceito adaptado de “classe”.

dução, sinais distintivos próprios, posições de supremacia ou subordinação e eventuais conflitos de interesses – podem também ser definidas por outros critérios, como a consanguinidade, o monopólio de algum instrumento fundamental de poder (por exemplo, as armas, a intermediação exclusiva com o Divino, a expressão escrita ou a capacidade de legislar), ou uma diferente afinidade étnica, cultural ou de outra natureza (até talvez profissional ou partidária).

Por outro lado, através de uma evolução que os especialistas ainda conhecem mal e sobre a qual se confrontam várias teses, constata-se o surgimento e estabilização, em determinadas condições, de um processo de divisão-de-funções e de hierarquização que levou à constituição de um poder político permanente, *organizado e dotado de meios de coacção*: o que poderemos já chamar *um Estado*.

A origem do Estado, como dispositivo estruturado de um *poder político*, provocou alguma controvérsia académica no último século e meio, nos círculos intelectuais mais informados do Ocidente (falamos da Europa e da América do Norte); e também a muita discussão ideológica e política. Hoje, essa querela está bastante desvanecida, porque são outros os termos em que se processam os chamados debates de ideias, porque as ciências sociais e políticas prosseguem prioritariamente os seus caminhos próprios de especialização e operacionalização (com vista a alguma forma de intervenção nas dinâmicas sociais) e também porque talvez o tema tenha perdido atractividade para antropólogos e historiadores.

Para o antropólogo francês Pierre Clastres (1934-1977), com base nas suas investigações no terreno americano, a emergência do Estado em comunidades primitivas teria sido, por assim dizer, fortuita, e precedente de uma divisão em classes dessa sociedade até então basicamente igualitária. Escreve ele: «La division majeure de la société, celle qui fonde toutes les autres, y compris sans doute la division du travail, c'est la nouvelle disposition verticale entre la base et le sommet, c'est la grande coupture politique entre détenteurs de la force, qu'elle soit guerrière ou religieuse, et assujettis à cette force. La relation politique du pouvoir précède et fonde la relation économique d'exploitation. Avant d'être économique, l'aliénation est politique, le pouvoir est avant le travail, l'économique est une derive du politique, l'émergence de l'État détermine l'apparition des classes.»<sup>4</sup>

Com isto, Clastres opõe-se à tese do alemão Friederich Engels (1820-1895) expressa em *Der Ursprung der Familie, des Privateigentums und des Staat*<sup>5</sup>, a qual argumentava que, a partir das sociedades primitivas, fora a divisão do trabalho e a apropriação privada dos meios de produção (terras,

---

<sup>4</sup> Pierre Clastres, *La société contre l'Etat: recherches d'anthropologie politique*, Paris, Minuit, 1974: 169.

<sup>5</sup> *Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Livro publicado originalmente em 1884. Existe uma edição em português da Editorial Presença de 1976, e outra das Edições Avante, de 1986.

rebanhos, instrumentos, etc.) por parte de uma fracção minoritária que teria originado a divisão da sociedade em classes; e só então a classe dominante teria inventado o Estado para garantir e preservar o seu ascendente económico. Esta ideia, não sustentada empiricamente, fora já a que Marx exprimira em anotações feitas ao livro *Ancient Society* (1877) do antropólogo norte-americano Lewis H. Morgan (1818-1881) – que, esse sim, fizera investigação de terreno junto de índios iroqueses – e que Engels retoma à sua conta num registo mais divulgador. Este pressuposto do Estado como um instrumento de dominação social ao serviço de uma classe dominante em termos económicos, acabou por ficar incrustado no âmago das doutrinas e ideologias socialistas forjadas na Europa do século XIX, ainda que frequentemente de forma pouco visível na acção política das forças e correntes nelas inspiradas.

De uma maneira ou de outra, podemos aceitar que o Estado surge bem cedo nas sociedades humanas, um pouco por várias zonas do globo, como um processo inevitável do desenvolvimento social ao longo da história, embora em tempos diferenciados e sem interferências mútuas devido ao isolamento em que estas formações sociais se encontravam, longe e sem contactos entre si. Sabemos que tribos e comunidades Iroquesas e outras mais ao norte, ou etnias Apaches mais para sul do subcontinente norte-americano mantiveram-se até muito tarde (século XIX) sem conhecerem o que era o Estado; e que o mesmo terá acontecido no subcontinente sul-americano, com os povos ameríndios Tupi ou Guarani estudados por antropólogos como o francês Lévi-Strauss (1908-2009) ou o já citado Clastres; tal como também haviam podido observar o inglês Radcliffe-Brown (1881-1955), o polaco Bronislaw Malinowski (1884-1942) ou a americana Margareth Mead (1901-1978) em África, Austrália e nos povos ilhéus do Oceano Pacífico ocidental, embora as preocupações destes últimos não estivessem especialmente focadas nessa questão do Estado. Mas decerto que outras sociedades desconhecidas desta forma de organização política – isto é, sem Estado – também subsistiram em regiões distantes e isoladas, na África, na Australásia ou no Ártico, até bem perto de nós.

Em contrapartida, sabemos por documentos históricos confirmados que o *Egipto dos Faraós* terá sido inaugurado cerca de 3 mil anos AC e que nessa descendência dinástica se encontram já todos os principais elementos constitutivos de um Estado: um dispositivo de governo, com os convenientes conselheiros, capaz de tomar decisões drásticas; um reportório de leis de si emanadas, de cumprimento obrigatório por toda a população abrangida; uma força militar capaz de assegurar a observância de tais leis, a defesa da corte e a execução de certas missões externas; um mecanismo de cobrança forçada de tributos para obter os recursos económicos necessários à sua sustentação; e até, neste caso, a existência de uma economia centralizada que permitiu a edificação de extraordinárias obras arquitectónicas e, mais tarde, a utilização de moeda cunhada, para facilitar as trocas comerciais.



A existência de um Estado nestas sociedades antigas pôde, de facto, ser estabelecida em grande número de casos.

Um pouco a sul daquele troço do Baixo-Nilo, na Núbia (hoje Sudão), o *reino ou império de Axum* manteve-se unificado por cerca de mil anos, desde o tempo de Cristo, e foi herdeiro mítico de uma história milenar que remonta a Salomão e à rainha de Sabá, com as suas fabulosas riquezas. Conhece-se que este Estado se expandiu até à Etiópia, para o norte da Arábia e chegou a ocupar parte da Pérsia, atingindo o seu apogeu por volta do séc. VI. Depois, a expansão árabe-muçulmana sobrepôs-se-lhe em fervor e dinamismo. Mas nele se entronca (ao mesmo tempo que assegurando-lhe alguma continuidade) um novo poder político mais a sul, chegando até à Eritreia e ao Mar Vermelho, que foi de longa duração e que sempre conseguiu resistir à islamização, quer vinda dos vizinhos Árabes, quer mais tarde a dos Turcos otomanos. Essa ordem dinástica tomou o nome de *reino ou império da Etiópia* (ou da Abissínia, por causa dos Abexins que o protagonizaram) constituiu-se cerca do séc. XIII e durou até à Modernidade, na medida que se furtou a qualquer processo de colonização ocidental, beneficiando dos contactos havidos desde a Baixa Idade Média com Estados europeus e da subsistência no seu próprio seio de uma ramificação cristã, a qual terá alimentado entre nós a crença do Preste João, um lendário rei cristão naquelas paragens, que motivou D. João II a enviar-lhe uma embaixada por via terrestre.

Porém, o *islamismo guerreiro*, prosélito e sempre expansionista, alastrou-se com uma rapidez inaudita a partir do séc. VII e dos seus núcleos iniciais da Arábia e da Judeia. Um século depois tinha chegado à Ásia Menor e à Pérsia, dominado todo o norte de África até ao Magrebe e conquistado a Península Ibérica. O seu sistema de governo era de natureza político-religiosa e apresentou variações com a época, a região e certas variedades doutrinárias, mas sempre monárquico. Califas, sultões, emires, xeiques, ou simplesmente reis islâmicos, assumiram as respectivas lideranças, constituindo monarquias, hereditárias nalguns casos, noutros chefias eleitas pelas elites religiosas. Clérigos e guerreiros constituíram geralmente as classes privilegiadas destas sociedades, onde a masculinidade se acentuou fortemente, com apoio na poligamia<sup>6</sup> permitida pela regra religiosa (o Corão) e numa divisão de papéis de género bem demarcada. Mas a islamização forjou uma autêntica civilização com obra notável em domínios como a arquitectura, a astronomia, a escrita e as artes bélicas, com relevo para o uso da cavalaria. Tendo constituído um eficiente arco de poder em torno do Mar Mediterrâneo, travou durante séculos uma guerra prolongada com a Cristandade instalada a norte desse mar. Tendo, assim, utilizado o transporte marítimo como um dos veículos (a par da caravana) dos seus interesses comerciais a longa distância, é curioso como nem por isso tenha inovado ou desenvolvido especialmente os meios de guerra marítima, nesse e noutros mares que

---

<sup>6</sup> Ainda assim com um limite "higienicamente" determinado.

controlou (Mar Negro e Mar Vermelho, ou Golfo Pérsico), apesar do intenso domínio do comércio marítimo que logrou na costa oriental de África (criando a cultura marítima *Swahili*) e nos mares adjacentes à Índia (Mar Árabe e também no Golfo de Bengala).

Pelo contrário, antes e depois da emergência islâmica a partir do seu foco do Próximo-Oriente, assinalam os historiadores a existência de, não apenas duas culturas acentuadamente marítimas, mas inclusive de dois casos históricos de *poder marítimo*: os Cartaginenses e os Vikings.

A Cidade-Estado de *Cartago* terá sido fundada por navegadores-comerciantes Fenícios no séc. IX AC em território da actual Tunísia, uma posição privilegiada para o controlo da navegação naquele mar interior e o assenhoreamento de todo o comércio marítimo, numa altura em que a monarquia e a subsequente república de Roma constituíam ainda apenas um Estado essencialmente terrestre dominando as terras do Lácio, dos Etruscos e da Toscana italianas. Cartago dominou pelo comércio o Mediterrâneo ocidental durante seiscentos anos com base na navegação e no estabelecimento de colónias, sem intentar a conquista de territórios ou a submissão de povos. Porém, foi obrigado a batalhar em terra contra Roma quando esta se lançou num projecto imperial de grande potência, com os cartaginenses a serem vencidos ao cabo da terceira Guerra Púnica, em 146 AC.

Mais recentes, os *Vikings* foram outro potentado marítimo na Europa do Norte, a partir do séc. VII. Sendo um povo sediado na Escandinávia (na actual Noruega, na Dinamarca e na Suécia), os Vikings marcaram o seu tempo com a imagem de hábeis e destemidos navegadores e guerreiros marítimos, actuando por invasões de surpresa e pilhagens, tornando-se por isso temidos nas ilhas britânicas e Irlanda, norte da França e mar Báltico, descendo rios da Rússia para Sul até à Ucrânia, mas estabelecendo também entrepostos marítimos e fazendo comércio (de peles, etc.) em outras longínquas paragens. Chegaram seguramente à Península Ibérica, à Itália, ao Mar Negro e a partes do império Bizantino. Ocuparam durante décadas uma fracção da Inglaterra e chegaram a cercar Paris e Constantinopla, que só não pilharam mediante elevada compensação e incentivo para actuarem noutras regiões. Por outro lado, é-lhes atribuída a descoberta marítima do continente americano, depois de terem fixado colónias na Islândia, Terra Nova e Groenlândia. Politicamente, organizavam-se em reinos que dividiam entre si as áreas geográficas de actuação. Falando uma mesma língua, eram adoradores de deuses pagãos, mas foram-se convertendo ao cristianismo e alguns chegaram a integrar-se no contexto político francês. Cerca de 1100 DC cessaram estas devastadoras incursões e os Vikings deram lugar a reinos cristianizados mais estáveis e amplamente territoriais na Dinamarca, Noruega e Suécia. Como guerreiros, desenvolveram as tácticas dos ataques de surpresa, usavam as suas armas brancas com grande destreza e ferocidade e geralmente deixavam em fogo as povoações ribeirinhas que pilhavam; mas foram sobretudo marinheiros e construtores navais que souberam criar e aperfeiçoar o tipo de navio (*drácar*) mais adequado aos seus modos de actuar.

Assim, no que toca a *potências marítimas antigas ou medievais*, podemos sinteticamente concluir que, sem constituírem um império ou um Estado imperial, os Vikings foram durante um período de tempo considerável uma efectiva *potência marítima*, sobretudo assente na sua superioridade militar-naval; enquanto, por seu lado, os Cartagineses haviam criado sobretudo um *empório comercial marítimo* circunscrito à área mediterrânica, que não resistiu à concentração de poder político-militar que uma Roma em expansão foi capaz de exhibir naquela época.

De facto, a *Roma* da República (talvez desde o séc. IV até ao assassinato de Júlio César em 44 AC) e depois a do Império (de Augusto em diante) foi sempre, no essencial, uma potência terrestre, já que, após as guerras Púnicas, não encontrou no Mediterrâneo um qualquer oponente que a confrontasse militarmente. Assente na língua (o *latim*), na centralização do poder (na cidade de Roma, com províncias e governadores dela dependentes, da Ibéria à Gália, à Grécia, ao Egipto e à Palestina), na codificação do direito, nos tributos monetários cobrados e no poder militar das legiões, Roma foi efectivamente um Estado poderoso até cerca do séc. IV DC, merecendo mesmo a designação de Império que desde cedo lhe foi dada, pela amplidão dos territórios que dominou.

Antes de tudo isto, *os Fenícios* – de que Cartago foi continuadora – haviam já predominado no Mediterrâneo Oriental e todo o Norte de África por via do seu comércio e navegação marítima, mantendo contudo um baixo perfil de instrumentos de acção política e militar, já que, embora com uma língua comum, se constituíam apenas com base numa rede de cidades-Estados, que comerciavam entre si, mas que se aliavam ou afrontavam consoante as conjunturas e as hereditariedades monárquicas. Tiveram o seu apogeu entre 1200 e 800 AC, acabando por decair em seguida e sendo a Fenícia (actual Líbano e norte de Israel) conquistada pelos Persas no séc. VI AC.

Do outro lado do Mar Egeu, os Gregos partilham de algumas destas mesmas características, mas elevaram o patamar da sua criação cultural e de algumas das suas práticas sociais e políticas a um tal grau de sofisticação e excepcionalidade no seu tempo histórico que tornaram a referência heleenística clássica como um património fundacional de toda a cultura Ocidental. Depois de séculos de formação como povo com uma língua comum (escriturável por alguns letrados), os gregos protagonizam entre os séculos V e II AC o desabrochar de um *processo civilizacional* marcado por superiores realizações, principalmente na matemática e astronomia, nos campos artísticos da arquitectura, da escultura e do teatro, também da literatura, da filosofia e ainda da política, para já não referir a celebração dos Jogos, em honra dos deuses do seu Olimpo. Na política, que particularmente nos interessa, urge destacar o padrão de uma constelação de cidades-Estados que, também aqui, tanto se guerreavam como se entendiam no comércio e na diplomacia. A guerra do Peloponeso (séc. V AC) foi o momento mais tenso dessas relações, com a Liga capitaneada por Esparta de um lado, e a Liga de Delos encabeçada por Atenas do outro. Mas não se pode confundir Atenas com a

Grécia, pois as outras cidades eram governadas por monarquias hereditárias, ou mesmo dominadas por Tiranos; e, no caso de Esparta, existia uma classe militar guerreira, austera e implacável, que terá sustentado principalmente guerras antigas com os Persas (com o episódio mitificado do cerco de Tróia, narrado por Homero). Só Atenas, por volta de 500 AC entrou franca e duradouramente num período de *democracia* (directa, diríamos hoje), fundada na assembleia (*ágora*) dos cidadãos, que decidia das leis e principais questões do Estado, e donde saíam por sorteio os gestores e funcionários da ‘coisa pública’. Até nas campanhas militares, o general era acompanhado (ou controlado) por um delegado do poder político ateniense. Proprietários, grandes comerciantes, sacerdotes e generais compunham habitualmente os estratos superiores da sociedade, abaixo dos quais existiam os artesãos e artistas, vendedores e outros menos afortunados, mas nem por isso menos cidadãos. Mas tudo isto subsistia também graças ao trabalho dos escravos, geralmente estrangeiros traficados ou vencidos, que não tinham estatuto de cidadania.

Todas as cidades-Estados gregas dispunham de força armada, incluindo cavalaria e carros de tracção animal, e várias delas armaram importantes frota de naves de guerra (denominadas *trirremes*), usando a vela e escravos aos remos, com o esporão metálico como arma ofensiva principal. Mas Atenas desenvolveu particularmente a sua marinha e activou uma importante navegação em todo o Mediterrâneo. E no séc. V AC, quando das últimas invasões Persas, após as difíceis batalhas das Termópilas e de Maratona, a vitória decisiva dos Gregos foi obtida por meios navais na conhecida batalha de Salamina (480 AC), perto de Atenas.

Com a original combinação sociopolítica e cultural experimentada pelos Gregos, pode talvez dizer-se que estes chegaram durante séculos a constituir uma Nação, sem todavia terem necessitado de um Estado unificado, nem exercitado uma política externa expansionista ou imperial.

Dos *Persas*, basta apenas aqui referir a existência de mais um importante Estado imperial, inteiramente continental, que teve o seu apogeu entre 500 e 300 AC, nos tempos de Dario e Xerxes, quando se tornou talvez no maior Estado do mundo de então, dominando o planalto iraniano até perto da cadeia Himalaia e, para ocidente, toda a Ásia Menor. O grego Alexandre (o Grande), da Macedónia, que alguns consideram o maior general da história, foi quem mais ousadamente assestou um golpe profundo no poder Persa, no Séc. IV AC. Mas, em geral, os Gregos temiam os Persas, que dispunham de exércitos poderosos, usando mesmo elefantes na batalha. E, culturalmente, foi um império evoluído, com uma administração territorial descentralizada (os sápatras), boas práticas agrícolas e piscatórias, fino artesanato, metalurgia e mineração de metais, aptos em economia monetária e bons empreendedores para o comércio e o transporte. Cerca de 300 DC, passou também a ser designado por Irão (País dos Arianos). De resto, mesmo depois de sofrer a islamização, a partir do séc. VII, acolhendo e fixando aí a ramificação xiita, manteve sempre a sua identidade e língua própria, bem como a independência política em forma de monarquia.

A *China* constituiu-se como um Estado imperial no século III AC sob um regime político unitário muito aperfeiçoado que subsistiu durante mais de dois milénios com um governo central, um exército, uma moeda, uma língua escritural, governadores e uma burocracia pública distribuídos pelo território, alimentando canais de informação reservada, de circulação monetária e de anúncio de prescrições legais. Compreensivelmente baseada numa importante população e economia agrárias, a sociedade chinesa beneficiou da moral Confuciana e de alguma tolerância religiosa, desenvolvendo apetências para a instrumentalização da troca (fundamental para o comércio) e mesmo para o cálculo do risco (tão presente nos jogos de sorte-ou-azar). Assim, não espanta que da China tenham vindo descobertas e realizações tão importantes como as que aconteceram no campo da matemática e da astronomia, o uso da pólvora, a fabricação artesanal das sedas, das porcelanas e dos colorantes, ou o refinamento de certas variedades da gastronomia.

Depois de uma ocupação Mongol durante mais de um século, a dinastia imperial Ming iniciada em 1368 deu um novo impulso à China, que atingiu a sua maior extensão, com a Manchúria e parte da Mongólia, a Coreia, o Tibete e a Indochina. Aliás, nesta última anexação foi importante a acção da esquadra que os novos imperadores de Nanquim haviam decidido e que, ao longo do séc. XV, levaram à concretização de um efectivo *poder marítimo*, não apenas nos mares da China mas inclusivamente no Oceano Índico, havendo notícia de que terão chegado à África Oriental antes dos portugueses. Porém, com nova alteração dinástica na capital (agora em Pequim) esta política de expansão marítima foi revertida e o “Império do Meio” entrou em novo período de fechamento e num irreversível declínio.

O *Japão* foi também um império antigo, mas muito diferente do seu vizinho chinês. Confinado geograficamente pela sua insularidade mas com vigorosa demografia, o “império do Sol nascente” conheceu uma evolução um tanto especial com a emergência de uma classe militarista – *os Samurai* –, à partida contratados para defender a apropriação de terras por parte da aristocracia iniciada cerca de 800 DC mas que acabaram por exercer domínio sobre o resto da sociedade. De facto, no final do séc. XII os *Samurai* impuseram ao monarca sediado em Quioto a entrega do governo do Estado ao *Xogum*, um ditador militar: figura que passou a protagonizar, no topo, um regime feudal-militar que logrou durar até ao séc. XIX, com um sistema socioeconómico aparentado com aquilo que alguns chamaram *despotismo oriental* e uma certa teorização marxista designou por “modo de produção asiático”. Este foi um caminho de isolamento que só foi alterado – e aí rápida e drasticamente – a partir de meados de Oitocentos, com um esforço bem-sucedido de industrialização e ocidentalização “técnica”, mas mantendo boa parte do sistema social tradicional.

A *Índia* – melhor dizendo, o subcontinente indiano – tem origens antiqüíssimas, com povos disseminados ao longo do vale do rio Indo desde milénios anteriores a Cristo, aproximadamente contemporâneos das civilizações

do Médio-Oriente e geradores de uma específica civilização Védica (dos livros Vedas, transcrição de palavras e recitações sagradas), que entrou em crise por volta do século VI AC (época da existência comprovada de Buda). A partir desta época as regiões do norte da Índia foram objecto de invasões ou migrações persas de que resultou uma fusão étnica mas acompanhada de uma estratificação de classes típica – de castas incomunicáveis entre si e hierarquizadas pelo seu grau de santidade, desde os brâmanes até aos intocáveis – também fortemente articulada com a sincrética religião politeísta do Hinduísmo. Do ponto de vista da organização política, os 16 reinos Hindus iniciais que exerceram soberania em diferentes partes do território e ao acaso de invasões e outros conflitos (nomeadamente a forte penetração do islamismo) foram sofrendo fragmentações e subordinações diversas a ponto de, aquando da chegada por mar dos europeus (portugueses, logo seguidos de holandeses e ingleses), a Índia ser já um mosaico de pequenos reinos e marajás, que muito facilitou o comércio e finalmente a colonização dos britânicos.

Constituindo certamente uma civilização – talvez a de mais refinada espiritualidade de todas as conhecidas – e, mais dubitativamente, talvez também uma Nação (distinguindo bem os “pátrios” dos estrangeiros), é certo que nunca ao longo do tempo os indianos constituíram um Estado (salvo modernamente, no século XX, estimulados pelo desígnio de se verem livres de um poder colonizador que culturalmente lhes era estranho); e muito menos constituíram um Império capaz de possuir uma visão estratégica sobre o mundo que o rodeava.

Na *América Central e do Sul* existiram civilizações e Estados antes da chegada dos europeus, que os combateram e destruíram, embora já mostrassem sinais de decadência. Os Maias terão atingido o seu apogeu no século IX, dominando grande parte do sul do México e Guatemala. Os Aztecas, seguiram-lhes o exemplo tornando-se dominantes a partir do séc. XIII, sobretudo mais a norte. Por seu lado, no Peru e na cordilheira e costa dos Andes, os Incas desenvolveram uma outra grande entidade política, destruída, como a dos Aztecas, pela chegada dos conquistadores espanhóis. Geralmente vistos como Impérios, estas entidades eram constituídas por uma rede de cidades-Estados de boa dimensão populacional e notáveis construções, onde viviam as classes superiores da sociedade (nobreza e sacerdotes, sobretudo), com um povoamento rural de agricultores e de pastores que também guarneciam um exército mobilizado ocasionalmente. Notabilizaram-se igualmente pelos conhecimentos de astronomia, alguma escrita hieroglífica e obras públicas de vias de comunicação e canais de adução de água.

Também no hemisfério Sul mas quase do outro lado do Oceano Pacífico, os povos insulares da *Polinésia* constituíram, na sua diversidade de línguas e culturas aparentadas, uma pequena mas activa *civilização marítima*, que atraiu muito precocemente a atenção de exploradores e estudiosos ocidentais, desde o navegador inglês James Cook (1728-1779) a naturalistas

como Charles Darwin (1809-1882) e aos antropólogos do século XX já antes referidos.

Voltando à *África*, devemos por último referenciar a existência de alguns grandes poderes políticos na África Negra, com formação correspondente à Baixa Idade Média da história europeia. Devido talvez à ausência de escrita, à inexistência de uma religião codificada e à raridade do uso da pedra em construções duráveis (palácios ou fortificações) ou de um povoamento concentrado em grandes aglomerações urbanas, essas realidades políticas foram durante muito tempo ignoradas ou menosprezadas pelos pensadores ocidentais. Talvez também vários desses potentados se encontrassem já em declínio quando se efectivou uma exploração mais sistemática e a moderna colonização desta parcela maior de África pelos europeus, em parte afectada pelo desvio de recursos económicos então valiosos (ouro, escravos, marfim) por virtude do comércio marítimo das potências ocidentais, em muito maior escala. Assim, os colonizadores e missionários brancos tenderam, redutoramente, a identificar as estruturais sociais da África Central e Austral, essencialmente ainda alheias à islamização, como assentes na *tribo*, no sobado indígena e nas práticas culturais do animismo.

Em todo o caso, vale a pena lembrar a existência histórica de grandes monarquias: o império do *Gana* (ou Uagadu), entre cerca do ano 700 e 1200, dominando o deserto sub-Sahariano por via do comércio caravanístico do sal e do ouro em pó; o império do *Mali*, que lhe sucedeu entre 1200 e 1400; e o império *Songai*, que se lhe seguiu até perto de 1600. Mais a sul, já sobre o rio Níger e pressionando o litoral do Golfo da Guiné, desenvolveu-se duradouramente o Império *Oió* (ou Iorubás), com algumas importantes cidades e um temido poder guerreiro da sua cavalaria. Quem diz aqui império (como os seus detentores às vezes preferiam), diria talvez melhor reino, mas sempre assente no *empório* comercial de produtos valiosos, pelo monopólio ou exclusivo dos meios de transporte aí existentes. Foi este comércio do deserto que a expansão marítima portuguesa do séc. XV veio concorrer e pôr em crise, avivando antagonismos preexistentes, nomeadamente de natureza religiosa, pois que, com excepção do primeiro, todos estes poderes políticos africanos haviam sido já islamizados.

Na região equatorial, foi notável o reino do *Congo* – que espantou os portugueses quando lá chegaram em finais do séc. XV, que logo preferiram aí a diplomacia à guerra. E na costa oriental também eles verificaram no século seguinte a existência do grande reino do *Monomotapa*, cujo prestígio e rendimento advinham das suas jazidas de ouro e diamantes, e era vizinho do reino do *Zimbabué*, que desde o séc. XIII exportava ouro, cobre, ferro e escravos por via marítima para os sultões da Arábia e da Pérsia. Com efeito, se na generalidade dos povos africanos habitando as costas ocidentais do continente não existiu qualquer cultura marítima (não contando, evidentemente, com as observadas aptidões para a pesca local e para as navegações fluviais), já o mesmo não aconteceu na costa oriental, onde, do rio Zambeze



para norte, se constituiu uma navegação costeira e oceânica muito importante, adequada ao regime de monções do Índico, que, como já referimos, desenvolveu uma cultura marítima islamizada que tomou o nome de *Swahili*.

Em suma, temos aqui um largo acervo de casos e situações históricas onde, sempre, a emergência de um poder político sob a forma de Estado (embora com diferentes variedades) parece exercer uma função determinante na construção ou reordenamento dos seus respectivos futuros. Em praticamente todos os povos referidos, esse Estado era dirigido pessoalmente por um Rei, como inerência pessoal, transmitida hereditariamente. Que esse rei usasse tal título simbólico ou outro, como o de Imperador ou Sultão, é aqui secundário, conquanto detivesse a chave dos poderes soberanos sobre um povo e/ou um território – o que desde logo o punha em pé de igualdade, no plano externo, com outros poderes da mesma índole. As relações inter-estatais – só há pouco, reconhecidas como objecto de conhecimento autónomo na moderna constelação das Ciências Sociais e Políticas – são, de facto, muito antigas e contemporâneas da variedade de Estados aqui evocada. Também a designação de império não constitui uma rotura com o conceito de Estado monárquico que tentámos pôr em destaque: é certo que frequentemente ele procurava distinguir um reino de grande extensão territorial – medida geográfica sempre muito incerta, porque também relativa a outros aspectos do desenvolvimento humano, em particular a demografia, a economia e as técnicas – mas, por vezes, era sobretudo a distinção simbólica aquilo que mais lhes interessava. Assim também não deve ser esquecido que este modelo de poder monárquico se replicava, em certos casos – e isso certamente aconteceu no espaço europeu –, através de subpoderes igualmente monárquicos (condados, ducados, etc.), mas, contudo, não independentes, antes subordinados ao Rei soberano, exercendo então as *prerrogativas feudais* garantidas pela sua condição de nascimento aristocrático, nomeadamente na posse de determinada porção de território e da *população de servos e vilões* aí habitando. Mas, em qualquer caso, nesta exposição procurámos também realçar a permanente e decisiva função exercida pela cultura dos povos assim enquadrados pelos Estados (quase sempre com uma religião dominante), bem como as *condições económicas* que os viabilizavam.

Ocasionalmente, referimos aqui a existência histórica de alguns *impérios*, quase só distinguíveis dos restantes reinos pela sua muito maior extensão e pelo domínio que logravam exercer sobre povos mais diversos, geralmente por intermédio de altos-funcionários, onde o carisma pessoal do monarca ou a divindade de que estava investido já não chegavam.

Voltaremos no final a este tópico de discussão, a propósito da noção contemporânea de “império”, dos limites da sua aplicação e de outras eventuais formas de *poder de larga extensão* que, no entanto, não lhe copiam as características.





## 2. Portugal: a expansão e a nação

Retomemos, porém, o fio da nossa reflexão acerca do processo de constituição das Nações, com base na evolução social de determinadas sociedades e sempre com a indispensável presença do Estado. Podemos então recorrer ao *caso português* que, compreensivelmente, nos está mais próximo e afectivamente mais nos interessa.

A fundação de Portugal como reino independente não é um caso anómalo no contexto *medieval* da Europa. Mas a sua sobrevivência como Estado, com fronteiras rapidamente estabilizadas, talhando na Ibéria o “rectângulo” litoral tão nosso conhecido, é realmente uma singularidade com facetas de enorme significado para a compreensão global da ascensão e instalação do Mundo Moderno.

Qualquer manual escolar básico identifica as personagens, as datas e os principais eventos que marcaram a passagem do Condado Portucalense do borgonhês D. Henrique (1066-1112), dependente do reino de Astúrias-Leão, para o reino fundado, defendido e acrescentado para sul por seu filho Afonso Henriques (1109-1185) umas décadas mais tarde, e depois continuado por sua descendência até ao episódio da “crise de 1383-85”. O combate de S. Mamede (1128), primeiro; a batalha de Ourique contra “os infiéis” (1139) mais o alinhamento com os cavaleiros da II Cruzada para libertar Lisboa, depois; e os tratos diplomáticos do acordo de Zamora (1143) e da bula papal *Manifestis Probatum* (1179) vieram a encerrar esta querela ibérica, e a permitir a consolidação do reino português, a expensas do recuo da ocupação muçulmana a sul do rio Mondego, primeiro para a “linha do Tejo”, depois para as planícies meridionais e o “reino dos Algarves”, integrado por D. Afonso III com a queda de Silves (1249). A despeito desta estabilização do território (completada pelo tratado fronteiriço de Alcanizes de 1297), deve, porém, lembrar-se que a luta dos reinos cristãos contra o Islão estava longe de ter terminado e, nesta Baixa Idade Média, o rei D. Dinis constituiu uma armada e contratou o almirante genovês Pessanha para a comandar (1317), com o fim de defender as nossas costas das incursões navais mauritanas<sup>7</sup>. De facto, ainda em 1340, tropas portuguesas chefiadas pelo próprio rei D. Afonso IV tomaram parte, ao lado dos castelhanos, na batalha do Salado (província de Cádiz) saindo vencedores dos exércitos muçulmanos, enquanto aquela referida esquadra realizava operações para cortar as rotas de ligação a Marrocos. Terá sido a primeira operação militar conjunta (terra e mar) e inter-aliada dos portugueses contra um inimigo comum, realizada fora do solo pátrio.

Mas, antes de prosseguir, devemos regressar ao propósito de caracterizar a sociedade de então, a natureza das suas instituições políticas, a cultura e a economia nela dominantes.

---

<sup>7</sup> Ver a publicação *700 anos - Almirante Pessanha*, Lisboa, Academia de Marinha, 2017.

De facto, começamos por recorrer à erudita prosa de José Mattoso (1933-) para caracterizar a «emergência do mundo medieval» no quadro do qual se formou e sustentou o reino de Portugal, quando diz que «convém, para isso, identificar as três principais componentes do mundo novo e mostrar como elas actuam e reagem entre si, no momento em que nos propomos estudar o processo da sua formação. [...] As três componentes a que me referi são, pois, a Igreja, ou, se se preferir, o reconhecimento pelos povos da Alta Idade Média da autonomia dos poderes sagrados, a origem guerreira do poder político instituído nos reinos bárbaros [aqui, sobretudo os Visigodos cristianizados] e o carácter rural da economia dominante.»<sup>8</sup>

Diz Mattoso que, nessa sociedade Senhorial (ou Feudal), «as bases da superioridade social estão no sangue, na força das armas, no poder económico e na autoridade sobre os outros homens. Poderemos depois enumerar as principais famílias de que há notícia nestes séculos e as áreas onde dominam. Finalmente, ver como se associam aos que não possuem força militar, mas fazem parte de uma outra instância detentora de superioridade social e que a eles é parcialmente assimilada: o clero.»<sup>9</sup>

Embora este autor nos previna que «o panorama de um sistema senhorial totalmente dominado pelas relações verticais entre senhores e dependentes, com a inteira servidão destes últimos, é demasiado esquemático para dar conta de uma realidade pluriforme e em que intervêm factores muito variados»<sup>10</sup>, tal não obsta a que, nos campos nortenhos ou beirões, a dependência económica e jurídica dos labregos seja enorme relativamente a Senhores e proprietários. Refere o mesmo Mattoso que «embora se possa presumir que os interesses das comunidades rurais deveriam reforçar os laços da solidariedade familiar, só podemos encontrar testemunhos de um sistema de parentesco unilinear, como o que prevaleceu para a nobreza, embora a sucessão campesina não seja necessariamente por via masculina. [...] A maré senhorial foi destruindo as antigas organizações comunitárias de cultivadores, primeiro nas áreas mais férteis, depois nas mais agrestes. [...] As comunidades rurais, quer pela sua própria natureza, quer em virtude das imposições do meio geográfico, quer por causa das condições impostas pelo regime senhorial, não criam qualquer vínculo normal umas com as outras. Pelo contrário, cultivam a rivalidade e a concorrência. O único elemento que permite ultrapassar as fronteiras mentais da sua compartimentação é a importante e arraigada prática das romarias a santuários situados no cruzamento de caminhos, em lugares ermos, onde a Natureza toma uma configuração extraordinária e onde, portanto, favorece o encontro do Céu com a Terra.»<sup>11</sup>

---

<sup>8</sup> José Mattoso, *História de Portugal* – Vol. I, sl, Círculo de Leitores, 1992: 339.

<sup>9</sup> José Mattoso, *História de Portugal* – Vol. II, sl, Círculo de Leitores, 1993: 172.

<sup>10</sup> Mattoso, *op. cit.*: 202.

<sup>11</sup> Mattoso, *op. cit.*: 202-203.

O historiador estava a referir-se sobretudo ao território de “entre Douro e Minho” onde Portugal se originou. E o que acontece nas terras deixadas livres, à medida que os poderes muçulmanos iam recuando para Sul?

Um outro trabalho académico de grande valia foi-nos dado por Maria da Graça Vicente (1954- ) em *Povoamento e Propriedade*<sup>12</sup> que foca o seu olhar sobre as condições e o modo como, entre os anos de 1100 e de 1300, foram sendo povoadas as terras do interior beirão. Sem cidades maiores aí implantadas, o desbravar da floresta, o arroteamento dos solos aráveis, o estabelecimento de casais e aldeias foi obra física de rudes camponeses, os *povoadores*, mas que só muito raramente ascendiam à propriedade. Não resistimos a transcrever algumas passagens da obra desta autora: «As actividades ligadas à terra e à pastorícia ocupavam a maioria da população, que constituía o grupo mais numeroso, sendo, no entanto, certo que toda a população visava ligar-se, de uma forma ou de outra, à terra, como proprietários, foreiros e rendeiros e detentores de rebanhos. [...] A título de exemplo refira-se que, na vila de Proença-a-Nova, numa zona fracamente povoada, a confraria que fazia a gestão da albergaria de Santa Maria da Cortiçada abarcava um variado leque de gentes dos mesteres: tecelões, alfaiates, ferreadores, carpinteiros, barbeiros, sapateiros, odreiros, ferreiros, almocreves e mercadores. No conjunto não é referido nenhum lavrador. No entanto, muitos dos confrades estavam ligados às actividades da terra, conforme indica a norma estabelecida sobre a necessidade de serem públicos e conhecidos, de todos, os ‘prazos’ que eram feitos aos confrades»<sup>13</sup>. Mas, povoadores foram também alguns condenados e soldados desmobilizados após uma guerra ou uma incursão ou *fossado* do rei ou de senhor feudal por domínios de jurisdição árabe.

As “gentes do Povo” incluíam também outras categorias indispensáveis àquela economia e à vida social, incluindo agora também as vilas e as raras cidades. Escreve a mesma autora: «A par dos lavradores, perfilava-se o grupo social cada vez mais forte e actuante dos homens que desempenhavam funções ligadas ao comércio, que ia ganhando cada vez mais protagonismo no seio duma sociedade onde os espaços urbanos tendiam a ocupar lugar de destaque. Homens ligados à mercancia e artesanato que, mercê das suas actividades, ganhavam cabedais, estatuto e ascendente sobre a massa indefinida dos camponeses e assalariados, urbanos e rurais, pobres e escravos, cavões e obreiros. Entre os homens ligados a estas actividades, encontramos especialmente almocreves e mercadores, homens habituados a viajar e a testemunhar actos relevantes para a comunidade.»<sup>14</sup> E ainda: «As fontes dão-nos informação sobre a existência de um apreciável e

---

<sup>12</sup> Maria da Graça Vicente, *Povoamento e Propriedade: Entre o Zêzere e o Tejo (séc. XII-XIV)*, Lisboa, Colibri/ Academia Portuguesa de História, 2015.

<sup>13</sup> Vicente, *op. cit.*: 178-179.

<sup>14</sup> Vicente, *op. cit.*: 180

diversificado número de oficiais mecânicos, cuja actividade ia respondendo à sociedade rural. A eles se juntavam os oficiais letrados, em muitos casos, régios ou concelhios. Entre os mesterais encontramos: alfagemes, ferreiros, sapateiros, alfaiates e ‘alfayatas’, almadrageiros, albardeiros, colmeeiros, oleiros, pedreiros, peliteiros, sineiros, moleiros, padeiras, tosedores, tecelões e tecedeiras e ainda telheiros. Estes, juntamente com os pedreiros, testemunham o crescimento urbano. Ao lado destes mesterais, alinhava o pequeno oficialato concelhio – almotacés, andadores, pregoeiros que, em simultâneo, podiam desempenhar outra actividade, como por exemplo a de almocreve. A ganhar cada vez maior protagonismo, estava ainda o conjunto daqueles que exerciam uma função letrada, em especial escrivães e tabeliães, que ocupavam uma posição de relevo no seio da comunidade.»<sup>15</sup>

Esta elencação de ofícios e condições humildes sugere-nos a indispensável referência à autonomia dos Concelhos – ou Comunas, segundo António Borges Coelho (1928- )<sup>16</sup> – que, não tendo entre nós chegado nunca ao estatuto das Cidades Livres que existiram na Europa, obtiveram, não obstante, dos poderes régios a concessão de algumas liberdades consignadas nas Cartas de Foral (que aliás também lhes fixavam as taxas e impostos devidos e o recrutamento militar, quando necessário). Mas é preciso não esquecer que esta administração municipal ficou sempre nas mãos da elite *burguesa*, mais endinheirada, que se vinha, a pouco e pouco, afirmando, também como porta-voz do Povo nas Cortes, a partir daquelas que o rei Afonso III fez reunir em Leiria em 1254. E, por outro lado, que esta autonomia nunca punha em causa o primado cultural e religioso da Igreja Cristã, na forma em que era entendido na época: isto é, a crença sem falhas na sua visão teológica do mundo, a submissão espiritual ao clero e a adopção da invocação de figuras santificadas como patronos das suas cidades e das suas corporações de ofícios.

Não raro também os “homens-bons” dos Concelhos negociavam ou procuravam entendimentos com nobres que lhes estavam mais próximos.

Duas palavras ainda sobre a Igreja medieval portuguesa. No domínio do clero secular, para além da importância política do arcebispado de Braga (à compita com Santiago de Compostela e depois com Toledo pela Primazia das Espanhas), os sucessivos bispos das terras reconquistadas acumulavam as suas funções religiosas com as de senhores feudais, por vezes com disputas entre si, como Graça Vicente cita algumas envolvendo o de Coimbra e o da Guarda (sucessor da antiga diocese de Idanha/Egitânia).

Por outro lado, o clero regular, através das Ordens monásticas e militares, teve uma enorme importância na estruturação do reino, quer na ocupação e desenvolvimento do território (vide a obra dos cistercienses, dos francisc-

---

<sup>15</sup> Vicente, *op. cit.*: 181-182.

<sup>16</sup> Além de *Comunas ou Concelhos?* (1973), este autor também analisou sob o prisma da luta-de-classes a passagem da Iª para a IIª Dinastia em *A Revolução de 1383* (1965).

canos e doutros), quer como amparo do poder real, sobretudo as ordens militares. A historiadora Graça Vicente cita a “partilha” de territórios beirões ocorrida entre os freires de Tomar (Ordem de S. João ou dos Templários; depois, de Cristo) a poente do rio Zêzere, e os Hospitaleiros por nascente do mesmo rio. E noutras zonas algo de semelhante ocorreu com as Ordens de Avis ou de Santiago.

Não devemos, contudo, esquecer dois outros factores culturais determinantes para a edificação do Estado e, a prazo, para a consolidação do sentimento de Nação. Em primeiro lugar, a língua: na sua evolução do latim bárbaro, do latim dos documentos oficiais, para o galaico-português e finalmente para o português arcaico que já podemos ler nos escritos de cronistas ou trovadores. A plena utilização de uma língua única – nacionalmente diferenciada – constituiu certamente um factor identitário de primeira grandeza para Portugal. Em segundo lugar, a religiosidade cristã assimilada pelo povo, com *efeitos civis* do caso dos patronímicos e da toponímia territorial. Naturalmente, este segundo factor existiu também em outros povos europeus, inclusive transportando-o para além-mar, com nomes de santos e santas plantados por várias partidas do mundo. Mas não é irrelevante que, por exemplo, ainda na França de hoje – o país mais precocemente laicizado – os cidadãos comemorem com idêntica afectividade o aniversário do seu nascimento e “*sa fête*”, isto é, o dia que a Igreja fixou no calendário para honrar o santo padroeiro do mesmo nome.

Finalmente, citamos ainda aquela referida historiadora, que nos fala de duques, condes e barões: «A nobreza não constituía um grupo homogeneamente distribuído no espaço. Porém, todo o nobre era um senhor, isto é, possuía um património fundiário mais ou menos extenso, sobre o qual tinha direitos próprios e jurisdição, cobrança de rendas e impostos. Ao longo dos primeiros séculos, no Entre Zêzere e Tejo o topo da hierarquia social era formado, essencialmente, pelos cavaleiros ou cavaleiros vilãos, equiparados, pelos forais, aos infanções de Portugal. Tratava-se de uma elite guerreira, a quem cabia naturalmente a defesa do território. Todavia, neste conjunto há a assinalar, não apenas gente local, mas também gente das mais altas estirpes e muito próxima do monarca. [...] Ao lado destes “grandes”, uma pequena nobreza terratenente dava corpo ao grupo que constituía o topo da hierarquia social, como escrevemos.»<sup>17</sup>

Pode perguntar-se: era Portugal então uma nação, nos termos conceptuais aqui relevantes? Não era certamente. Era, sim, o reino cristão de Portugal, com as características gerais do Medieval europeu; e, indubitavelmente, constituía já um Estado senhor dos seus poderes e atributos, internos e externos, porém em vias de densificação e institucionalização de maneira mais perene.

---

<sup>17</sup> Vicente, *op. cit.*: 171-172.

Contra a tradição nacionalista longamente prevalecente entre nós, é o próprio Freitas do Amaral (1941-2019), jurista e político moderado ou conservador, quem escreve: «Ourique tem lugar a 25 de Julho de 1139. Pois, nos meses seguintes, aparecem nada menos de cinco documentos em que D. Afonso Henriques se intitula e assina *Rei dos Portugueses*»<sup>18</sup>. Esta fórmula do “*Portugalsium rex*” não constitui prova mas é um interessante indicador de que, mais do que “rei de Portugal”, Afonso Henriques é então um “rei dos Portugueses”, isto é do povo, dos nobres e clérigos sobre os quais se propõe exercer poderes soberanos e, simultaneamente, representá-los perante quaisquer outros reinos.

O livro *O Estado em Portugal*, da historiadora Judite de Freitas (1964- )<sup>19</sup>, propunha-se estudar «o processo político de criação e desenvolvimento do Estado em Portugal da Idade Média aos alvares do Renascimento»<sup>20</sup>. Nas continuidades e roturas destas dinastias, a autora apresenta-nos uma análise fina dos processos de fortalecimento e entrosamento das competências do Estado, nas relações existentes entre o poder real (com o Rei, o seu Conselho, a Corte, os validos e ainda as Cortes), os Senhores feudais e as potências externas – com o lugar especial da Igreja, que era simultaneamente de ordem externa e interna.

Um tal projecto de investigação foi cumprido ao longo de duzentas páginas, acabando a autora por concluir que: «Neste Estado em construção, governar, administrar, legislar, julgar, cobrar impostos e defender o território supõem a criação de meios e uma disponibilidade de homens mais eficazes (porque mais ‘sábios’) do que fidalgos ou honrosos. Esta ligação entre saber e poder faculta o aparecimento nas instâncias superiores do *Desembargo* régio de indivíduos de origem social modesta a quem o serviço ao Príncipe proporciona um conjunto de privilégios políticos, militares e fiscais, e de doações patrimoniais que os enquadra na aristocracia de serviço emergente. [...] Com a definição de fronteiras (desde 1297), às funções militares dos grupos de homens constituídos sob a chefia régia e/ou dos senhores locais (ricos-homens, infanções ou cavaleiros), para levar a bom termo as campanhas militares de reconquista, veio substituir-se uma armada de formação régia em vias de organização defensiva e protectora do Estado. Com o dealbar do século XV ocorreu, também a este nível, uma alteração de padrões de recrutamento, nas formas de organização militar e no modo de fazer guerra. A ordem social da nobreza veio a abrir-se à participação nas funções governativas. Entre o grupo de oficiais da Corte régia figuram alguns ricos-homens e cavaleiros, são primeiros indícios de apropriação de ofícios pela aristocracia e uma patrimonialização dos ofícios régios pela integração linhagística de alguns grupos familiares, tal como os estudos prosopográficos demonstram.»<sup>21</sup>

---

<sup>18</sup> Diogo Freitas do Amaral, *D. Afonso Henriques - Biografia*, [Lisboa]. Bertrand, 2000: 85.

<sup>19</sup> Judith A. Gonçalves de Freitas, *O Estado em Portugal (Séculos XII-XVI)*, Lisboa, Alêtheia, 2012.

<sup>20</sup> Freitas, *op. cit.*: 9.

<sup>21</sup> Freitas, *op. cit.*: 202-203.

Isto é: somos autorizados a pensar que, ao longo destes quatro séculos, o Estado monárquico português ganhou substância, maior institucionalização e mais eficiente experiência de actuação nos diferentes domínios que lhe cabiam: político, económico-administrativo, fiscal, judicial, legislativo, guerreiro e diplomático.

As fragilidades do sistema dinástico, como modo de preenchimento e desempenho do topo decisional do poder de Estado, foram evidenciadas e postas à prova nas duas grandes crises que vieram abalar a monarquia portuguesa: em 1383, primeiro; e em 1578-80, depois. Em ambas, a classe nobiliárquica dominante dividiu-se em dois partidos: o protagonizado por um pretendente real português; e o que defendia a investidura de um rei estrangeiro, Castelhana, no caso. Devido ao *habitus* da subordinação à majestade real, é provável que o sentimento popular (e os interesses da classe burguesa em formação) pendesse mais para o lado português. Mas é arriscado pensar que isso revelasse já um sentido de integração na Nação, ou que sentissem o Estado (pela importância de tudo o que dele dependia) como também seu.

De facto, a centralização do poder real foi um processo difícil, com episódios sangrentos e outros menos dignos – mas legítimos, na perspectiva do “poder do Príncipe”, tal como Maquiavel (1468-1527) o teorizou<sup>22</sup> ou da “razão de Estado”<sup>23</sup> como se pôde observar no envolvimento português na batalha de Toro (1476) protagonizado por D. Afonso V ou com o assassinato de D. Diogo, duque de Viseu (1451-1484), a mando de D. João II. Mas essa *centralização* foi um passo importante para o processo da expansão portuguesa no Mundo então desconhecido, que estava a dar passos iniciais mas decisivos. Como voltaria a sê-lo muito mais tarde, nos faustos e riquezas do séc. XVIII, com a tentativa (reforçada com Pombal) de dotar a Realeza de uma forma mais avançada de poder, que ficou conhecida por “Absolutismo”.

Como recordaremos já adiante, no século XV o Estado português lançou-se na expansão externa, primeiro em Marrocos e logo a seguir com a aventura ultramarina. Não deixava de ser o prosseguimento da luta contra os “infiéis” seguidores de Maomé, agora já não de “reconquista” de terras cristãs, mas ainda de manutenção da pressão sobre o grande poder Otomano que sempre ameaçava o Papado a partir do Mediterrâneo Oriental. Mas ganhava uma nova dimensão espiritual ao propor-se “espalhar a Fé” e levar a doutrina de Cristo (ou a palavra do pontífice de Roma) aos quatro cantos da Terra. Isto para dizer que, se o processo de expansão marítima dos Portugueses-de-Quinhentos teve e suscitou certamente decisivos interesses económicos e sociais, a representação mental que dela fizeram as elites – para si próprias, mas sobretudo para exaltar a arraia-miúda a tomá-la também em mãos – foi ainda a do

---

<sup>22</sup> O pensador florentino Nicolo Machiavelli escreveu *Il Principe* em 1513, no tempo dos Bórgias, no Renascimento italiano. Há traduções portuguesas da Ed<sup>9</sup> Guimarães (1955) e da Europa América (1972 e 1976).

<sup>23</sup> Ver Jaime Nogueira Pinto, *Ideologia e Razão de Estado: Uma história do Poder* (2013).



cumprimento de uma *missão religiosa*, que a Igreja não podia deixar de apadrinhar.

Neste sentido, a estrutura da sociedade portuguesa não sofreu grandes alterações com a “gesta dos Descobrimentos”: os poderes soberanos do Rei e do Estado mantiveram-se, apesar do alongamento das linhas de comando e dos tempos de execução dos seus planos, agora já necessariamente *estratégicos*; a nobreza, sobretudo a “pequena” e mais distante da Corte, encontrou muitíssimo mais alargadas as oportunidades de exercício dos seus direitos políticos, patrimoniais e simbólicos; o clero, envolveu-se também a fundo na “expansão”, para mais em breve estimulado pelo espírito radical da Contra-Reforma; e a burguesia – que já tinha testado a sua força política na crise de 1383, ao apostar no Mestre-de-Avis para assegurar a continuidade do Estado português, a que já estava habituada –, a burguesia, dizíamos, identificou rapidamente o proveito que poderia tirar do armamento dos navios e das armadas “das Descobertas”, do financiamento da sua construção, dos seus sucessivos abastecimentos e, finalmente, do comércio a longa distância, que desde logo se mostrou lucrativo. À interessante questão de saber se terá havido investimento de capitais judaicos nesta arriscada empresa marítima só encontramos a resposta dubitativa de uma historiadora brasileira: «Apesar de muitas vezes terem sido as expedições marítimas financiadas por particulares, não temos elementos que comprovem a contribuição directa de capitais judaicos ou de cristãos-novos nas conquistas portuguesas.»<sup>24</sup> Quanto ao “povoléu”, sobretudo o das póvoas marítimas (mas também o das províncias, que procurava distinguir-se nas armas), com muito pouco a arriscar e a perder, esse terá provavelmente embarcado com aquele misto de inconsciência e desprendimento de espírito que tão bem caracterizou Fernão Mendes Pinto na *Peregrinação* (1614).

## A aventura marítima

Antes da fundação do reino, não há praticamente notícia de actividades marítimas na costa portuguesa, apesar dos seus portos terem sido utilizados como pontos de comércio e abrigo náutico de povos marítimos desde a Antiguidade. Segundo Carlos Diogo Moreira (1947- ) em *Populações Marítimas em Portugal* (1987), «de uma maneira geral, os principais núcleos piscatórios achavam-se junto às embocaduras dos grandes rios. Concentravam-se aí os pescadores, que embora tentando a pesca no mar alto, a praticavam sobretudo nos rios e barras. [...] Nos séculos XII e XIII as pescas marítimas e fluviais estavam [já] claramente diferenciadas [...]. Outra adaptação afirmava-se entretanto. A actividade piscatória e a navegação de cabotagem ou mesmo de longo

---

<sup>24</sup> Anita Novinsky, “Papel dos Judeus nos Grandes Descobrimentos”, *Revista Brasileira de História*. São Paulo, Vol. 11, nº 21, Set.-Fev. 1990-1991: 70.

<sup>25</sup> C. Diogo Moreira, *op. cit.*: 157-158.

curso para transporte e comércio de mercadorias davam as mãos, assentavam numa mesma base de pluralismo ocupacional e sazonalidade.»<sup>25</sup> Porém, a partir do séc. XVI, afirma este autor que «a tendência de dissociação da pesca face à comercialização do pescado, consolidou-se definitivamente. [...] Novos horizontes de vida surgiram, por outro lado, com a expansão ultramarina, a qual interessou comerciantes e armadores, desviados para actividades mais rentáveis na costa africana ocidental, na Ásia, na América espanhola e no Brasil. [...] Por outro lado, [desenvolveu-se] uma pesca empresarial, traduzida em armadores que mobilizavam capitais importantes e companhias numerosas, criando inclusivamente novas aldeias de pescadores, por fixação de imigrantes sazonais. Surgida com as capturas de baleias, outros cetáceos e atuns, tal actividade ganhou, desde logo, dimensão significativa, pelo peso e valor das espécies, pela importância dos meios e instalações fixas, pelo número de indivíduos temporariamente empregados, e especialmente, pela actividade comercial suscitada. [...] Mas as grandes novidades foram, por um lado, um incremento das pescas distantes (empresariais) e, por outro, um certo florescimento da actividade piscatória na costa meridional do País. Aspecto interessante do desenvolvimento neste período respeitou, com efeito, às pescarias do bacalhau na Terra Nova. [...] Esta pesca longínqua auxiliou a consolidar o grupo restrito de pescadores de ofício [...]. As pescarias na Terra Nova eram objecto de uma intensa competição: entre a Inglaterra, França, Espanha e Portugal. [...] Em simultâneo com o advento de tais pescarias longínquas, registou-se um desenvolvimento das pescas na costa algarvia. O Algarve, com efeito, só avultou, nesta matéria, no século XVI. [...] Ao tempo, era o atum a principal riqueza comercial do Algarve quinhentista, em especial pelas suas grandes possibilidades de aproveitamento.»<sup>26</sup> Este salteado de citações (de que pedimos desculpa ao autor) serve-nos apenas para acentuar a base marítima preexistente à orientação política do séc. XV de se lançar na exploração do Atlântico e da costa africana.

As marinhas de pesca, de transporte comercial e de guerra da época medieval portuguesa foram meticulosamente investigadas por Fernando Gomes Pedrosa (1941- ), que disso deu conta no livro *Os Homens dos Descobrimientos e da Expansão Marítima: Pescadores, Marinheiros e Corsários* (2000), detalhando-se sobre cada uma destas modalidades de navegadores (os mestres e capitães, pilotos, marinheiros e demais pessoal embarcado), os tipos de navios, os seus modos de construção, as práticas piscatórias, e ainda sobre as confrarias marítimas, o corso e a pirataria. Escreve ele que «o comércio marítimo podia ser muito lucrativo, porque uma única viagem feliz amortizava o preço do navio. [...] Mas era um sector de alto risco, devido à frequência dos naufrágios, roubos e ataques de piratas e corsários. Por esse motivo os navios não eram concebidos para durar [...]. Os de guerra podiam ser caros mas os de comércio eram baratos, em especial os de menor porte.

---

<sup>26</sup> C. Diogo Moreira, *op. cit.*: 173-177.

<sup>27</sup> Pedrosa, *op. cit.*: 35-36.

[...] Os navios mercantes deviam andar sempre armados para se defenderem dos corsários e outros inimigos.»<sup>27</sup> Informa-nos mais este autor que, devido às condições adversas de mar e vento, era frequente suspenderem-se as navegações na Europa entre Dezembro e Março, e que «sempre foi costume utilizar os serviços dos pilotos da barra e também muitas vezes os dos pilotos da costa [...]. Em Portugal o serviço de pilotagem da barra está documentado desde 1438, no porto de Atouguia [da Baleia, junto a Peniche]»<sup>28</sup>. E acrescenta que «os primeiros faróis da costa portuguesa só estão documentados no século XVI, mas certamente já na Idade Média se acendiam luzes à noite em locais conspícuos.»<sup>29</sup>

No transporte marítimo, o comércio do sal tinha então a sua importância, sobretudo com a Biscaia e outros portos do Norte. Também sabemos que o modo de remuneração das tripulações era geralmente por quinhões, seguindo normas tradicionais, ou então a preço fixo por viagem, sendo os de guerra também estipendiados pelo saque ou pelo valor das presas. Pedrosa igualmente nos informa sobre as *taracenas* – onde se construíam e reparavam as embarcações de maior porte – os tipos de navios, a remos e à vela, com as respectivas características náuticas. Nomes como as *galés* (a remos, mas que também têm vela) e as *galeotas* (mais pequenas) são geralmente reconhecidos por públicos não qualificados, que logo lhes associam o esforço esgotante dos remadores, a chusma, muitas vezes escravos ou “forçados”; mais confusa para o vulgo é a distinção entre os vários tipos de navios veleiros que, desde a Baixa Idade Média, se vão tornando dominantes, graças aos aperfeiçoamentos da navegação, da manobra vélica e da construção naval – onde os portugueses marcaram então posição cimeira. Lembremos o caso da *caravela*, de velas latinas<sup>30</sup>, depois a *nau* e o *galeão* (sobretudo de pano redondo), de muito maior porte e que passam a dominar depois de finais do séc. XV.

Finalmente, Gomes Pedrosa analisa com bom detalhe matérias menos conhecidas como os poderes e competências do almirante do reino (uma espécie de “Condestável para o mar”, embora com menor importância), os modos de recrutamento dos homens para as galés e para os navios de vela, as funções de marinheiros, calafates, carpinteiros, besteiros, homens-de-armas, etc., tudo com base em fontes primárias da época, dedicando ainda um precioso capítulo ao *corso*, e outro, menos inovador, à artilharia naval.

No texto sobre as práticas dos corsários este autor começa por esclarecer liminarmente que «o pirata é o ladrão do mar: actua por conta própria sem invocar qualquer justificação nem estar dependente de qualquer autoridade; uma agressão por ele praticada configura sempre o conceito jurídi-

---

<sup>28</sup> Pedrosa, *op. cit.*: 44.

<sup>29</sup> Pedrosa, *op. cit.*: 44.

<sup>30</sup> Vale a pena lembrar o trabalho precursor de Quirino da Fonseca, *A Caravela Portuguesa: e a prioridade técnica das navegações henriquinas*, 2 Vols., Lisboa, Ministério da Marinha [sic.]Tip. Inst. Hidrogr., 1978.

co de pirataria. O corsário tem o seu estatuto legalizado por uma carta de corso ou de marca, e actua em nome e por conta do rei [...]. O corsário pode actuar em duas situações distintas: em guerra, contra todos os navios da nação inimiga; em paz, também contra todos os navios de determinada nação, invocando o direito de represália, que permite ao agredido ressarcir-se em qualquer navio da nacionalidade do agressor.»<sup>31</sup> Com o alargar do campo da navegação oceânica, tornada mundial a partir do séc. XVI, estas práticas tiveram uma ainda maior e mais ampla aplicação por parte de grandes potências marítimas como a Holanda, a Inglaterra e a nossa rival ibérica, mas o autor também refere vários casos de corsários ao serviço dos reis de Portugal (lusos e estrangeiros), sobretudo no séc. XV.

Com uma tal base de partida e já alguma cultura marítima sedimentada na costa ocidental e no Algarve, com trânsitos para norte e para a embocadura do Estreito, são conhecidas as motivações e condições em que se construiu ao longo do século XV o processo da expansão marítima de Portugal: no início, para obter pontos de apoio em Marrocos e pesquisando as ilhas Atlânticas, com prolongadas disputas com muçulmanos e espanhóis; em seguida, com Diogo Gomes, os rios da Guiné e o arquipélago de Cabo Verde, a que se acrescentou o golfo da Guiné e o lucrativo comércio do ouro e dos escravos; depois vieram os mares equatoriais, as ilhas de São Tomé, Príncipe, Fernando Pó e Ano Bom, mais a chegada de Diogo Cão à foz do Congo em 1483, aqui já quase sem concorrência. Nas primeiras viagens de regresso da Índia, os nossos navegadores descobrem também as ilhas de Ascensão e Santa Helena, perdidas no oceano e não ocupadas, acabando por cair em mãos inglesas. De facto, a corrida marítima entre Portugueses e Castelhanos no Atlântico tinha no último quartel do século sofrido um *split* estratégico, com os primeiros apostados em chegar rapidamente ao Índico e às Índias pelo sul do continente africano enquanto os seus oponentes espanhóis se mostravam mais interessados em navegar para poente e tentar encurtar caminho para a mítica China (também dita Catai, depois das viagens terrestres de Marco Polo).

A dobragem do Cabo da Boa Esperança por Bartolomeu Dias em 1488, a viagem da esquadra de Vasco da Gama até Calecute, na costa indiana do Malabar (1498), e a implantação do padrão em 1500 por Pedro Álvares Cabral em terras do Brasil – estes três passos ditaram o futuro imperial de Portugal.

Compreensivelmente, os processos de implantação dos interesses económicos, estratégicos, militares e religiosos do Estado português tomaram formas bem diferenciadas no Brasil e no Oriente – como igualmente aconteceu entre a colonização espanhola (antes de mais, nas Américas) e a nossa. No Índico e na Ásia, parece hoje bastante circunstancial a diferença de linhas estratégicas atribuídas aos vice-reis Afonso de Albuquerque e Fran-

---

<sup>31</sup> Pedrosa, *op. cit.*: 79.

cisco de Almeida que durante tanto tempo entretiveram alguns dos nossos pensadores: o objectivo económico de desviar o grande comércio asiático para o intermediário luso o transportar mais rapidamente até à Europa era o mesmo; algum enraizamento da cultura cristã no Indostão (leia-se, Goa), talvez caro a Albuquerque, não seria enjeitado por Almeida; e a conquista, em força, de pontos de apoio em Moçambique, Áden/Ormuz, Diu, Ceilão e Malaca constituía (além do comércio) a rede de apoio logístico ao poder naval defendido por Francisco de Almeida. Também mais tarde, a partir do séc. XVI, no avanço para as Molucas, Macau e mesmo o Japão, a articulação dos interesses comerciais com os evangelizadores pôde ser conseguida sem grandes choques, enquanto, na acção política externa, a diplomacia substituía em boa parte o poder das armas (agora quase só defensivo), mas sempre, e em todo o caso, com o apoio de uma certa capacidade de *poder marítimo* para garantir a navegação e o transporte sem dependência de terceiros.

É Luís Filipe Barreto (1954- ) quem o lembra ao escrever: «A Carreira da Índia é a armada anual para a Índia, via Rota do Cabo, com uma média de quatro a seis navios, sobretudo naus, caravelas redondas e galeões. A armada, para aproveitar os alíseos favoráveis do Atlântico e a monção do Sudoeste do Índico, larga de Lisboa, habitualmente, na segunda quinzena de Março ou nos inícios de Abril. [...] Em regra, a duração da viagem entre Lisboa e Goa ou Cochim é de seis a sete meses e no regresso, torna-viagem, as naus largam da Índia em Dezembro ou Janeiro, chegando a Lisboa entre Junho e Setembro. [...] A população de uma nau da Carreira da Índia oscila, regra geral, entre quinhentos a oitocentos, com cerca de cem tripulantes, duzentos soldados e duzentos a quinhentos passageiros. A expansão dos portugueses na Ásia é essencialmente marítima e mercantil, de um mínimo de territorialidade para um máximo de espacialidade. Instalação de portugueses e de luso-orientais através de uma alta dispersão pelos literais, fraldas de mar, lavrando os diferentes portos e rotas à procura das melhores soluções económicas para um intermediário entre a Europa e a Ásia e sobretudo e cada vez mais na própria Ásia. O Estado da Índia é uma rede marítimo-mercantil de pontos de apoio litoral e urbano que se estende de Sofala e de Ormuz a Malaca e Macau.»<sup>32</sup>

No Brasil, as coisas irão passar-se de forma muito diferente, numa apropriação essencialmente territorial e com benefícios económicos bastante rápidos, embora mais tardios. Mas também a Evangelização e a aculturação da língua portuguesa tiveram aí papel importante. O Atlântico Sul não passou, por isso, a ser um “mar português”, a despeito do intenso tráfico escravagista no sentido África-América, mas todo ele civil e mercantil, e relativamente afastado do poder naval do Estado. Além de que espanhóis, holandeses e ingleses eram agora competidores temíveis, nesse e noutros mares.

---

<sup>32</sup> Luís Filipe Barreto, *Lavrar o Mar: Os Portugueses e a Ásia - c.1480-c.1630*, Lisboa, CNCDP, 2000: 51-52.

Na esteira do trabalho pioneiro de Vitorino de Magalhães Godinho (1918-2011)<sup>33</sup> a historiografia portuguesa actual reexaminou e aprofundou quase todos os aspectos do processo da expansão marítima dos séculos XV e XVI e da gestão diferenciada desse “império ultramarino” nos séculos seguintes, incluindo a moderna colonização de amplos territórios africanos.

Mas voltemos às condições estruturais do processo da nossa expansão marítima.

Jorge Semedo de Matos (1955- ) recorda-nos a vinda do genovês Pessagno (Pessanha), muito experiente das galés e da navegação no Mediterrâneo, e certifica que, até meados de Quatrocentos, «basicamente, a técnica desses marinheiros assentava no seguimento de rumos definidos e na estima da distância percorrida, complementados por instruções técnicas precisas, existentes em roteiros próprios (os portulanos), escritos ou integrados numa tradição oral [... e que] os locais de nascimento e ocaso de alguns astros serviram de ajuda durante muitos séculos, e a bússola<sup>34</sup>, aparecida nos finais do século XII, foi um dos mais preciosos engenhos auxiliares desta navegação»<sup>35</sup>.

Este autor pronuncia-se assim acerca do papel de “Henrique, o navegador” na nossa expansão marítima: «É (ou foi) vulgar atribuir ao infante D. Henrique a fundação de uma escola náutica, em Sagres: a mítica ‘escola de Sagres’, que hoje se sabe nunca ter tido expressão física. Contudo, deve salientar-se que houve, da parte do Infante um esforço real para reunir em Portugal técnicos cartógrafos, construtores de instrumentos náuticos e, também, astrólogos. Não é verdade que ele tenha sido um preclaro geógrafo, um insigne matemático que dominava a astronomia ou qualquer outra arte da escolástica. Mas é verdadeira a sua capacidade de organização e a tenacidade com que perseguia uma ideia e lhe dava execução prática, mesmo que tivesse que ultrapassar as mais difíceis barreiras. Era, sobretudo, um homem de acção e um organizador e, com essas capacidades, conseguiu que trabalhassem em conjunto com os homens do mar, que ele controlava directamente, os tais cartógrafos, astrólogos, construtores de instrumentos náuticos. Fez com que estes ouvissem as experiências práticas dos marinheiros e procurassem encontrar soluções para os problemas que estes iam tendo, à medida que as viagens se alargavam cada vez mais.»<sup>36</sup> Além desta desmontagem do “mito de Sagres” – a despeito de Zuzara ter escrito que D. Henrique criou em Sagres a Vila do Infante «por que todos os navios que atravessassem do Levante para o Poente podessem ali fazer devisa e achar mantimentos e pilotos assim como fazem em Callez [Cádiz]»<sup>37</sup>-, con-

---

<sup>33</sup> Ver, por exemplo, *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos* (1962)

<sup>34</sup> Originária da China e trazida para o Ocidente pelos Árabes.

<sup>35</sup> Luís Jorge Semedo de Matos, in Francisco Bethencourt & Kirti Chaudhuri, dirs., *História da Expansão Portuguesa* - Vol. I, sl, Círculo de Leitores, 1998: 73.

<sup>36</sup> Matos, *op. cit.*: 74-75.

<sup>37</sup> Ver Pedrosa, *op. cit.*: 44.

vém recordar a acção de D. Henrique no Porto (onde nascera), mandando ali construir e armar vários dos navios que protagonizaram essa nossa controlada aventura marítima, a começar logo pela centena de embarcações de guerra saídas dos estaleiros de Miragaia e Lordelo para o assalto a Ceuta em 1415. Se esse investimento ponderoso na construção naval passara já por medidas de longo prazo tomadas por D. Dinis e D. Fernando (os pinhais, os artifices e a frota), falta-nos melhor informação sobre o papel da burguesia portuense e o eventual recurso ao financiamento judaico<sup>38</sup>. Em todo o caso, o especialista Francisco Contente Domingues (1959-2021) não deixa de enfatizar a questão da importância adquirida pela arquitectura e construção naval do reino português e a sua capacidade para inovar, graças ao engenho dos mestres (inicialmente italianos, depois portugueses), ao longo das sucessivas fases da aprendizagem das novas condições da navegação (e do transporte), no Atlântico Sul e no Índico<sup>39</sup>.

Numa perspectiva mais focada nos aspectos militares da expansão, Luís Miguel Duarte (1956- ) analisa também a evolução da marinha lusitana, revisitando a constituição das primeiras armadas, os tipos de navios, o pessoal que os guarnecia (recrutamento, hierarquia e divisão-de-funções especializadas), a logística envolvida, as tácticas de combate e mesmo a análise de algumas situações históricas como, por exemplo, a componente naval da defesa de Lisboa contra o cerco que lhe fora posto pelo rei Juan I de Castela em Maio-Setembro de 1384<sup>40</sup>. A defesa naval de Lisboa nunca mais deixou de ser uma das missões militares atribuídas à Marinha. Mas a partir de meados de Quatrocentos, o autor considera (com outros estrangeiros) que ocorre uma verdadeira “revolução militar”, com importantes mudanças a três níveis: «o primeiro seria o destronar da cavalaria pesada como o núcleo fundamental do exército, em detrimento da infantaria [...]. O segundo a introdução das armas de fogo: a artilharia, que revolucionou a guerra de cerca [...] e as armas pessoais que mudaram os combates a pé, embora de forma mais lenta [...]. O terceiro nível decorre parcialmente dos dois anteriores, mas é talvez mais decisivo do que eles: o aumento desmesurado do tamanho dos exércitos.»<sup>41</sup>

Ora, a questão das armas de fogo e da artilharia implicou logicamente também decisivas alterações na construção e armamento dos navios e na táctica da batalha naval: as galés haviam passado à história com a navegação oceânica; agora, as caravelas portuguesas iam dar lugar às naus e aos galeões, de várias cobertas, três e quatro mastros, forte poder de canho-

---

<sup>38</sup> O historiador Amândio J. M. Barros refere no seu texto “O Porto e a construção dos navios de Vasco da Gama”: «Quanto ao financiamento dos navios, de assinalar a aplicação de sobejos de fintas cobradas para custear operações militares (no caso, a armada da Graciosa) e o contributo praticamente obrigatório das comunas de judeus neste tipo de empresas» in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques* – Vol. 1, Porto, FLUP, 2006: 139.

<sup>39</sup> Ver Francisco Contente Domingues, “A prática de navegar”, in Francisco Bethencourt & Kirti Chaudhuri, dirs., *História da Expansão Portuguesa* - Vol. I, sl, Círculo de Leitores, 1998: 62-72.

<sup>40</sup> Ver Luís Miguel Duarte, in Manuel Themudo Barata & Nuno Severiano Teixeira, dirs., *Nova História Militar de Portugal* - Vol. I, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2003: 290-346.

<sup>41</sup> Luís Miguel Duarte, *op. cit.*: 347.



neio, com centenas de homens a bordo e as correspondentes necessidades de reabastecimento, aguada, organização e disciplina.

Passamos aqui sobre quaisquer detalhes ou especificações relativas aos interesses económicos envolvidos nesta Expansão, sabendo que eles foram importantíssimos e determinantes, tanto na ordem interna do Estado português como nas suas relações externas, catapultando finalmente o seu Rei para um plano de destaque e emulação no contexto europeu. O mesmo silêncio seja confessado relativamente à Missionaçãõ religiosa, uma dimensãõ sempre presente e indispensável na política diplomática da nossa Coroa, com indubitável sucesso no Padroado do Oriente, estabelecido com o Papado logo em 1516 e em breve com dioceses no Funchal, em Santiago de Cabo Verde, São Miguel dos Açores, São Tomé, Goa, Cochim, Malaca e Macau (com jurisdição estendida até ao Japão), todas ainda nesse séc. XVI.

Este processo de expansão marítima longínqua não se fez sem concorrência, desde logo por Espanhóis, algo em atraso por boa parte do séc. XV devido às suas guerras intestinas e querelas dinásticas, mas finalmente superadas pelo casamento dos Reis Católicos, que assim fusionaram os reinos de Castela e Aragão em 1469. A partir daí a concorrência entre ibéricos foi cerrada e Barcelona cedeu o lugar de principal porto de armamento a Sevilha, em breve também aliviada da presença árabe na Península, no mesmo ano em que Colombo atingiu as Antilhas americanas (1492). Tal como Portugal, os espanhóis foram às Repúblicas mercantis-navegadoras italianas buscar os seus primeiros pilotos, navegadores, cartógrafos e mestres de construção naval, mas desenvolveram em seguida as suas próprias aptidões nestes domínios, geralmente num clima competitivo e de segredo (que em tempos foi entre nós chamado de “política do sigilo”<sup>42</sup>). Na primeira metade de Quinhentos, a rivalidade foi intensa, mas apenas comercial e de prestígio. Graças ao Tratado de Tordesilhas e à “habilidade estratégica” de D. João II, evitou-se a ocorrência de qualquer guerra entre as duas “super-potências”.

Porém, ao longo daquele século e devido a uniões e heranças dinásticas, a Casa de Áustria tornou-se dona do maior Estado imperial da época, reinando simultaneamente nos terrenos tradicionais dos Habsburgos, nos Países-Baixos, na Espanha, nos imensos territórios submetidos nas Américas e ainda em alguns domínios conseguidos no Sudoeste Asiático arquipelágico. O cisma religioso da Reforma também pesou nesta grande arena política internacional. E aí Portugal revelou as limitações dos seus poderes ultramarinos, para mais estando agora debaixo da Coroa espanhola. Holandeses e Ingleses mostraram-se então mais ousados e aptos, quer na conquista, quer no comércio (vide o papel das grandes empresas monopolistas do comércio longínquo, com as Companhias das Índias e outras). Aventurosos navegadores e grandes corsários obtiveram sucessos a Ocidente e a Oriente: depois de Colombo (1451-1506), Amerigo Vespucci (1454-1529) confirmou

---

<sup>42</sup> Vide Jaime Cortesão (1884-1960), em especial o título *A Política de Sigilo nos Descobrimentos* (1997).



para Espanha a existência de um grande continente Americano e Fernão de Magalhães/Juan Sebastián Elcano apresentaram aquele reino com a proeza da circum-navegação em 1519-22; o francês Jacques Cartier (1491-1557) explorou o rio São Lourenço no Canadá; no Atlântico, Francis Drake (1540-1596) fez muito pela Inglaterra e pela sua rainha Isabel I<sup>ra</sup>; foram os emigrantes cristãos puritanos do *Mayflower* que em 1620 iniciaram a colonização europeia da América do norte; enquanto La Péruse (1529-1554) explorou o Pacífico Sul por onde dois séculos mais tarde andaram (a expensas reais e sem preocupações comerciais) o já referido James Cook e Bougainville (1729-1811); mas Surcouf (1773-1827) ainda em Setecentos prestou bons serviços ao rei de França como corsário, já a Inglaterra tinha lançado as bases do seu futuro *império colonial*.

Este bosquejo pelo processo da expansão portuguesa nos alvares do Renascimento – para o qual contribuiu com uma quota-parte não despreciosa – permite-nos chegar à constatação dos seus resultados mais duradouros, e das suas principais consequências para o futuro do país: *um império, sim, comercial e marítimo*, mas com pontos de apoio estratégicos (bases territoriais, esquadras e feitorias), conduzidos com melhor ou pior sucesso por uma política de Estado sediada em Lisboa, sem desmerecer dos micro-enraizamentos culturais deixados aqui e acolá por marcas simbólicas gravadas nas pedras, na língua, na literatura e na religião.

Antes e quase a par dos Espanhóis, os Portugueses levaram ao *fechamento do mundo sobre si-próprio*: a “primeira globalização”, para retomar os termos de Immanuel Wallerstein (1930-2019), cunhados na obra histórica em que desenvolveu a sua “*world system theory*”<sup>43</sup>. Uma síntese interessante deste processo é-nos também dada pelo historiador Russel-Wood (1940-2010) no livro *O Império Português*<sup>44</sup>.

Outro autor contemporâneo, Anthony Padgen, escreve: «Talvez paradoxalmente, o primeiro império ultramarino europeu a preocupar-se quase em exclusivo com o comércio e não com a conquista foi o português. Como vimos, as primeiras tentativas portuguesas de fixação e conquista em África tinham ficado frustradas pelo engenho dos africanos, o clima e as doenças. Por fim, os portugueses haviam sido obrigados a limitar a sua fixação aos enclaves costeiros que os dirigentes locais lhes arrendavam. Estes enclaves, a que chamaram feitorias, um termo que os ingleses adoptaram mais tarde, estabeleceram-se em toda a África, Índia e Ásia [...] Eram comunidades independentes e com autodeterminação que, embora fortificadas e com guarnições, existiam com o consentimento e, na maioria dos casos, com a participação activa das populações locais. Os propagandistas do império português, particularmente o poeta épico Luís de Camões, tinham tendência para descrever o comércio como uma espécie de conquista. [...] Todavia, a única colónia verdadeira que os portugueses estabeleceram foi o Brasil.»<sup>45</sup>

<sup>43</sup> Ver Immanuel Wallerstein, *O Sistema Mundial Moderno*, 2 vols. (1990, 1996).

<sup>44</sup> Russel-Wood, *O Império Português 1415-1808* (2016).

<sup>45</sup> Anthony Padgen, *Povos e Impérios: breve história, grandes temas*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2003: 89-90.

Depois disto, sobrevieram já as grandes potências europeias, com des-temidos e empreendedores Holandeses, mas sobretudo com o protagonismo próprio e poderoso de Ingleses e Franceses.

Contudo, Setecentos, foi o ainda o “século de ouro” da colonização portuguesa do Brasil. Aproveitando a fundo a mão-de-obra escrava no engenho açucareiro e as riquezas do subsolo de Minas Gerais, este investimento levou a um novo surto de grandeza do reino de Portugal, que um ministro despota mas sagaz como Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782, diplomata, conde de Oeiras e finalmente marquês de Pombal) tentou transformar em progresso colectivo, prestígio externo e sinais de modernização iluminista, não hesitando para isso em afrontar os poderes da Igreja (o tribunal da Inquisição e sobretudo os Jesuítas) e os interesses de duques e marqueses (de Vila Real, de Aveiro, do Cadaval, de Lafões, de Távora, de Arronches, etc.), uma espécie equivalente aos “Grandes” de Espanha, mas que aqui tiveram uma expressão consideravelmente menor. Este “orgulho nacional” acabou por ser contrastantemente contemporâneo do “século da Luzes” que iria iluminar as grandes mudanças para o *mundo moderno* que se anunciava.

## A Nação

Nestes termos, podemos supor que, à constituição solidificada do edifício do Estado, tenha correspondido um modo muito mais paulatino de aquisição da autoconsciência de serem Portugueses por parte de mais amplos sectores da população e, colectivamente, de estarem *em vias de constituir uma Nação*.

Para tal, terão contribuído de forma não despreciable as crises dinásticas de 1383 e de 1578-80 e a maneira – contraposta uma à outra – como delas saiu o reino de Portugal. Mas a projecção e extremo alongamento da *nossa fronteira imaginária*, o mar – que Camões magnificamente versou à maneira clássica em *Os Lusíadas* (1572) –, terá igualmente, e talvez mais, confortado esse sentimento pátrio em largas camadas da nossa sociedade: sucesso nas descobertas e nas refregas bélicas; inovação científica, técnica e cultural; enriquecimento material e até esbanjamentos; finalmente, um prestígio indesmentível na Europa, quicá invejas. Até porque o período de governação Filipino não terá sido, em quase todos os sentidos, benfazejo para a maioria da população.

Mas não foi tanto o modo como o reino se libertou da tutela e da governação espanhola em 1640 (em que, de novo, uma parte da aristocracia e do clero preferiu entregar as chaves do poder ao chefe da Casa de Bragança, enquanto outra favorecia Madrid). Ainda aqui, o povo esperou para ver. A contragosto, ele já fora levado a combater em França pelos Espanhóis na Guerra dos Trinta Anos – e imagina-se como essa experiência terá marcado o lúcido espírito de D. Francisco Manuel de Melo (1608-1666), que aderiu ao

levantamento dos conjurados do Almada, foi general da armada mas não evitou posteriormente a prisão e o desterro, antes de vir a ser um embaixador importante na Europa. Mas já na Guerra da Restauração (1640-1668) o povo teve momentos de dúvida e sacrifício, experimentou campanhas desgastantes e sem sucessos palpáveis, mas com forte exacerbação das populações de ambos os lados da raia. E a própria Guerra da Sucessão de Espanha (1701-1714, com negociações que prosseguiram mais uns anos), se não nos envolveu substancialmente nas frentes de guerra, prolongou ainda durante estas décadas o temor do “perigo espanhol” e, com isso, certamente também contribuiu para uma mais forte *consciência nacional*. Admitimos finalmente que o reinado de D. João V e a exuberância ou fascínio do “ouro do Brasil”, que contaminou o país durante boa parte do séc. XVIII, possa ter ajudado também, fortemente, a que a generalidade do povo, tal como a Igreja e a nobreza, se sentisse agora identificada com a ideia de Pátria e de Nação, e, nessa condição, aceitasse o papel dirigente da realeza.

Eis, pois, delineada a nossa ideia a este respeito. O reino de Portugal, com o apoio indispensável da aristocracia e da Igreja, construiu em pouco tempo o seu Estado, com os mecanismos próprios da época, tanto na ordem interna como na ordem externa; e, ao longo dos séculos seguintes, consolidou e aperfeiçoou o funcionamento desse Estado, incluindo quando o alcance dos seus interesses económicos e estratégicos (para não dizer soberanos) se estendeu até metade da Terra, como ficou plasmado no Tratado de Tordesilhas, dando razão a que nessa altura se pudesse falar de “império”.

Porém, a existência da Nação só pôde ser adquirida depois de decorridos mais alguns séculos, criando espessura e densidade de memória, e agora como sentimento também partilhado pelo povo – isto é, pela larga maioria da população –, estando aquele sobretudo recordado da vivência de alguns períodos mais aflitivos como haviam sido as crises de 1383-85 e de 1578-80, os mais incómodos 60 anos de domínio Filipino – a despeito do prestígio de então fazer parte do maior império do mundo, e de outras vantagens decorrentes dessa grandeza – e as guerras que depois disso garantiram a independência de Portugal.

Tudo isto viria acrescentado pelo orgulho próprio de termos – nós Portugueses –, antes de quaisquer outros, “dado novos mundo ao mundo” e recebido, em bônus, a ajuda de oportunidade Setecentista das riquezas brasileiras. Nestes termos, proporíamos avançar com a hipótese de que a Nação portuguesa só se tenha efectivamente constituído entre os séculos XVII e XVIII.

Esta ideia tem suporte na produção historiográfica actual, nomeadamente em Ernest Gellner (1925-1995), autor de *Nations and Nationalism* (1983)<sup>46</sup>, e na que está expressa no livro de Nuno Gonçalo Monteiro (1955- ) *Elites e Poder: Entre o Antigo Regime e o Liberalismo* (2003). Com efeito, são deste

---

<sup>46</sup> Há tradução portuguesa, *Nações e Nacionalismo* (1983).

último autor as seguintes passagens que, nem por saírem do seu contexto literal julgamos menos fiéis ao seu pensamento: «Contra as perspectivas mais tradicionais, que tendiam a projectar num tempo remoto a existência das nações, diversos trabalhos dos anos 80 [do séc. XX] acentuaram a dimensão contemporânea dos fenómenos nacionais<sup>47</sup>. Também entre nós, em contraposição a uma pertinaz herança nacionalista, se procurou realçar o carácter plural dos sentimentos de pertença no Antigo Regime.»<sup>48</sup> E, mais adiante, prossegue: «Como tem sido diversas vezes sublinhado, as imagens prevalecentes no discurso político e na cultura contemporânea portuguesa acentuavam a ‘precoce centralização’ como uma marca singular da história portuguesa. Essa caracterização remontava muito para lá da legislação assumidamente centralizadora da revolução liberal mouziniã, mergulhando as suas raízes no período medieval. Associada à prematura estabilização das fronteiras do reino, a referida tese desembocava na ideia da existência imemorial da nação, assumida em moldes similares aos do período contemporâneo, e legitimava a sua identificação inequívoca já no período medieval. As raízes desta imagem são remotas, mas parece indiscutível que foi Alexandre Herculano [1810-1877] quem mais contribuiu para a difundir, até porque foi quase sempre reivindicado por todos os diversos e contrapostos quadrantes dos vários espectros políticos. [...] No entanto, a historiografia recente datada sobretudo dos anos 80 do século XX, veio pôr frontalmente em causa essas ideias recebidas.»<sup>49</sup> Em tese, poderíamos defender as conclusões deste *case study* (tão apropriado Portugal se nos mostrou) como modelo mais geral para a compreensão da formação de outras Nações e de outros nacionalismos, nomeadamente aqueles que possam estar emergindo nos Estados africanos resultantes da descolonização do séc. XX. Nestes países, temos Estados (aliás herdados da “partilha de África” colonial do séc. XIX), mas não temos necessariamente Nações; ou, não temos *ainda* Nações. Onde antes havia a Nobreza e a Igreja, existem lá agora elites dirigentes estatais, com indesmentíveis interesses privados e “de classe”. Os mecanismos estatais do “monopólio da força”, da justiça, da diplomacia ou mesmo dos “assuntos do desenvolvimento económico e social” não diferem muito, na sua essência, no nosso “laboratório de prova” aqui examinado. E o povo, esse está onde sempre esteve e onde está sempre, quase sem poder mas com as suas culturas próprias, contudo decerto agora mais informado do que se passa alhures.

---

<sup>47</sup> O autor cita também o historiador inglês Eric J. Hobsbawm, *Nations and Nationalism since 1780* (1990).

<sup>48</sup> Monteiro, *op. cit.*: 21.

<sup>49</sup> Monteiro, *op. cit.*: 25-26.

A despeito de certos casos mais complexos envolvendo a composição étnica e cultural das populações e a artificialidade com que foram traçadas as fronteiras estatais, podemos talvez esperar que a maior parte dos Estados actuais venham a configurar verdadeiras *identidades nacionais* nos povos que os habitam, isto é, verdadeiras Nações. E, simultaneamente, constroem os *cidadãos* que são supostos constituir a base activa e consciente do Estado moderno.

### Uma nota sobre a Marinha pré-moderna

Para fazer uma referência especial à Marinha neste período do séc. XVIII, vale a pena lembrar que a Armada continuava a ter que assegurar as ligações às longínquas possessões do império marítimo, não para exercer um domínio do mar (que, no fundo, nunca teve), mas para evitar ser objecto da cobiça de piratas ou corsários e para impedir o assédio de Estados terceiros aos portos onde se içava a bandeira portuguesa. Nesse sentido, foi relevante a acção dos estaleiros navais da Baía e de Damão/Goa, bem como a cartografia e o ensino da náutica nesta última cidade, assunto que já foi devidamente estudado por Adelino Rodrigues da Costa (1945-)<sup>50</sup>.

Relativamente ao séc. XVIII, Rodrigues Pereira (1948- ) afirma que «a fraqueza da Armada Real, cujo valor militar era praticamente nulo, permitiu que, em Setembro de 1712, o francês Du Guay-Trouin atacasse e saqueasse impunemente o Rio de Janeiro, com 15 navios e 2.000 homens. [...] Com a decadência do poder naval, que no reinado de D. João V atinge o período de maior abatimento, aumenta o número de ataques dos corsários à navegação de comércio portuguesa, chegando os argelinos a atreverem-se, em 1714, a fazê-lo na barra do Tejo.»<sup>51</sup>

Contudo, mesmo neste período de escassos recursos, a Armada (agora cada vez mais diferenciada das funções mercantes) assume uma posição importante no plano da política externa do Estado português quando responde ao apelo do Papa para que nos juntemos à coligação de Florença, França, Malta e Estados Pontifícios para ajudar a declinante República de Veneza a fazer frente às novas ameaças dos Turcos Otomanos no Mediterrâneo Oriental. Em 1716 e 1717 uma esquadra do comando do almirante conde do Rio Grande<sup>52</sup> opera junto à ilha de Corfú, na Grécia, integrando a força naval coligada (35 navios de combate) que derrotou a frota otomana (de 54 unidades, naus e galés), naquela que foi a última tentativa do império Turco para dominar aqueles mares: a batalha naval do Cabo de Matapan (19 de Julho de 1717).

---

<sup>50</sup> Ver *A Marinha de Goa e outros ensaios náuticos* (2009).

<sup>51</sup> José António Rodrigues Pereira, *Marinha Portuguesa: Nove Séculos de História*, Lisboa, Comissão Cultural de Marinha, 2010: 270.

<sup>52</sup> Lopo Furtado de Mendonça (1689-1730). A esquadra seria composta de 5 naus, 2 fragatas e 4 outros navios menores, com mais de 400 bocas de fogo.

Se a primeira metade do século foi difícil para a Marinha, no reinado de D. Maria I<sup>a</sup> as coisas melhoraram sensivelmente, sobretudo no período 1770-1801, sob a direcção dos ministros Martinho de Melo e Castro e, em seguida, Rodrigo de Sousa Coutinho. Assim, por exemplo, em 1800, na metrópole existiriam 13 naus, 16 fragatas, 3 corvetas, 7 bergantins e 8 charruas e talvez uns 12 mil marinheiros, material naval suficiente para armar três esquadras, respectivamente para a defesa da costa, para o Estreito de Gibraltar onde pairava sempre a ameaça dos corsários do Magrebe<sup>53</sup>, e para o mar dos Açores. Pois, além disto, em 1798 foi ainda possível organizar um comboio de 122 navios mercantes desde o Brasil até ao Tejo sob a escolta de duas naus e três fragatas da Armada Real.

Em 1798 a aliança luso-britânica voltou a funcionar, com o Almirantado Britânico, talvez ainda receoso das consequências de Spithead<sup>54</sup>, a tentar aproveitar a expedição de Napoleão ao Egipto para lhe assestar um golpe certo. O almirante Nelson<sup>55</sup> substituiu Jervis no comando da esquadra do Mediterrâneo e logo manobrou para tentar interceptar os franceses, o que não conseguiu, acabando apenas por os encontrar desprevenidos na baía de Aboukir a 1 de Agosto, onde se travou batalha, vitoriosa para os ingleses. Uma esquadra lusa do comando do almirante marquês de Nisa<sup>56</sup> estava desde Maio debaixo de ordens de Lord Jervis<sup>57</sup>, que nessa altura bloqueava Cádiz, mas devia reunir-se a Nelson, já em operações no Mediterrâneo. Cumprindo as missões atribuídas, foi-lhe no encalço, mas chegou tarde demais ao Egipto e não interveio na batalha, seguindo-se algum *qui pro quod* com os comandos ingleses. Dispondo de 4 naus, 1 fragata e 1 bergantim (com um total de 340 canhões e cerca de 3 mil homens), Nisa voltou para Ocidente e foi reforçar o bloqueio a Malta em Setembro, ilha que estava em poder dos franceses. Finalmente, em finais de Outubro, Nisa encontrou Nelson em Nápoles, mas as relações entre os dois homens foram sempre más ou difíceis. Ficou, todavia, sob o seu comando-em-chefe em operações no mar Tirreno, centradas no reino de Nápoles e na Sicília, operações de guerra que se prolongaram por todo o ano de 1799, com uma segunda participação portuguesa no bloqueio a Malta e só regressando à capital, por ordem de Lisboa, já no

---

<sup>53</sup> Ver o interessante trabalho académico de Luís Xavier Cabrita, *Os Cativos em Argel da Marinha Real Portuguesa, 1799-1812* (tese de mestrado), Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 2013.

<sup>54</sup> Amotinação da marinagem da Frota do Canal neste ancoradouro perto de Portsmouth (também no de Nore e em Plymouth) em Abril/Maio de 1797, reclamando aumento dos soldos, maiores licenças, melhor alimentação e afastamento de alguns oficiais, mas nada contra os castigos corporais. Os amotinados foram liderados por delegados eleitos e tentaram negociar com o Almirantado, mantendo a disciplina e os serviços de bordo, e deixando sair para o mar alguns navios em missão. Houve repressão, mas atendimento posterior de algumas das reivindicações.

<sup>55</sup> Horatius Nelson (1758-1805), grande figura de almirante inglês, vencedor dos franceses na decisiva batalha naval de Trafalgar, em que morreu.

<sup>56</sup> Domingos Xavier de Lima, 7<sup>o</sup> marquês de Nisa (1765-1802).

<sup>57</sup> Almirante inglês John Jervis (1735-1823), que então comandava-em-chefe a esquadra do Mediterrâneo.

início de 1800. A despeito de ter sido o seu único aliado nessa guerra marítima (e de por vezes lhe ter confiado o comando superior de navios britânicos), Nelson terá sempre menosprezado o contributo da força naval portuguesa ou do almirante Nisa<sup>58</sup>. Arrogância inglesa ou sentido das realidades?

Mas, já antes, em 1793, uma esquadra portuguesa havia cooperado com a *Royal Navy* em apoio logístico à campanha do Rossilhão (Pirinéus), e em 1794 outra força naval comandada pelo almirante António Januário do Vale servira debaixo-de-ordens de Lord Howe<sup>59</sup> nas águas do Canal da Mancha e do Atlântico Norte.

A par deste reequipamento naval, o Estado português também dotou a sua Marinha dos instrumentos institucionais e organizativos que lhe deram uma ossatura bastante consistente ao chegar o período das grandes convulsões arrastadas pelo furação revolucionário e bonapartista: o corpo dos oficiais da Armada, o Conselho do Almirantado, o cargo de Major-General da Armada, a Brigada Real de Marinha, etc.

Eis, pois, aqui referida uma das facetas da Nação portuguesa e da projecção do seu Estado no exterior, naquilo que podemos denominar de *pré-modernidade* e que iremos desenvolver já no ponto seguinte.

---

<sup>58</sup> Esta opinião desprende-se com meridiana clareza da leitura da obra que aqui nos serviu de base, da autoria de um conceituado investigador dos arquivos da Marinha mas que neste ponto patenteia alguma inabilidade como analista – o comandante António Marques Esparteiro, *O Almirante Marquês de Nisa*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1944. O seu estudo ocupa as primeiras 120 páginas mas o volume segue até à pág. 436 com um notável acervo documental, incluindo muita correspondência, fonte importante para uma análise historiográfica.

<sup>59</sup> Richard Howe (1726-1799) que atingiu o posto máximo de almirante de esquadra na *Royal Navy*.

### 3. O Mundo Moderno, tal como o Ocidente o forjou

É sabido que teve curso entre os historiadores uma divisão da História da Humanidade em grandes Épocas considerando-se que o Feudalismo teria terminado com a queda do Império Bizantino em 1453, a grande expansão dos Ocidentais para o mundo e a consolidação dos Estados-nação; designando depois o período até à Revolução Francesa por Idade Moderna, e desde aí até à actualidade por Idade Contemporânea. Esta divisão caiu em desuso pelos progressos da Historiografia e outras ciências no séc. XX.

Por outro lado, sociólogos (entre os quais o que assina estas linhas) designam por Modernidade o período inaugurado pelas Revoluções Americana e Francesa, as quais dissociaram a governação do Estado da genealogia de uma determinada linhagem familiar. A nova instituição superior do poder político estava agora plenamente assente no conceito de Estado-nação. Estas inovações estruturais ocorridas no plano político foram geralmente formalizadas em Declarações de Direitos e em Constituições com valor jurídico, normativo e obrigatório, e tinham na base a noção do *individuo cidadão*, titular de determinados direitos civis e políticos, nomeadamente os referentes à igualdade perante a lei, às liberdades pessoais, às escolhas matrimoniais e de subsistência económica, à propriedade, à segurança, a uma justiça imparcial e a concorrer para a governação do Estado. A Nação passava, assim, a ser composta por todas as pessoas nascidas e residentes no seu território, sem distinção de condições de nascimento. É apenas um *raccourci*, mas é curioso constatar que a lei constitucional portuguesa, por exemplo, passou a decretar que «a soberania reside essencialmente em a Nação» (artº 5º da Constituição de 1911, como já estava no artº 21º da de 1822, e ainda no 71º da de 1933, que apenas lhe retirou o ‘essencialmente’).

Como é sabido, “a sociedade não se muda por decreto”<sup>60</sup>, mas estas formulações mais solenes revelam as grandes orientações que, ao institucionalizar-se, um novo poder político pretende reconhecer e projectar para o futuro. E o futuro foi, neste caso, uma progressiva (e por vezes conflitual) evolução em direcção a uma mais efectiva *igualdade cidadã*, no reconhecimento da complexidade das dinâmicas sociais e das suas temporárias estratificações, agrupamentos e instituições, também à construção de formas democráticas de participação no poder político, na erradicação dos regimes monárquicos hereditários e sua substituição por processos de escolha popular para a direcção do Estado; e, finalmente, na deslocação da “religião oficial do Estado” para a esfera privada das crenças individuais mas com

---

<sup>60</sup> Ver a obra do sociólogo francês Michel Crozier (1922-2013), em particular, *On ne change pas la société par décret* (1979).



livre manifestação pública dos sentimentos religiosos. A desconfessionalização e *laicização da vida pública* das nações insere-se igualmente neste movimento<sup>61</sup>.

Em tal sentido, o processo de social da Modernização pode ter uma correspondência com o processo político da edificação do *Estado moderno* e dos regimes democráticos (ou, como alguns preferem, o “Estado de direito democrático”). Mas isto foi feito através de avanços-e-recuos, transigências e contradições. Por exemplo, com a manutenção em muitos países de regimes de “monarquia constitucional”; com a acomodação, ainda durante algumas décadas, destes princípios com a persistência da escravatura e da condição social do escravo; com o estabelecimento de um direito de voto censitário; com o reconhecimento bem tardio dos direitos de acção e organização sindical dos trabalhadores assalariados; ou com a longa manutenção da mulher num estatuto de inferioridade civil e social. E, talvez suprema ironia da história, foram governos “absolutistas” (como o inglês), vencedores do imperador saído da Revolução, que mais depressa puseram em prática vários dos valores e princípios democráticos (como um parlamentarismo agora mais racionalizado ou a permissão do associativismo operário).

Em todo o caso, os mecanismos e aparelhos do Estado foram adaptados aos novos princípios, nomeadamente com a *separação dos poderes* legislativo, executivo e judicial, e a independência deste último; e ao ser-lhe atribuído o “monopólio da força”, isto é, as forças armadas e policiais, sob direcção única, governamental. Assim nasciam os “exércitos nacionais”, acabando a prática do recurso a mercenários e, no mar, à guerra de corso, até aí tão correntes.

É claro que esta é uma visão simplificada da evolução verificada e que durou cerca de um século – o de Oitocentos, *grosso modo* – em que o Estado, a economia e a sociedade foram progressivamente interiorizando os princípios de liberdade e justiça anunciados nas Declarações de Direitos e nas Constituições, mas protagonizando as crises e os conflitos gerados por tais mudanças.

Realmente, no caso de Portugal, o sistema político passou por inúmeras crises e vários golpes-de-Estado, incluindo uma guerra civil “fundadora” e outra “cabralista-regional” que envolveu intervenção estrangeira, até que o Fontismo lá acabou por meter o país no caminho de um certo progresso. E na Europa os nacionalismos cresceram, incluindo enfrentamentos armados, intra-nacionais (como os das “reunificações” italiana e alemã) ou inter-nacionais, como o da guerra franco-prussiana de 1870. A própria América Latina não foi isenta de tais confrontos, até que as fronteiras se estabilizassem razoavelmente<sup>62</sup>; embora a instabilidade interna tenha permanecido sempre grande.

---

<sup>61</sup> Ver, por exemplo, de Miguel Baptista Pereira (1929-2007), o livro *Modernidade e Secularização* (1990).

<sup>62</sup> Ver José Manuel Freire Nogueira, *A Geopolítica no início do Século XXI: A América do Sul em contexto* (2018).

Em todo o caso, alguma ordem internacional reinou no continente europeu após a derrota napoleónica e por efeito do Tratado de Viena (1815). Criou-se doutrina para o uso internacional dos grandes rios, reforçaram-se os princípios de Westfália quanto à estabilidade dos Estados-nação e até se deu algum incentivo para a abolição da servidão e da escravatura em espaços extra-europeus. Mas isto funcionou talvez também como um estímulo para deslocar para outros continentes a concorrência e vontade de domínio dos poderes mais ambiciosos.

Quanto à economia, liberal e capitalista, essa desenvolveu-se pouco, mal e tardiamente entre nós, Portugueses, e desde logo com uma deficiente escolarização da população, importante factor de progresso; também com o mau exemplo da geralmente deficiente gestão das finanças públicas, que culminou com a crise de 1891, que chegou a pôr a continuação da posse das colónias nos pratos da balança da solvência nacional. E num mundo em rápido desenvolvimento das forças produtivas, não foram poucas as crises de regulação do sistema económico, também responsável por alguns maciços processos de migrações internas e internacionais.

Pelo que diz respeito à evolução social, nos rudimentos de sociologia aprende-se que existe uma diferenciação radical *entre sociedade tradicional* (essencialmente camponesa) e *sociedade moderna* (tendencialmente urbana, individualizada e com múltiplas instituições civis), tal como entre a pessoa que é membro de uma *comunidade* (onde sobreleva o “nós”) e a pessoa membro de uma *sociedade* (onde o “eu” tem primazia). A Modernidade implica este processo de individualização, correspondente à passagem das durkheimianas noções de uma “solidariedade mecânica” (como se fôra automática ou espontânea) para uma “solidariedade orgânica”, isto é, mais institucional e regularizada das interações entre os indivíduos<sup>63</sup>.

Nestes termos, vamos agora passar em revista alguns aspectos da evolução histórica das sociedades modernas, nos últimos dois séculos.

No caso específico de Portugal, deve lembrar-se que, no séc. XVIII, especialmente na sua segunda metade, se observa uma “*pré-modernização*” do Estado, já indiscutivelmente como Estado-Nação, mas ainda com projecções de interesses para Sul e Oriente, e com a enorme colónia do Brasil, em exploração intensiva. As reformas pombalinas, centralizadoras e industrializantes, foram importantes para remover alguns obstáculos e poderes que sobrevieram do Feudalismo, no tocante à alta aristocracia e à Igreja, bem como no sentido de maior igualdade civil (interditando os escravos no território continental) e de abertura à nova economia produtivista e industrial que se anunciava. Talvez ainda com mais impacto, a prazo, foi o ambiente cultural “iluminista” e des-sacralizador que se foi instalando, o qual se traduziu na

---

<sup>63</sup> O francês Émile Durkheim (1858-1917) é considerado por muitos como o fundador da sociologia científica.

criação de várias Academias e nalguma reestruturação da Universidade. Além da Academia das Ciências (1757) e do impulso dado à investigação “naturalista” e à medicina<sup>64</sup>, é de realçar a Aula de Comércio (1759) e o Colégio dos Nobres (1761)<sup>65</sup>; e, já no reinado de D. Maria II, a criação da Academia Real de Marinha (1779) e da complementar Academia Real dos Guardas-Marinhas (1796), bem como da Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho (1790)<sup>66</sup> e do Real Corpo de Engenheiros (1793)<sup>67</sup>. Estas instituições são contemporâneas da reorganização dos grandes *departamentos governamentais* que passaram a funcionar e, afinal, sobreviveram ao fim do Antigo Regime e, no essencial, se mantiveram até à chegada da República: as Secretarias de Estado do Reino, da Fazenda, da Guerra, dos Negócios Estrangeiros (por vezes junta àquela), e da Marinha e Ultramar.

No séc. XIX e estabilizado minimamente o regime liberal-constitucional, a ossatura do Estado Moderno foi-se densificando (vide o ministério do fomento ou das obras públicas, e a independência dos tribunais), tal como foi progredindo o processo de “juridicização”<sup>68</sup> em diversos domínios, sobretudo através da legislação e no campo económico ou da propriedade (códigos civil e comercial, bancos e instituições de crédito e previdência, sociedades anónimas, os tratados-de-navegação-e-comércio, etc.). E a Modernização também prosseguiu com a abolição da pena de morte para os crimes civis (e o fim dos castigos corporais, na Armada, por exemplo), a erradicação da escravatura e a “ocupação efectiva” das possessões ultramarinas.

## A Modernidade: realizações e fraquezas

Descendente mais longínquo do Renascimento, e filho directo do cientismo e do iluminismo do séc. XVIII, o *desenvolvimento industrial* fez crescer uma economia expansiva e capitalista (porque concentrando capital nas mãos de uns poucos e este ter que ser re-investido para a reprodução alargada do processo), impulsionou uma classe burguesa para novas ambições e assistiu com boas expectativas aos episódios políticos finais do Antigo Regime.

---

<sup>64</sup> Sobre a criação de uma escola médica em Luanda em 1791, ver Maria da Soledade Montenegro, “Uma escola médica em Luanda”, *Boletim do Instituto de Angola*, nº 12, 1959; e Manuel Silvério Marques & António Braz de Oliveira, *Medicine in the tropics: decoding José Pinto de Azeredo's: Essays on Fevers and other manuscripts*, Med Tropics, 2011. E vale a pena dizer que, de uma forma intermitente, funcionou na Índia desde 1691 uma Aula de Medicina e Cirurgia, que em 1842 foi transformada na Escola Médico-Cirúrgica de Goa.

<sup>65</sup> Nesta concepção, já não bastava a “provança de sangue”. Para ser nobre, era preciso aprender a sê-lo.

<sup>66</sup> Que veio a dar origem à Escola do Exército, hoje Academia Militar.

<sup>67</sup> Além de militares, os Engenheiros foram muito importantes na modernização material do país.

<sup>68</sup> Ver Cristina Rodrigues, *Portugal e a Organização Internacional do Trabalho* (2013), em particular págs. 37-44.

Diga-se, desde já, que o processo estrito de crescimento da economia ao longo do século e meio seguinte não foi isento de sobressaltos, descontinuidades e subidas de patamar. São especialmente de assinalar os seguintes: até ao terceiro quartel do século XIX, a prioridade nos países em vias de industrialização foi para a exploração mineira, a mecanização das antigas manufacturas (de têxteis, madeira, cerâmica, etc.) pelo vapor e em seguida pela electricidade, a produção metalúrgica, a proliferação do transporte pesado de mercadorias e pessoas (caminhos-de-ferro e navegação a vapor), as comunicações telegráficas, a abertura de grandes canais marítimos, a migração de gente dos campos para as cidades, o alojamento das novas classes proletárias em “bairros sociais” nas suas periferias e a alfabetização popular. No tecido económico criaram-se as sociedades anónimas e estruturaram-se as bolsas-de-valores (monetários mas também de certos produtos), desenvolveram-se os bancos, o crédito e as seguradoras, ao mesmo tempo que se impediam as greves e as “coalizões” de trabalhadores para aumentar salários. É nesta época que surgem as primeiras manifestações de associativismo operário e certos pensadores elaboram doutrinas que, genericamente, podemos qualificar de “socialistas”.

As políticas livre-cambistas foram ganhando vantagem sobre o protecționismo nacional e assim, para o Estado, as alfândegas foram perdendo importância como fonte da sua receita, obrigando-o a melhor sistematizar os sistemas fiscais com base na taxação do rendimento, da propriedade e do consumo. Os governos nacionais tomam também a seu cargo a fixação das taxas de câmbio entre as moedas, seguindo aproximadamente o valor apontado pelas trocas económicas reais, isto depois de terem apostado na unificação dos sistemas de pesos e medidas. Idêntica orientação era por eles seguida no plano internacional, bem como na compatibilização dos serviços de correios e no estabelecimento das primeiras convenções inter-Estados de diversa natureza (segurança marítima, hora legal, meteorologia, transferências de fundos, etc.). E a Igreja Católica definiu então a sua doutrina relativamente à “questão social”, recusando a luta-de-classes mas procurando alguma dignificação do trabalho, quando entre as Igrejas cristãs reformadas já se haviam manifestado vários movimentos tendentes à emancipação social dos mais desfavorecidos.

Nesta fase de capitalismo concorrencial ocorrem irregularmente crises de sobreprodução sectorial e consequentes paragens, desemprego e aceleração da emigração. Também acontecem falências bancárias e crises de quase-bancarota das finanças públicas que, à falta de suficiente cobrança de impostos para atalhar às despesas, se endividam junto da banca privada ou de outros Estados. Também o progressivo abandono do padrão-ouro como referência de cobertura das moedas nacionais provocou instabilidade cambial, que só veio a ser reduzida já no século XX com a supremacia mundial da economia americana, trazendo o *USDollar* como padrão e moeda de reserva dos bancos emissores nacionais entretanto estabilizados.

A necessidade de certas matérias-primas e de encontrar novos mercados para a colocação de produtos industriais levou os países mais avançados da Europa a desencadear uma *moderna colonização* de territórios e povos até então quase deixados à margem do progresso e decerto da civilização ocidental. O desembarque na península Indo-Chinesa, o investimento numa China imperial decadente e a “partilha de África” (Conferência de Berlim em 1885, seguida da “ocupação efectiva” de quase todos os territórios) foram talvez os três passos mais marcantes deste processo, que entusiasmou sobretudo as elites políticas e económicas inglesas e francesas, com a Alemanha (e um pouco a Itália e a Bélgica) a tentar recuperar o “tempo perdido”. A isto se associaram os velhos impérios marítimos: Portugal, Espanha e Holanda, mais com o intuito de salvaguardar o que lhes restara desse tempo do que propriamente para o aumentar em poder económico ou capacidade estratégica.

Esta ascensão aos “negócios públicos” de novas classes sociais, com interesses e costumes diferenciados da antiga aristocracia, foi concomitante com algum *fervor nacionalista* de base cultural-romântica que foi capaz de mobilizar sectores populares, como o ilustram os casos da Itália e da Alemanha. Fosse para reclamar a independência face a um império que sentiam como opressor, fosse para reagrupar compatriotas, alargar o território ou afrontar um rival mítico – o certo é que o séc. XIX foi também um século de *nacionalismos*, que aliás transbordaram para a centúria seguinte.

Perto do final de Oitocentos verifica-se um período de concentração capitalista, de agudização das rivalidades nacionais e corrida armamentista que acaba por desembocar na Grande Guerra. A esta, além da revolução russa – que inaugura um novo tipo de Estado, dirigido por novos protagonistas –, segue-se uma enorme crise económica internacional atingindo principalmente a Europa e a América do Norte, com desemprego em massa, hiperinflação, *crash* bolsista e consequências políticas gravosas como foram as ascensões de regimes totalitários na Alemanha e em outros países. Com as políticas do *New Deal* americano e as novas doutrinas do inglês John Keynes (1883-1946), o Estado é chamado a um papel mais activo na organização da vida económica e social. Porém, esta orientação será contestada pela escola de economia austríaca de que Friedrich von Hayek (1899-1992) foi um dos nomes mais importantes, e que se tornou defensora de um liberalismo clássico, com a auto-contenção do Estado nas suas funções de soberania. Este confronto de doutrinas económicas, muito acerca do papel do Estado nas economias modernas, ainda hoje persiste sob formas e modelos teóricos mais elaborados.

Nesta viragem de século, Portugal sofre igualmente rápidas e contrastantes mudanças políticas: uma certa agonia dos anos finais da Monarquia; uma República de generosas intenções mas que desde logo alienou a crescente consciencialização das classes operárias, e geriu mal a saída da Igreja Católica dos domínios do Estado; uma controversa participação na frente de

batalha europeia, feita de sacrifícios e insucessos – enquanto só o partido da União Republicana de Brito Camacho (1862-1934) parece ter uma opinião simultaneamente realista e patriótica nesse contexto, ao defender apenas o esforço militar em África e no Atlântico<sup>69</sup>; a tentação do “Cesarismo” (1917-18); e, finalmente, a chegada da Ditadura Militar em 1926, a que se seguiu a mais complexa governação do doutor Oliveira Salazar (1889-1970) e do Estado Novo por ele criado, alimentado e reforçado. Teve alguns sucessos (uma especiosa “nacionalização” do Estado, a diplomacia ou a neutralidade face às guerras vizinhas), mas deixou um lastro de atrasos dificilmente recuperáveis e, sobretudo, uma insanável divisão política, em especial devida aos seus métodos repressivos e autoritários.

Mas a primeira metade do século XX assiste também, em geral, a espantosas mudanças e inovações em todas as áreas, sempre suportadas pela economia e o incremento da produtividade do trabalho. A indústria química teve enormes aplicações na farmácia, nos gases e na substituição de materiais como a madeira e o metal. O motor de explosão substituiu a máquina a vapor, impulsionou a exploração do petróleo como combustível e, com o automóvel, transformou os modos de locomoção e de transporte rodoviário – até hoje. A electricidade passou a iluminar cidades e vilas e a ser aplicada em motores ligeiros e de potência, sendo ainda agora a forma de energia mais flexível, cómoda e barata. Grandes túneis e barragens modificaram a paisagem em certos lugares. A mecanização chegou à agricultura. O comércio viu aparecerem os “grandes armazéns” multi-produtos. A aviação revolucionou o transporte a largas distâncias. E a comunicação evoluiu com as novidades da TSF e da radiodifusão. É claro que, por trás, estavam os porfiados trabalhos dos homens de ciência e a capacidade das engenharias para lhes dar sequência socialmente útil e valor económico. Finalmente, assistiu-se à racionalização do trabalho operário (com a produção em grande série e “em cadeia”), à constituição de um ramo de direito laboral, ao nascimento de movimentos juvenis e do desporto de competição, bem como a alguma popularização da literatura e das artes, com a suprema novidade do cinema.

Numa nota marginal, pode afirmar-se que, por muito que se possam agora apontar excessos e propor limites, o certo é que a cultura inglesa prestou um inestimável serviço à Humanidade ao inventar e difundir para o mundo inteiro o desporto, a competição desportiva e mesmo o espectáculo desportivo. Com isso canalizou para fins lúdicos, competitivos, mas essencialmente simbólicos, algumas das mais genuínas pulsões da natureza humana, como são a agressividade, a competitividade e a aspiração ao sucesso.

Na primeira metade do séc. XX os conflitos interclassistas no seio de grandes nações foram muito determinantes das políticas desses Estados. Em alguns casos – Rússia, China, Espanha – tomaram mesmo a forma de

---

<sup>69</sup> Ver Brito Camacho, *Portugal na Guerra* (1935), recolha dos seus textos publicados entre 1914 e 1920, por ocasião do Tratado de Paz.

guerras civis de relativamente curta duração, maior e mais complexa no caso da China.

Da II Guerra Mundial, os Estados Unidos saíram como potência vitoriosa, só disputada no plano militar-estratégico pela URSS. Os produtos *made in USA* penetraram em todos os países do chamado “mundo livre” e estimulavam o apetite dos povos submetidos e mantidos em regimes de escassez. Outra das grandes alterações que ocorreram no mundo neste período foi a *descolonização* dos territórios sob tutela de Estados europeus, por processos razoavelmente negociados (casos da Grã-Bretanha, da Holanda e da Bélgica) ou só após guerras prolongadas (casos da França e de Portugal). A constituição da Organização das Nações Unidas (ONU, 1945) forneceu um quadro jurídico novo com igualdade formal de todos os Estados constituídos e dando maior visibilidade a alguns dos principais problemas mundiais.

Neste segundo pós-guerra, as coisas começaram a mudar a Ocidente no tocante às dinâmicas sociais. A “guerra fria” era algo distante e assente exclusivamente nas políticas externas dos grandes Estados e dos governos por eles alinhados, interferindo pouco com as vivências das populações. No quadro daquilo que os sociólogos chamaram as *sociedades industriais*, com mais de metade da população activa afecta aos empregos fabris e uma forte auto-reprodução dessa condição salarial subordinada, o trauma dos conflitos vividos e das destruições ainda visíveis ajudou à conclusão de um “pacto social para o progresso” entre as principais forças políticas, económicas e sociais desses países, um acordo não-escrito que esconjurou a hipótese de uma revolução de carácter proletário-socialista por troca com um programa de longo prazo com vista ao pleno-emprego, à melhoria progressiva dos rendimentos das classes trabalhadoras e a políticas sociais nos domínios da escolaridade, da saúde, da habitação, do desemprego temporário, baixas médicas, aposentação, acidentes de trabalho e doenças profissionais.

Esta orientação assumiu várias formas políticas e institucionais, consoante os países. Na Europa, em primeiro lugar no Reino Unido, França, Itália e Alemanha, veio a constituir o modelo do chamado *Estado social*, com forte intervenção pública, mas envolvimento (obrigatório, até certo ponto) dos representantes institucionais dos interesses económicos capitalistas e dos trabalhadores assalariados, tanto nas contribuições financeiras como nas decisões gestionárias desses sistemas distributivos. Nos Estados Unidos, o dispositivo de protecção dos sectores mais frágeis da população fez-se com menor intervenção do Estado e iniciou-se logo desde os anos 30, a seguir à *grande depressão*, sobretudo por via dos mecanismos da negociação colectiva de trabalho e mais tarde por sistemas de protecção do tipo *Medicare*, com financiamentos públicos, mas geridos por seguradoras. Contudo, em ambos os casos, foi um ritmo muito vivo do crescimento das economias e o aumento contínuo dos rendimentos proporcionados ao factor trabalho que sustentou a adesão e a crença no progresso material das mais largas massas de populações já urbanizadas. Mas é preciso dizer como isso foi



feito: nos anos 30, graças às políticas armamentistas que foram sendo desencadeadas, umas após outras; no pós-guerra, com forte investimento na reconstrução do que fora destruído e na reconstituição e modernização dos aparelhos produtivos, numa dinâmica que durou três décadas (*“les trente glorieuses”*) e ajudou a instalar o Ocidente na competição estratégica já então iniciada com o “bloco Socialista” de Leste – agora também no domínio da economia e do bem-estar geral, que viria a revelar-se decisivo no desenlace final deste conflito.

Quanto a Portugal, pode pensar-se que o regime “navegou à vista” durante este período, ensaiando com sucesso a aproximação aos ocidentais vencedores da guerra (entrada na NATO e na ONU) mas tentando a manutenção do seu “império colonial” com uma política que quase o isolou do resto do mundo e o obrigou a uma guerra difícil e prolongada em três frentes africanas. E se a economia conseguiu alguma industrialização (quando o “parceiro” ibérico já almejava os serviços, turísticos em particular), foi também ao preço de um importante fluxo emigratório, agora para os países mais ricos da Europa Ocidental. O ano de 1974 pôs ponto final a esta experiência política de quase meio-século.

Neste período mais recente e que durou até perto dos anos 80, a economia cresceu espectacularmente com a introdução de novos mecanismos automáticos de produção industrial, o desenvolvimento da electrónica, da energia nuclear e da aviação (que havia surgido no período anterior), a conquista do espaço (criando de passagem um sistema de satélites de múltiplas aplicações, só ao alcance de poucas potências), o aparecimento das grandes empresas multinacionais, a entrada maciça das mulheres no mercado-de-trabalho (que lhes deu socialmente muito maior autonomia), o alargamento das classes médias compradoras de bens de consumo duradouros (automóveis, electrodomésticos, habitação própria, etc.), a televisão, o turismo de massas, o espectáculo e as indústrias de lazer, mas surgindo também os primeiros sinais de uma “consciência ecológica” que alertava para os desperdícios, a poluição e o esgotamento a prazo de certos recursos naturais. Havia chegado a *affluent society* e o capitalismo “de bem-estar”, com a economia a ser sobretudo puxada pelo consumo, público e privado. Mas este alargamento do mercado interno foi também ajudado pelo aproveitamento que as potências ocidentais então fizeram dos países do “Terceiro Mundo”, fornecedores de produtos e de mão-de-obra barata (local ou imigrante). Vários economistas falaram então do “desenvolvimento desigual”.

Deve, porém, notar-se que outras clivagens sociais internas às nações ocidentais haviam permanecido adormecidas e ficaram de fora destes estruturais pactos de entendimento nacional. Foi, nomeadamente, o caso das tensões raciais entre “brancos” e *“couloured”*, os cidadãos americanos de origem africana, em especial nos estados do Sul dos USA. A sua exclusão social da indústria (e em boa parte também, dos sindicatos) foi atenuada pela sua chamada às fábricas, forçada pelo governo, durante o período da Guerra



Mundial – de resto, tal como as mulheres. Mas, enquanto depois da guerra de 14-18 essas pessoas deixaram os postos de trabalho que ocupavam, de novo aos brancos, já libertos da conscrição, após 1945 isso já não aconteceu da mesma pacífica forma. O retorno aos trabalhos rurais, às tarefas desqualificadas que a cidade sempre proporciona ou mesmo ao isolamento dos bairros pobres, com base num parco subsídio de desemprego, terá estado, quase certamente, na base da subida ao espaço público da questão do racismo latente na sociedade norte-americana, sobretudo pela via das mobilizações populares pelos *direitos cívicos*, que abalaram o país nos anos 60.

Já no caso da mão-de-obra feminina branca, a sua experiência de fábrica pôde transmutar-se, nas décadas seguintes, num processo mais amplo de uma cada vez maior participação das mulheres no sistema produtivo, como trabalhadoras assalariadas, aproveitando em especial as oportunidades oferecidas pelos novos desenvolvimentos ocorridos no sector dos serviços.

Realmente, *as identidades bem diferenciadas de homens e mulheres* foram mantidas ao longo da história em papéis sociais que deram sempre uma posição de predomínio ao sexo masculino, inclusive no espaço mais íntimo e privado da família. No espaço público e na divisão social do trabalho isso era ainda mais visível, conquanto ao nível simbólico da cultura tal pudesse ser atenuado, como muitas vezes aconteceu com imagens míticas, sagradas ou religiosas atribuídas com relevo à mãe, à deusa ou à feiticeira. Porém, com o desabrochar da Modernidade esta situação começou a evoluir. E agora, chegados aos anos 60/70 do séc. XX, esta maior feminização do emprego, patente em todos os países ocidentais, olhava, como num espelho, para idêntico fenómeno ocorrido nos países do Bloco de Leste, só que aqui por força das políticas autoritárias do “Estado operário”.

Este e outros fenómenos próprios da *sociedade industrial* levaram um autor como Raymond Aron (1905-1983)<sup>70</sup> a sustentar desde os anos 50/60 que os problemas estruturais do amadurecimento desse tipo de sociedade (bem diferente da *sociedade tradicional*, nos campos, por exemplo) estaria a provocar respostas políticas semelhantes, em certos pontos, entre “capitalismo” e “socialismo”, apesar dos modos diferentes de gerir cada um desses sistemas económicos, mais de competição mercantil num caso, e de planeamento centralizado no outro.

Mas a evolução social nos países ocidentais relativamente às mulheres veio a combinar-se com outra dinâmica, ainda mais forte e que, em certa medida, a suplantou: referimo-nos ao surgimento da juventude como movimento social e agente político autónomo, e já dissonante do esquema teórico das classes sociais concebido pelo pensamento socialista e, em especial, alimentado pelo marxismo. De facto, a década de 1960/70 viu os *baby-boomers* do pós-guerra, muitos deles já beneficiários ou no termo de uma esco-

---

<sup>70</sup> Ver, sobretudo, *L'Opium des intellectuels* (1955), *Dix-huit leçons sur la société industrielle* (1964) e *Trois essais sur l'âge industrielle* (1966).

larização prolongada, protagonizarem conflitos de novo tipo, em nome de ideologias que não correspondiam a uma situação socioeconómica subordinada mas contestavam diversas lógicas de poder (de Estado, nas instituições ou na família) sem pretenderem apresentar formas alternativas que as substituíssem.

### **Pós-industrial ou pós-moderno?**

Naturalmente, tais manifestações podiam ser vistas como sinais de decadência de uma sociedade de abundância – *The Affluent Society* (livro de 1958), conforme lhe chamou o economista americano John Kenneth Galbraith (1908-2006). Mas, na Europa e na América, sociólogos como o francês Alain Touraine (1925-) e o americano Daniel Bell (1919-2011), de forma mais analítica, preferiram designá-la por *sociedade pós-industrial*. De qualquer modo, esses sinais de inconformismo e irreverência integravam-se logicamente com as mudanças culturais que se desenvolveram a partir daí no Ocidente – um Ocidente que agora se manifestava também no Canadá, na Austrália e Nova Zelândia, no Japão, no Brasil, no México, na Argentina ou na África do Sul, e não só nos países oeste-europeus e nos Estados Unidos – repudiando a herança guerreira das gerações passadas, o fantasma aterrador da “guerra atômica”, e revendo-se inteiramente nas novas expressões musicais da *pop* e do *rock*, na literatura vivencial de autores como Jack Kerouac (1922-1969) ou Lawrence Ferlinghetti (1919-2021), na realização cinematográfica de um filme de sucesso como foi *Easy Rider* (de Dennis Hopper, 1969), no consumo de drogas e nos modos de vida em rotura com os padrões tradicionais.

As revoltas estudantis em França, Alemanha, Itália e até na Jugoslávia; a fuga à conscrição e expatriação de milhares de jovens americanos por recusarem ir fazer a guerra no Vietnam (muito mais expressiva do que a não comparência ao serviço militar de portugueses já residindo em França), ou a defesa política de guerrilheiros como Che Guevara (1928-1967) e das suas causas anti-coloniais ou anti-imperialistas – foram outras tantas manifestações dessa cultura juvenil que elevava hedonisticamente a paz, o amor e o prazer como valores superiores a observar e a propagar. Não decerto por acaso, após o Festival de música de Woodstock de 1969 a que assistiram alguns oficiais e marinheiros da Stanavforlant, inclusive portugueses, na manobra de rendição de navios feita em alto mar que se lhe seguiu, as habituais saudações navais foram subvertidas por sinais de “*peace and love*” e outros do mesmo jaez trocados entre as fragatas. E o facto é que, em quase todos os países do Ocidente o serviço militar obrigatório acabou por ser abolido, ao longo das últimas três ou quatro décadas. A imagem, os valores e as funções tradicionalmente atribuídas aos militares colavam mal com a “cultura *pop*” ocidental, que ainda é hoje dominante.

No último quartel do século XX, este era já o tipo de sociedade que predominava a Ocidente, que fascinava as populações sujeitas aos regimes de economia socialista-de-Estado e as elites dos países do chamado “3º Mundo”. Os conflitos sociais continuaram, mas com novas manifestações e protagonistas. Ainda os sociólogos franceses tentaram acompanhar estas mudanças, com o mesmo Touraine e Michel Wieviorka (1946- ) a teorizarem sobre os “novos movimentos sociais”: ecologismo, pacifismo, feminismo, direitos das minorias, etc.

E a passagem do milénio viu o prosseguimento e renovação deste tipo de movimentos inorgânicos, reivindicativos, mas sem programa ou objectivos políticos bem definidos. Quem melhor terá traduzido esta evolução foram talvez filósofos como os franceses Jean-François Lyotard (1924-1998) com o livro *La condition postmoderne* (1979)<sup>71</sup> e Gilles Lipovetsky (1944- ) que rompeu alguns consensos com *L'Ère du vide: essais sur l'individualisme contemporain* (1983)<sup>72</sup>.

E o polaco Zygmunt Bauman (1925-2017), num registo mais sociológico, marcou pontos com a noção de “liquefacção” das sociedades actuais em *Liquid Times: Living in an Age of Uncertainty* (2006). Por seu lado, o português José Gil (1939- ) também, de certa maneira, enfileira neste tipo de análises ao qualificar a sociedade portuguesa actual pelo “medo de existir”<sup>73</sup>.

Durante mais de um século, as representações políticas das sociedades Modernas estruturaram-se muito num esquema de oposição “Esquerdas versus Direitas” – ou de formações com orientações “socializantes” versus forças conservadores e liberais – conquanto estes alinhamentos tivessem variações consoante os países e não fossem em absoluto impeditivas de certas coalizões conjunturais. Agora, porém, estavam a emergir sensibilidades e movimentos na sociedade que se colocavam num plano diferenciado deste, e ainda pouco enquadráveis pelas ideologias tradicionais.

Estamos aqui a falar das inovações e desestruturações do *pós-modernismo*. Mas, no foro sociológico tradicional, os contributos mais significativos acerca da sociedade actual terão sido os trazidos pelo espanhol Manuel Castels (1942- )<sup>74</sup> e pelo alemão Ulrich Beck (1944-2015), autor de *The Risk Society: Towards a New Modernity* (1992). Castels percebeu que a abordagem dos conflitos em termos de classes sociais, que tinha prevalecido longamente durante o período de constituição da própria ciência sociológica, estava a ser cada vez menos pertinente para dar conta dos novos fenómenos emergindo nas últimas décadas do século XX. Segundo ele, as “redes” de conexões interpessoais (afinitárias, profissionais, ideológicas, etc.) ou

---

<sup>71</sup> Há tradução portuguesa, *A Condição Pós-Moderna*, 1989.

<sup>72</sup> Há tradução portuguesa, *A Era do Vazio*, 1989.

<sup>73</sup> Ver o seu livro *Portugal hoje* (2004).

<sup>74</sup> Ver a sua obra *The Information Age* (3 vols., 1996-98).

organizacionais (de empresas ou serviços públicos, e até de *gangs* secretos) são hoje mais actuaentes do que as simples identificações identitárias ou de classe social. E os dispositivos tele-informáticos estão fazendo potenciar em extremo estas ligações (vide as chamadas “redes sociais”) bem como a sua franca colusão com o individualismo narcísico, que o “bem-estar” económico tem vindo a alimentar nos países mais desenvolvidos e nas elites sociais de todo o mundo.

Por seu lado, Beck alertou-nos para os riscos em que vivem milhões de seres humanos que, paradoxalmente, usufruem de níveis de conforto nunca vistos na Terra. São os riscos derivados de um mundo natural que o Homem tem procurado vergar à sua vontade, sem nunca o conseguir inteiramente: sismos impossíveis de contrariar; tempestades e inundações tornadas mais violentas e frequentes pelas alterações climáticas em curso (sejam estas ou não da sua responsabilidade); incêndios florestais imparáveis e devastadores, particularmente em certas zonas do globo; também epidemias e novas doenças cuja rápida propagação é facilitada pela circulação mundial de pessoas, bens e notícias; riscos ainda inerentes à massificação crescente das populações em grandes polos urbanos, com regulares fenómenos de acidentes, delinquência e banditismo, bem como riscos acidentais com veículos de grande porte e velocidade (rodoviários, marítimos e aéreos); a ameaça sempre presente de uma catástrofe nuclear; finalmente, guerras mais limitadas, convencionais ou subversivas, que tardam em desaparecer da face da Terra, menos talvez entre países, mas ainda sob a forma de conflitos civis, étnicos, religiosos ou com o flagelo do terrorismo.

Eis o quadro de fundo em que devemos agora considerar a evolução histórica do fenómeno da guerra, das suas presentes circunstâncias e dos cenários de futuro que poderemos talvez antecipar.



## IIª Parte

# Bosquejos de Polemologia

O conceito de Polemologia foi criado pelo sociólogo francês Gaston Bouthoul (1896-1980) para analisar o fenómeno da guerra de uma forma global<sup>75</sup>. Pezarat Correia também o cita no livro que vamos referir já adiante. Escreve aquele autor que «o território da polemologia se situa a montante das guerras (sua etiologia) e a jusante destas para estudar os seus efeitos»<sup>76</sup>. É um pouco o que tentamos aqui fazer, sem o saber dos especialistas, mas beneficiando das bases aprendidas em “*Sciences Po*”, Paris.

---

<sup>75</sup> Entre vários outros livros, é autor do *Traité de Polémologie: Sociologie des guerres*, Paris, Payot, 1970.

<sup>76</sup> *Apud* Correia, *Manual de Geopolítica e Geoestratégica*: 49.



## 4. A Guerra, quem a faz e de que modo

Escreveu o erudito que apresentou e anotou a primeira edição nossa contemporânea, em francês, do filósofo antigo Sun Tse (ou Sun Tzu, chinês do séc. VI AC) acerca da *arte militar*: «[...] la guerre n'est pas une fin, pour Sun Tse. C'est un moyen d'acquérir la paix que souhaitent tous les hommes. La victoire n'est pas une fin si le prix dont elle a été payée est plus ruineux que le combat indécis. La bataille n'est pas une fin si elle n'a pas pour effet de convaincre l'ennemi que la lutte est désormais impossible. La destruction de l'ennemi n'est pas davantage une fin que l'anéantissement des richesses et l'incendie des lieux, car les sentiments de haine que déchaîne une telle méthode sont générateurs de conflits perpétuels. Il ne faut donc faire la guerre que si on ne peut l'éviter; on ne recherchera la victoire que si aucun compromis ne peut être trouvé et la bataille ne sera engagée que si les ruses et les stratagèmes, les marches et les manœuvres n'ont pu réussir à acculer l'ennemis dans une situation telle que l'impossibilité de vaincre soit devenu évidente pour lui. Dans tout ennemi, il faut voir un allié de demain comme dans tout allié un ennemi éventuel.»<sup>77</sup> Ou seja, como também se tem escrito, o “cúmulo da arte militar” seria vencer o adversário sem efusão de sangue.

Houve guerras e batalhas que inflectiram o curso da história do mundo ou, mais modestamente, de um povo ou de uma nação. Pensando só no pós-Renascimento, lembremos a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648)<sup>78</sup>, a Guerra da Independência Americana (1775-1783), as guerras Napoleônicas (1796-1815), também as guerras civis nos Estados Unidos da América (1861-65), na Rússia (1918-1923), na Espanha (1936-39) e na China (com intermitências, entre 1926 e 1949), e ainda certamente a II Guerra Mundial (1939-45). Quanto a decisivas batalhas também podemos recordar, um pouco ao acaso, as de Jerusalém (73 DC), de Poitiers (628), de Aljubarrota (1385), de Lepanto (1571), de Alcácer-Quibir (1578), de Matapan (1717), de Trafalgar (1805), de Waterloo (1815) ou de Dien Bien Phu (1954), entre tantas, umas travadas nas condições da geografia terrestre, outras no mar, legando para o vencedor a possibilidade de o cruzar agora à sua guisa. Ou ainda nos ares, como a de Inglaterra (1940-41).

Às guerras agônicas (visando a destruição total do outro ou pelo menos a sua sujeição) que foram típicas da Pré-História, da Antiguidade, da Idade Média e ainda vigentes no Renascimento, o pensamento moderno tentou responder com um modo mais racional de regular as relações entre os diversos

---

<sup>77</sup> L. Nachin, *Sun Tse et les Anciens Chinois*, Paris, Éd. Berger-Levrault, 1948: 8. Sobre Sun Tzu ver também Francisco Abreu, *Estratégia* (2006).

<sup>78</sup> Neste último ano, o Tratado de Westfália formalizou a Europa dos Estados-nação e das suas mútuas relações, em última instância por meio da guerra.



Estados-nação. Immanuel Kant (1724-1804), por exemplo, procurou teorizar isto em termos de “*paz perpétua*”.

Durante muitos séculos, no Ocidente, a política externa dos Estados fez uso de três modalidades fundamentais: as estratégias matrimoniais das Casas Reinantes; a diplomacia governamental (pela negociação e assinatura de tratados e alianças); e a guerra. Com o advento dos Estados democráticos, a primeira alternativa caiu; e a Modernidade tendeu a privilegiar a diplomacia sobre a guerra, ou, ao menos, a evitar reconhecer a esta um “direito de conquista”. A *guerra defensiva* passou então a ser a única moralmente autorizada, e só depois de terem sido tentados todos os esforços diplomáticos para a evitar. Deixemos, contudo, esclarecido este ponto de ordem: se isto faz parte do léxico e do discurso dos poderes armados instituídos, é óbvio que tal não os exime de serem escrutinados pela análise independente de historiadores ou politólogos (que é o papel que nos incumbe aqui assumir).

Dizem-nos os teóricos da guerra, como Clausewits<sup>79</sup>, que “a guerra é a continuação da política por outros meios” – o que, até perante as disfunções observadas nos próprios Estados de direito democrático, veio a suscitar a reflexão sobre se a *política* não seria, finalmente, “a continuação da guerra por outros meios”. Mas aquela máxima tão profunda e preñe de consequências, foi acompanhada de preceitos muito elaborados sobre a preparação e a condução da guerra (mas não tanto sobre a sua conclusão e o pós-guerra consequente), que alguns consideram constituir o momento de fundação da *estratégia moderna*.

O general Pezarat Correia (1932- ), por exemplo, afirma, ao abrir o manual que escreveu para o curso leccionado na Universidade de Coimbra, que «a estratégia é um instrumento da política, logo do poder político, serve objectivos determinados pelo poder político e, por isso, o poder político é o fim para o qual a estratégia trabalha»<sup>80</sup>. E, nesse mesmo quadro de considerações preliminares, esclarece que «para a identificação do campo conceptual da estratégia devemos considerar quatro parâmetros. São eles: o fim, o sujeito, o objecto, os meios.

[...] Só se pode considerar que se está no campo da estratégia, seja da conceptualização estratégica, do planeamento estratégico ou da acção estratégica, desde que os objectivos a atingir tenham sido definidos pela política.

Quanto ao sujeito, o agente responsável pela estratégia, ele situa-se nos escalões mais elevados de decisão. [...]

Quanto ao objecto, aquele contra quem se dirige a estratégia, o parâmetro é de mais difícil identificação. Só há estratégia quando há um outro que

---

<sup>79</sup> Ver a sua obra *Vom Kriege* (Da Guerra), 1832. Há tradução portuguesa *Da Guerra*, Lisboa, Perspectivas & Realidade, 1976. Do mesmo autor, ver também *Teoria do Combate*, 2005.

<sup>80</sup> Correia, *Manual de Geopolítica e Geoestratégica* – Vol. I, Coimbra, Almedina/CES, 2010: 73.

se opõe, mas um outro racional, com vontade própria, que é suposto também ter uma estratégia oposta. [...]

Quanto aos meios, os instrumentos a utilizar, a estratégia pressupõe, sempre, o recurso a meios de coacção. Exactamente porque há uma vontade contrária que se pretende neutralizar, é implícita a necessidade de meios de coacção que o consigam. Porque hoje o âmbito da estratégia ultrapassa o militar, como vimos referindo e porque com o conceito moderno a guerra passou para dentro da estratégia, os meios de coacção não são necessariamente armados ou violentos.»<sup>81</sup>

O general Cabral Couto alarga ainda este conceito de estratégia para «a ciência e a arte de, à luz dos fins de uma organização, estabelecer e hierarquizar objectivos e gerar, estruturar e utilizar recursos, tangíveis e intangíveis, a fim de se atingirem aqueles objetivos, num ambiente admitido como conflitual ou competitivo (também agónico).»<sup>82</sup>

Esta é uma concepção actual, filha das experiências históricas do séc. XX e norteada pelo desejo de manutenção da paz no mundo<sup>83</sup>, que a ONU e a “ordem internacional” têm inscrito como lema dos seus propósitos. Mas apenas há um século atrás, um teórico militar francês podia escrever que: «Oui, la guerre est action, la guerre est passion, la guerre est sacrifice. Et tout le reste est vain, faux, funeste. [...] La guerre a pour but la terreur, pour moyen la destruction. Et terreur et destruction ont l’homme pour sujet, l’homme pour object. [...] Et par un long détour – tellement l’érudition obnubile – j’en suis arrivé à cette vérité simple que la guerre, conflit de passions, choc de sociétés, est science d’ordre moral. Et mon ambition est de transporter du champ intellectuel dans le champ moral les bases sur lesquelles repose notre édifice militaire: institutions, éducation, doctrines, instruction.»<sup>84</sup> Menos de um ano depois de publicadas estas palavras, a França e o mundo estavam envolvidos num conflito militar com uma intensidade e extensão nunca antes conhecidas.

Reconhece com alguma razão Horta Fernandes (1968- ) que «a aplicação do termos ‘estratégia’ banalizou-se na actualidade. Da estratégia empresarial, à estratégia de uma equipa de futebol, o termo extensifica-se indefinidamente não só na fluidez do seu uso ordinário, como adquirindo foros de institucionalização em documentos “sérios” [...] Na verdade, a extensão do conceito de guerra, nomeadamente através da “guerra total”, fez incluir na sua intenção muitas outras dimensões para além da militar; todavia, implicando sempre uma relação mais ou menos estreita com a hostilidade.»<sup>85</sup>

---

<sup>81</sup> Correia, *op. cit.*: 35.

<sup>82</sup> Abel Cabral Couto, “Uma nova base conceptual para a estratégia”, in *Pensar a Estratégia – do político-militar ao empresarial* (2004): 215.

<sup>83</sup> Nesta perspectiva, pode ver-se José Manuel Pureza, *Para uma Cultura da Paz* (2001).

<sup>84</sup> Lt.-Cel. Montaigne, *Vaincre. Esquisse d’une doctrine de la guerre, basée sur la Connaissance de l’Homme et sur la Morale*, Paris/Nancy, Berger-Levrault, 1913: xi-xiii.

<sup>85</sup> António Horta Fernandes, *O ‘Homo strategicus’ ou a ilusão de uma razão estratégica?*, Lisboa, Cosmos/IDN, 1998: 129-130.

É verdade que a guerra e a estratégia têm o território como um dos seus elementos básicos de estudo e aplicação. É bem conhecida a *boutade* do geógrafo francês Yves Lacoste (1929- ) de que “a geografia serve, antes de mais, para fazer a guerra”. Com o alemão Friederich Ratzel (1844-1904) surgiu a disciplina da Geopolítica, muito criticada mais tarde pelo suporte que deu à vontade expansionista do regime Hitleriano, mas que também inspirou pensadores estratégicos como inglês Halfred Mackinder (1861-1947) e o americano Alfred Thayer Mahan (1840-1914), este sobre a importância do *poder marítimo*. Mas, actualmente e de modo mais modesto, segundo José Nogueira (1945- ), «a geopolítica seria assim esse estudo autónomo que almeja, muito simplesmente, compreender *de que forma a geografia influi no comportamento político das sociedades e dos Estados*. [...] É pois um estudo pluridisciplinar que [...] se situa no grande cruzamento da História, da Ciência Política, da Sociologia, da Economia e da Estratégia.»<sup>86</sup>

De facto, aquilo que aqui nos interessa é, antes de mais, as razões que movem os dirigentes políticos dos Estados nacionais na sua esfera de acção externa e o processo da guerra de que se ocupam os militares, ambos em diálogo com as sociedades de onde emanam.

Com a ascensão da Modernidade, o enfraquecimento da religião e a erosão da ordem sagrada da Realeza, o Estado – neste caso, o Estado-Nação – erigiu-se em certos casos numa espécie de entidade suprema que a todos devia subordinar no plano interno. Pode ler-se num conceituado manual da ciência política alemã que «em oposição ao Individualismo, o Romantismo compreendia agora o Estado como se fosse um todo unitário, algo mais que a mera soma das suas partes componentes, um todo dotado de finalidades, tarefas éticas e valores seus próprios.»<sup>87</sup> Por excessivo que seja este entendimento, não é despidendo que se possam encontrar vestígios dele, mais tarde, no “hitlerismo” reinante na Alemanha dos anos de 1930, e igualmente no “*nouveau Leviathan*”<sup>88</sup> que o Estado socialista constituiu para os adeptos do marxismo-leninismo. Isto, na ordem interna do Estado-Nação. Porquanto na *ordem externa* prosseguiu (ou até revitalizou-se) o apetite de domínio de alguns sobre mais extensos territórios ou novos povos, sob a justificação da reintegração de míticas comunidades de sangue ou de cultura, ou para impor a terceiros a superioridade da sua civilização.

Embora não abonando nessa hipótese, entre os agentes/processos activos das causas das guerras e da manutenção das mesmas, o analista e filósofo político Kenneth N. Waltz (1924-2013) explora o tema dos conflitos internacionais serem provocados pelos “defeitos próprios” dos Estados.

---

<sup>86</sup> José Manuel Freire Nogueira, *O Método Geopolítico Alargado*, Lisboa, IESM, 2001: 130.

<sup>87</sup> Reinhold Zippelius, *Teoria Geral do Estado*, Lisboa, F. C. Gulbenkian, 1971: 23.

<sup>88</sup> Título de uma série de 6 volumes publicados entre 1957 e 1989 por Pierre Naville, um marxista crítico do partido comunista.

Começa por pontualizar que, «dizer que o Estado age é falar metonimicamente. Dizemos que o Estado age quando queremos dizer que as pessoas que estão nele agem, da mesma maneira que dizemos que a panela ferve quando queremos dizer que a água que está dentro dela ferve.» Mais seriamente, prossegue: «A guerra promove muitas vezes a unidade interna de cada Estado envolvido. O Estado acossado por lutas internas pode então, em vez de esperar um ataque accidental, buscar a guerra que traga a paz interna. Bodin viu isso com clareza, pois conclui que “a melhor maneira de preservar um Estado e de garanti-lo contra a sedição, a rebelião e a guerra civil consiste em manter os súbditos amigos uns dos outros e, com esse fim, encontrar um inimigo contra o qual possam congregiar forças”. E viu evidências históricas de que esse princípio tinha sido aplicado especialmente pelos romanos, que “não conseguiram encontrar um melhor antídoto para a guerra civil, nem algum que tivesse efeitos mais garantidos do que opor a seus cidadãos um inimigo”<sup>89</sup>. O secretário de Estado William Henry Seward seguiu esse raciocínio quando, para promover a unidade interna do país, sugeriu a Lincoln a implementação de uma política externa vigorosa que incluía a possibilidade de declarar guerra à Espanha e à França<sup>90</sup>.»<sup>91</sup>

E, antecipando um pouco o sentido das suas conclusões, Waltz afirma que «com tantos Estados soberanos, sem um sistema jurídico que possa ser imposto a eles, com cada Estado julgando suas queixas e ambições segundo os ditames da sua própria razão, ou do seu próprio desejo, o conflito, que por vezes leva à guerra, está fadado a ocorrer.»<sup>92</sup> De facto, a despeito das propostas apaziguadoras do filósofo Kant, as guerras não deixaram de ocorrer no decurso dos séculos XIX e XX, isto é, em pleno período da Modernidade.

Retornemos, porém, ao tema que havíamos iniciado falando da modalidade da *guerra defensiva*, agora legitimada pela racionalidade do pensamento Moderno. Aí se punham também as hipóteses de alargamento da frente de conflito, mediante o recurso às coligações de Estados, tornando necessariamente mais complexa a trama de relações e de interações assim desenvolvidas. Contudo, no fundamental, uma guerra entre Estados é, sempre, um acto *essencialmente político*. É certo que o terreno das relações económicas-comerciais também era muitas vezes mobilizado para estes fins (ou então constituía o seu *casus belli* específico), tal como os interesses marítimo-coloniais, ou ainda motivos de ordem religiosa, ideológica ou choques de culturas. Em todas as circunstâncias, a decisão de iniciar uma nova guerra (com ou sem declaração formal), tal como a combinação de um

---

<sup>89</sup> Jean Bodin, *Six Books of the Commonwealth*, sd, *apud* Waltz.

<sup>90</sup> H. S. Commager, *Documents of American History*, 1946, *apud* Waltz.

<sup>91</sup> Kenneth N. Waltz, *O Homem, o Estado e a Guerra: Uma análise teórica*, São Paulo, Martins Fontes, 2004: 101 e 103.

<sup>92</sup> Waltz, *op. cit.*: 197.

armistício, uma imposição de condições do vencedor e sua aceitação (ou não) pela potência vencida, ou um acordo final de restabelecimento de relações diplomáticas, em paz, com todas as consequências que daí possam advir (comerciais, políticas, sociais, etc.), é sempre uma prerrogativa de Estado e uma responsabilidade governamental daqueles que momentaneamente a detêm.

Em abstracto (mas patente em jogos antigos de inteligência como o *Go* ou o *Xadrez*), a guerra é também um jogo de inteligência, de vontades, de recursos, interesses e condições, que se resolve no “terreno” pelo confronto violento de forças militares e de armas do mais diverso tipo. Desde logo, isto justifica que atribuamos sempre um lugar importante às tecnologias bélicas, como igualmente aos aspectos psicológicos, sociológicos e culturais dos homens que assumem a função de *combatentes*.

Diz-nos um historiador da guerra como John Keegan (1934-2012) que «nem o dinheiro nem a promoção dentro do sistema militar eram valores prioritários ou condicionantes. É claro que os oficiais ansiavam por subir na hierarquia, mas não era esse o valor pelo qual se aferiam a si próprios. Um general podia ou não ser admirado. A admiração não provinha das insígnias de posto superior. Era antes fruto da reputação que detinha enquanto homem entre outros homens, uma reputação construída ao longo de muitos anos sob os olhos do regimento tribal. [...] Os soldados não são como os outros homens – foi esta a lição que aprendi ao longo de uma vida construída entre guerreiros. [...] A guerra é totalmente diferente da diplomacia ou da política porque deve ser travada por homens cujos valores e competências não são os dos políticos ou diplomatas. São os de um mundo à parte, um mundo muito antigo que existe em paralelo ao mundo do dia-a-dia mas que não lhe pertence. Ambos os mundos mudam ao longo do tempo, e o mundo dos guerreiros adapta-se a par do civil. Porém, segue-o à distância.»<sup>93</sup>

Este autor fala-nos sobretudo da guerra terrestre e dos homens das diferentes épocas e culturas que as protagonizaram. Muitas guerras foram, de facto, exclusiva ou essencialmente, guerras terrestres, envolvendo *exércitos* e, secundariamente, territórios e populações. Mas muitas outras foram igualmente guerras marítimas onde, em tal campo raso mas sempre sujeito às condições das águas e da meteorologia, se defrontavam *marinhas* e *marinheiros*.

Consideremos então os *guerreiros* que – para além das exigências de coragem e valentia, inerentes ao combate de onde se pode sair vivo, ferido ou morto – sempre abdicam de uma parte de si para obedecer às inevitáveis sujeições da integração num corpo social tão rígido como o castrense. Já aqui evocámos que, no passado, isso foi feito em contrapartida do seu sustento pessoal e do prémio do saque, em caso de vitória; modernamente, com o modesto pagamento regular de um *soldo* (um “*pré*”), cama-mesa-e-roupa-

---

<sup>93</sup> John Keegan, *Uma História da Guerra*, Lisboa, Tinta-da-China, 2009: 16-17.

-lavada, talvez a expectativa de um cuidado na velhice ou no aleijão e, aí com garantias, as recompensas simbólicas que o Estado proporciona aos seus sacrificados soldados e marinheiros (ou aviadores) e, com maior celebração, aos seus heróis.

Falamos agora dos contingentes humanos que, prosseguindo uma divisão antiga entre “sociedade civil” e *milites*, se especializaram nos *ofícios das armas* e, nos mais altos escalões da sua hierarquia própria, também na *arte da guerra*, que o mesmo é dizer: na sua preparação e planeamento (o antigo adágio romano “*si vis pacem, para bellum*”), planos de acção estratégica, doutrinas, tácticas, procedimentos, liderança, disciplina, motivação-honras-e-recompensas, gestão da vitória e aprendizagem das derrotas.

Pode talvez pensar-se que três grandes *Eras* terão marcado a evolução do emprego da força militar nos conflitos internacionais, determinando em cada um dos casos um tipo diferente de agentes de execução dos fins bélicos – isto obviamente em articulação com a estrutura social e com a cultura dominante em cada época.

Numa *primeira Época*, os governantes de Estado terão arregimentado os seus homens-de-armas na base da incentivação do antagonismo contra os guerreiros e o povo oponentes, também mobilizando neles um alto sentido motivador (o Rei, o seu próprio povo, a vontade divina, a Pátria, etc.) e pagando o seu preço-de-sangue com algum produto do saque conseguido após a batalha vitoriosa. Aqui, a força armada era essencialmente composta por gente recrutada entre os camponeses e as camadas inferiores da sociedade, sob o comando de uma aristocracia de sangue ou de uma elite militarista (como, por exemplo, os *samurai* japoneses). Chamemos a esta fase a dos *militares-guerreiros*, que terá predominado na Europa talvez até ao fim da Guerra dos Trinta Anos, no século XVII.

Uma *segunda* fase surge associada aos prenúncios e às primeiras realizações dos Estados Modernos, de novo na Europa mas também na Guerra da Independência Americana e em outros conflitos internacionais gerados ao longo dos séculos XIX e XX tendo por motivação a vontade de reconhecimento de uma entidade política nacional, a sua defesa contra agressões externas ou o direito que julgava assistir-lhe aquando de novas expansões territoriais, consideradas como de seu interesse legítimo ou vital. Nesta *Era*, o enquadramento e comando das hostes militares vai passando progressivamente de aristocratas para militares profissionais, que se organizam sob a forma de uma corporação hierárquica, e o recrutamento em massa torna-se uma obrigação de cidadania, como Napoleão foi capaz de incutir com tanta eficácia nos seus homens da *Grande Armée*. Temos então a época dos *militares-cidadãos*, que talvez como em nenhum outro caso se concretizou com tanta plenitude como no Exército Vermelho da URSS durante a II Guerra Mundial.

*Terceiro* momento. A partir da extrema exibição do potencial destruidor de que esta última guerra fez demonstração prática – não apenas com a

bomba atómica mas também com os bombardeamentos aéreos maciços sobre grandes aglomerações urbanas e complexos industriais, com as custosas operações de desembarque-em-força, já com um primeiro emprego de “forças especiais”, as devastadoras batalhas aeronavais e as eficazes campanhas de ataques submarinos aos fluxos de navegação mercante – a filosofia do emprego das forças armadas (agora já incluindo as de terra, mar e ar, em paridade institucional) veio a evoluir paulatinamente para uma nova modalidade, todavia ainda não plenamente reconhecida, por razões aliás bem compreensíveis de inevitável controvérsia interna e cidadã. Vamos arriscar chamar-lhe o tempo histórico dos *militares-profissionais*.<sup>94</sup>

Numa nota aqui intrusiva, talvez valha a pena referir que, para os finais deste período, ocorre uma mudança sociológica significativa na composição das Forças Armadas dos países ocidentais com a entrada das *mulheres* para os seus efectivos, incluindo em contingentes preparados para o combate.<sup>95</sup>

### A condição, a lógica e a ordem castrense

Foi sobretudo por razões de eficácia das tropas em operações de guerra que as organizações militares desde muito cedo (dos Romanos, pelo menos) se estruturaram organicamente de uma *forma hierárquica*, de acordo com a sua escala/dimensão e sempre sob um *comando unipessoal* bem definido. O princípio da “cadeia de comando”, hierárquica e linear, é isto mesmo. Modernamente, ele tem aplicação em outro tipo de organizações (económicas, etc.), mas a sua origem parece ser claramente castrense. Ora, a graduação das hierarquias militares teve primariamente a ver com a escala das *unidades de combate* estabelecidas; e estas, por sua vez, com a situação táctica em que podem estar empenhadas.

No caso dos exércitos de terra esta lógica é bem visível e compreensível: para a defesa ou o ataque de um pequeno reduto ou posição, podem bastar umas dezenas de homens armados, talvez uma centúria romana, um pelotão, grupo-de-combate, destacamento ou companhia dos tempos actuais – e o chefe que os comanda será designado por centurião, tenente ou capitão, consoante o caso; para controlar militarmente um território mais vasto (talvez até onde a vista alcance), será necessário empenhar já largas centenas ou mesmo milhares de combatentes, constituindo então talvez colunas, batalhões, regimentos ou “agrupamentos tácticos”, chefiados por oficiais superiores (capazes de se fazer prontamente obedecer pelos ante-

---

<sup>94</sup> Dois clássicos de tese académica da “profissionalização” dos militares são as obras de M. Janowitz, *The professional soldier* (1971) e de Moskos & Wood, *Military: more than just a job?* (1988). Pode ver-se também Maria Carrilho, *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Séc. XX* (1985), que inaugurou entre nós os estudos de sociologia militar.

<sup>95</sup> Ver Helena Carreiras, *Gender and the Military: Women in the Armed Forces of Western Democracies*, (2006).



riores, para que a acção conjunta resulte como planeado). Quer num caso, quer noutra, esta acção de comando rege-se segundo *princípios tácticos* bem formalizados, aprendidos em escolas e na “instrução”, praticados em treinos e exercícios, e porventura executados contra um adversário real, se a situação política assim o determinar, à ordem do poder de Estado. Em níveis superiores a estes – brigadas, divisões, exércitos, teatros de operações, etc. –, conjugando todos estes meios militares e ainda outros, a acção de guerra e as funções de comando regem-se já por outras considerações de maior amplitude, geralmente designadas por *estratégia*. E os militares que disso se ocupam são oficiais-generais, sempre assessorados por “estados-maiores” que lhes preparam as decisões.

Naturalmente, o que acaba de ser dito, na sua maior simplificação, tem de ser desde logo conjugado com a evolução que presidiu às tecnologias de guerra, isto é, à *evolução técnica do armamento*, a qual determinou também, muito fortemente, as secções de *especialidades* em que os militares foram sendo enquadrados. Mas esse é um tópico sobre o qual reflectiremos um pouco adiante. Também descrevemos atrás esta segmentação vertical dos corpos militares referindo-nos ao caso – historicamente mais relevante – dos exércitos de terra. Sobre as marinhas e os marinheiros de guerra, iremos já pronunciar-nos. Mas o modelo teórico é quase o mesmo. E é muito curioso que, no mais recente dos “ramos” das agora designadas Forças Armadas – a Aviação militar –, em vez de reproduzir os “postos” existentes no Exército (como nós e muitos outros fizeram), a Grã-Bretanha tenha optado por designar os graus desta nova cadeia hierárquica (a RAF) em estrita correspondência com as unidades militares que lhes cabia comandar: *flying officer*, para o simples piloto aviador (que só comanda o seu aparelho, as suas armas e a sua eventual tripulação); *squadron leader*, para o comandante de esquadrilha (3 ou 5 aparelhos voando em formação táctica); *wing commander*, para o oficial que lidera uma esquadra (de 2 a 4 esquadrilhas); e *group captain*, para o chefe de um “grupo de esquadrilhas”, que geralmente opera a partir de uma mesma base aérea.

Falámos aqui das graduações atribuídas aos comandos das forças, que são geralmente chamados de “oficiais”. Mas naturalmente, o mesmo modelo se projectava “para baixo”, agora com as medidas do *span of control* (“leque de subordinação” pessoal, também existente na indústria moderna) muito determinadas pelas exigências psicológicas de dever sustentar a acção dos homens em situação de *stress*-de-guerra. Assim emergiram as várias classes de sargentos, cabos, arvorados, etc. E destas concepções derivou o “esquema em pirâmide” da organização global dos corpos militares, com os combatentes de base a serem os mais numerosos e com nulas funções de comando, e os “generais” no topo, em escasso número mas com as mais amplas capacidades para ditar ordens.

No caso das Marinhas de guerra, estas designações foram, antes de mais, determinadas pela tipologia funcional dos navios e, secundariamente,



pelas exigências técnicas da sua operação. O comandante de um navio, sobretudo se for maior e oceânico, tem obviamente de dispor de uma autonomia considerável para exercer todas as suas acções de comando, quer náuticas, quer militares. E como o “destino natural” da carreira dos oficiais da Armada é, em objectivo cimeiro, o de comandar um navio, compreende-se que em várias marinhas tenham sido fixadas sucessivas graduações como as de tenente-de-navio, capitão-de-corveta, capitão-de-fragata e capitão-de-navio. Mas, talvez ainda mais do que no Exército, a Marinha guarda muito ciosamente certas tradições do passado, que nalguns casos sobreviveram até à actualidade (veja-se, antes de mais, a nomenclatura náutica e a gíria naval). Assim, enquanto é comum em países estrangeiros a graduação de tenente (antecedente à de capitão ou comandante), tal como entre nós temos o 2º e o 1º tenente, já no caso dos oficiais comandantes o grau mais baixo ficou há muito fixado em capitão-tenente (o que aliás traduz bem esse estágio de transição) e o mais elevado guardou a designação algo majestosa de capitão-de-mar-e-guerra, ficando na posição intermédia o mais generalizado capitão-de-fragata. E, acima de todos estes, já não comandando navios, mas sim forças navais – divisões, esquadrilhas, flotilhas, esquadras, armadas (ou, na nomenclatura NATO, *task units*, *task groups*, *task forces*, etc.) – situam-se sobretudo os oficiais-generais, desde há séculos designados por almirantes.

De facto, no caso da Marinha (e como já temos sustentado em outras ocasiões<sup>96</sup>), estamos perante uma simbiose original de duas figuras distintas no quadro dos papéis sociais: os marinheiros, por um lado, e os militares, por outro – ou, como vimos afirmando, homens que possuem realmente uma *dupla identidade: marinheira-e-militar*. E os aviadores – sem tradição a que se possam agarrar – começaram, por si próprios, a forjar uma nova cultura profissional, muito feita do arrojo pessoal e de algum desprendimento de certas formalidades, tão típicas nos outros seus “camaradas” de terra e mar. Porém, à medida que foi aumentando o investimento da nação em equipamentos cada vez mais custosos e sofisticados, e também a consciência social do poder destrutivo que lhes era confiado, também esse “aventureirismo” se foi moderando e ganhando outras defesas. O episódio do *Enola Gay* em 6 de Agosto de 1945, deve aí ter contado alguma coisa. Eis, pois, dois corpos de militares algo diferenciados – cada um à sua maneira – dos “militares-militares” que sempre compuseram e deram vida aos exércitos de terra.

Referimos atrás as três épocas da condição social dos militares – guerreira, cidadã e profissional – mas devemos agora associar a elas alguns dos diferentes modos mais característicos de *fazer a guerra*. Não se trata de uma articulação “mecânica”, mas antes de uma correspondência mais complexa entre, no fundo, os sucessivos padrões socioculturais dominantes, os diferentes tipos de Estado, os homens-de-armas que os servem, as tecnologias disponíveis e a procura do modo mais eficaz e económico de obter superiori-

---

<sup>96</sup> Ver sobretudo Freire, *Homens em Fundo Azul Marinho* (2003), e também *Jornal da Marinha* (2017).

dade sobre uma potência adversa, senão mesmo de lograr uma vitória. Com tantas variáveis em equação, é evidente que nada disto pode resumir-se em fórmulas simples e unívocas, ou reduzir-se a relações de causa-efeito. Deixemos para trás a época Medieval e centremo-nos nos tempos da Modernidade e dos militares-cidadãos, que chegou até aos nossos dias, embora, em pleno, só até meados do séc. XX, pois aí germinam já outros processos, de que estamos ainda longe de os entender cabalmente.

A partir do Setecentos e durante dois séculos as guerras travam-se de Estado a Estado, com observância de formalidades diplomáticas no início e no fim do conflito. Estamos perante governos que decidem a passagem dos níveis “normais e civilizados” das relações internacionais para estas formas excepcionais. Assim, como geralmente estamos a tratar de nações já consolidadas, os seus mecanismos constitucionais internos obrigam a uma mobilização geral de todos os homens com aptidão militar, bem como à tomada de medidas extraordinárias referentes à economia, à segurança interna, à suspensão de algumas garantias e liberdades dos cidadãos. É o conceito de “Nação em armas”. Foi neste quadro que o *serviço militar* passou a constituir um *dever patriótico*, quer ele fosse organizado sob a fórmula do “SMO”<sup>97</sup>, levando todos os mancebos com idades variáveis em torno dos 20 anos a receberem uma instrução militar de base com algum tempo (um, dois, três anos) de permanência nas fileiras, quer fosse pensado sob a forma de *conscrição* – aí sim, geral e obrigatória para os homens, geralmente até à meia-idade –, a ser desencadeada apenas na iminência de uma nova guerra. O aparelho militar permanente era, em qualquer caso, mantido em reserva ou estado de prontidão por um número muito mais reduzido de pessoal de enquadramento e de comando, que já era necessariamente preenchido por militares profissionais. Outras modalidades houve ainda, mas muito mais raras, como o “exército de milicianos” da Suíça<sup>98</sup> ou o “exército sem formalidades” de Israel<sup>99</sup>. Os casos de abdicação voluntária de um Estado em possuir Forças Armadas têm sido raros (como a Costa Rica ou a Islândia), geralmente contratando a uma outra potência, amiga, a satisfação desse encargo.

Esta “osmose” entre as Forças Armadas e a Nação durou um certo tempo histórico, em determinadas circunstâncias civilizacionais, mas não tem necessariamente que ser perene, e há sinais que apontam para que novas mudanças possam estar no horizonte. Além disso, ainda durante um longo período, o poder político nacional foi muitas vezes levado a usar as Forças Armadas para garantir a sua continuidade, quando se sentia desafiado por movimentos políticos internos. Isto vinha na continuidade das práticas Me-

---

<sup>97</sup> Sigla habitualmente usada para designar esta modalidade de Serviço Militar Obrigatório.

<sup>98</sup> Que a novel República Portuguesa em 1911-12 pensou seriamente se deveria, ou não, adoptar também.

<sup>99</sup> Realmente, os militares da Tzahal (homens e mulheres) quase prescindiram dos aspetos simbólicos da “ordem unida”. Ao vê-los em patrulhas ou controlos de estradas, fica-se com a impressão de uma mera milícia, mais do que de uma instituição do Estado. Mas, como se sabe, são eficientíssimos no combate.

dievais, prosseguidas ou até desenvolvidas no chamado período dos “reis absolutos”. Nesta pré-Modernidade o exército à ordem do governo era usado indistintamente para a defesa nacional ou para manter a ordem interna *manu militari*. E foi apenas numa fase de grande amadurecimento destas sociedades (a Ocidente, em pleno séc. XX) que se estabeleceu uma clarificação entre a *possibilidade do uso legal da violência* numa e noutra situação: as polícias e outras forças de segurança para a ordem interna; as Forças Armadas, para fins exclusivos de defesa nacional.

No concreto, a análise histórica e a simples memória humana foram capazes de registar que nem sempre esta divisão de funções foi aceite pacificamente por todos estes actores institucionais e outras forças sociais. Chegou mesmo a haver uma inversão de posições, com a força armada (ela própria identificada com a Nação) a pretender ditar as suas leis ao poder político, seja por influência, pressões ou ameaças, seja pela via do “golpe de Estado”<sup>100</sup>. Nos últimos dois séculos, os países ibéricos foram exemplos eloquentes de tais acontecimentos, com frequentes émulos na América Latina, Ásia e África.

Quanto às guerras, propriamente ditas, aos exércitos modernos cabiam missões de ataque e/ou de defesa de *posições estratégicas*, geralmente definidas por características geográficas cruciais, referenciadas pela orografia, as redes fluviais, uma linha costeira, encruzilhadas de vias de comunicações, etc.; mas por vezes também definidas pela sua importância política, como a defesa (ou o derrubamento/ultrapassagem) de uma fronteira (vide, a “linha Maginot”), e o entrincheiramento *versus* tomada de uma grande capital, como Paris e Berlim significaram em três sucessivas grandes guerras europeias.

Esta guerra fazia-se com observância de determinadas regras, éticas ou jurídicas, convencionadas previamente entre os Estados beligerantes (únicos ou actuando em coligação). O requinte tardo-aristocrático do “*Tirez les premiers, Messieurs les Anglais*” durou apenas um momento mas era geralmente aceite e praticada a separação clara entre combatentes e populações civis, tal como entre países beligerantes e países neutrais. Os objectivos da guerra consistiam geralmente na ocupação de territórios do “inimigo” e obter dele a *rendição*, mas era frequente esta só acontecer no seguimento do desenlace de uma *batalha* ou uma sucessão de enfrentamentos melhor ou pior sucedidos. Como vencedor, competia a este partido ditar as condições de submissão da parte derrotada, condições essas que quase sempre incluíam cláusulas territoriais, económicas e políticas.

Na lógica deste “jogo de soma nula” guerreia-se para vencer ou para resistir a uma agressão: o “empate” é pouco frequente e pouco apelativo, à partida. Só acontece após profunda exaustão de ambas as partes ou por mudanças internas muito significativas. E se olharmos para os registos

---

<sup>100</sup> Ver Luís Salgado de Matos, *Como Evitar Golpes Militares* (2008); e também Eduardo Lourenço, *Os militares e o poder* (2013).

históricos, restam poucas dúvidas: Napoleão, no final, foi vencido; na guerra Franco-Prussiana, venceram os alemães, que perderam em 14-18, e de novo em 39-45, juntamente com os nipónicos no Extremo-Oriente. E mesmo as guerras de ocupação colonial (inglesas, francesas ou portuguesas), embora fora deste contexto, concluíram-se sempre pelo domínio dos ocidentais, essencialmente devido à sua superioridade militar. Em 1920, com a Sociedade das Nações (SDN), esse já não era um problema internacional. Voltaria a sê-lo mais tarde, mas de uma maneira algo inesperada.

*No mar*, a guerra tem outras especificidades. Na guerra moderna, continuaram a enfrentar-se dois Estados (ou alianças de vários) que aqui pretendem garantir a sua liberdade de circulação marítima, a inviolabilidade das suas costas e dos seus portos, furtando ao inimigo (o “IN”) essas mesmas vantagens. Mas continuaram a usar-se algumas das tácticas e procedimentos bélicos vindos do passado: casos do bloqueio marítimo e da batalha naval entre esquadras. Outros recontros violentos, combates ou meras escaramuças e perseguições entre navios isolados ou pequenas forças navais também sempre continuaram a ocorrer, mas não foram eles que decidiram a sorte de uma guerra. Em todo o caso, a contabilidade dos resultados da guerra marítima também se mede pelo número de navios afundados ou avariados e pelos seus tripulantes postos “fora de combate”. Mas durante boa parte desta guerra moderna, concretamente até meados do séc. XIX, sobreviveram ainda, com algum sucesso, as práticas de pirataria, a guerra de corso, os apresamentos derivados do “direito de presa” e até as tomadas de reféns<sup>101</sup>, obrigando a esforços importantes por parte das marinhas de guerra assim afectadas.

Porém, a partir sobretudo de meados de Oitocentos, uma maior sensibilidade humana perante as violências e as destruições, e também alguns progressos da racionalidade imprimida nos processos políticos e nas relações internacionais, fizeram desenvolver as normas de direito internacional mediante tratados multilaterais. As Convenções de Genebra (1864 e seguintes) protegeram essencialmente as populações civis, os prisioneiros de guerra, os feridos e outras pessoas indefesas ou estranhas ao conflito. Por seu lado, as Convenções de Haia (de 1899 e 1907) tiveram sobretudo por objecto a guerra marítima nas condições técnicas então existentes, actualizando também várias disposições do direito marítimo há muito vigorando no Ocidente, porém sem o carácter universalizante que aqui se lhes quis dar. Note-se que data aproximadamente desta época a elaboração de um direito internacional, em vários outros domínios (correios, telégrafos, etc.) com a intenção de o tornar de observância obrigatória em todo o mundo, a par de alguns avanços importantes para a criação de instituições internacionais e a prática de relações multilaterais.

---

<sup>101</sup> Por exemplo, nas águas do Norte de África, nas costas de Zanzibar e da Somália e nos mares do Extremo-Oriente.

## A evolução técnica

Como dissemos, a evolução técnica foi um dos factores mais importantes para as características que as guerras foram assumindo ao longo do tempo.<sup>102</sup> Já referimos o impacto da chegada das armas de fogo e da artilharia. Mas já muito antes, nas épocas dos combates à arma branca, que formavam o ponto fulcral da batalha, o uso do cavalo amestrado como montada ou puxando um carro de guerra imprimiu uma mobilidade e uma velocidade novas na táctica das batalhas terrestres. Esta característica da cavalaria (no reconhecimento e exploração de terrenos onde possa estar o IN, no envolvimento do adversário, na exploração do sucesso, etc.) conjugou-se com a poderosa capacidade destrutiva (e a distância) da artilharia para, articuladamente com a infantaria (a “rainha das batalhas”, aqueles que verdadeiramente ocupam o terreno e contactam com as populações), comporem as três especialidades essenciais da manobra e da guerra terrestre moderna. No séc. XIX as armas de fogo tiveram aperfeiçoamentos importantes, com a estriagem das “almas” e mais potentes explosivos, melhorando-se o seu alcance, precisão e ritmo de fogo. Mas na centúria seguinte assistiu-se à mecanização e motorização da cavalaria e da logística e, sobretudo, o Homem ganhou o desafio de ser capaz de dominar os ares e, em seguida, de descobrir uma arma (bomba) com poder destrutivo suficiente para aniquilar a vida na Terra. Diz-se que uma nova Era começou então, também com uma nova “espada de Dâmocles” pairando sobre as nossas cabeças. Mas a *Aviação*, sim, mudou rapidamente o cenário mundial.

Na Marinha, a artilharia tinha igualmente tido um efeito decisivo no combate naval e na morfologia dos navios. Chegado o séc. XIX, beneficiando dos progressos da ciência e das suas aplicações tecnológicas, duas inovações capitais alteraram as suas capacidades de acção: a construção naval em ferro e aço (mais tarde, com a rebtagem a ser substituída pela soldadura); e a propulsão mecânica, inicialmente a vapor, depois por motores de combustão interna, eléctricos, de turbinas e até “atómicos”. Com isto melhorou consideravelmente a velocidade, a autonomia dos navios e a previsibilidade da viagem; aumentou também a tonelagem, a capacidade de carga e a população transportada; e a electricidade e a electrónica permitiram melhorar muito as comunicações, o rigor da navegação, o uso das novas armas. Porém, a verdadeira inovação (talvez só superada pelo avião) foi a do navio *submarino*.

Quer a I<sup>a</sup>, quer a II<sup>a</sup> Guerra Mundial, tiveram os seus principais e decisivos teatros de operações em terra, no continente da Europa (ocidental, oriental e do sul), no Médio-Oriente, África e ilhas do Pacífico, com alongadas “frentes”, diversas batalhas importantes e uma guerra aérea incerta e prolongada. Como bem se compreende, a constante modernização das

---

<sup>102</sup> Ver a excelente síntese de Loureiro dos Santos (1936-2018) conseguida no seu livro *História Concisa de como se faz a guerra* (2010).

armas (a metralhadora, os *tanks*, os morteiros, o lança-chamas, a *bazooka*, as minas, os canhões sem recuo e anti-carro, etc.) – tudo isso teve influência nas doutrinas táticas do empenho das forças terrestres. Por essa razão se veio a pôr em contraste a “guerra de trincheiras” do conflito europeu em 1914-18 com a “guerra de movimento” de 39-45, que também foi chamada de “*Blitzkrieg*”, conforme testemunha a obra de um oficial checo anti-nazi que se refugiou em Inglaterra e veio a ser professor no nosso Instituto de Altos Estudos Militares (hoje, Instituto Universitário Militar, inter-ramos)<sup>103</sup>. Neste conceito incluía-se com grande destaque o uso ofensivo dos carros-de-assalto blindados (as *panzer divisions* impressionaram muito em 39 contra polacos e em 40 contra belgas, holandeses e franceses) e a “aviação tática” (bombardeando e metralhando pouco adiante na nossa infantaria), além do lançamento de tropas paraquedistas.

Nesta última guerra, igualmente se recorreu, com sucesso, a pequenas unidades de “*comandos*”<sup>104</sup> para realizarem sabotagens ou outras “acções especiais” por detrás das linhas inimigas<sup>105</sup>. Era uma entorse à “guerra com regras” da Modernidade que os altos responsáveis acharam por bem assumir secretamente (como sempre se havia feito com os “espiões”) e que tinha o seguinte significado prático: combatentes não-uniformizados que fossem aprisionados, eram sumariamente executados, escapando às protecções da Convenção de Genebra, o que levou a processos de selecção de voluntários e de treino muito especiais para a execução de tais missões. Mas havia aqui um paralelo bastante evidente com as acções das *Resistências armadas* saídas dos elementos civis mais inconformistas dos países ocupados pela *Wehrmacht* (com acções de dinamitagem, armadilhas, emboscadas, etc., inspiradas nas antigas “guerrilhas”). Isto já tinha sido testado pelos republicanos na Guerra Civil de Espanha mas foi posto em prática numa outra escala em França, na Polónia (sobretudo pela minoria judaica, que foi dizimada no *ghetto* de Varsóvia em 1943) e na Itália<sup>106</sup> durante a IIª Guerra Mundial.

No tocante à guerra naval, naturalmente muitas inovações aconteceram, das quais destacaríamos duas no plano técnico construtivo (a passagem do carvão aos combustíveis líquidos, e da rebitagem à soldadura dos cascos e infraestruturas); e outras duas no plano tático: o progressivo desaparecimento das grandes formações de “navios de linha” para decidirem o desfecho de uma batalha por meio de poderosos duelos de artilharia pesada (a benefício de “forças-tarefa” mais especializadas) e a organização e protecção dos fluxos da navegação civil mais indispensável por meio de “comboios”, devidamente escoltados.

---

<sup>103</sup> Ver F. O. Miksche, *A Guerra Relâmpago* (1943).

<sup>104</sup> Nome esquisito e algo perturbador para o entendimento da terminologia militar, mas, como em outros casos, talvez derivado de um léxico oral de circunstância que acabou por receber consagração formal.

<sup>105</sup> Ver igualmente Miksche, *Secret Forces: The Technique of Underground Movements* (1950).

<sup>106</sup> Sobre os estertores finais do regime Fascista italiano, a ocupação alemã e a Resistência, é elucidativo ler o livro de Silvio Bertoldi, *Salò: Vita e morte della Repubblica Sociale Italiana* (1977).

Mas a *guerra submarina*, no Atlântico (e depois também no Pacífico), foi decerto um outro factor decisivo para sustentar todas aquelas referidas campanhas aero-terrestres e que levou ao redesenho de novos navios e das táticas de combate anti-submarinos (sem esquecer o papel das minas marítimas e da necessidade da sua rocega por navios especializados para manter limpos os portos amigos).

Neste quadro geoestratégico, o território dos Estados Unidos funcionou como a grande “retaguarda” – fundamental em termos de produção industrial (agora reconvertida para as necessidades de guerra), de *stock* de abastecimentos, de reservatório humano, campo de instrução e treino, e espaço de recuo estratégico *clausewitziano* impossível de alcançar pelos seus adversários – ao mesmo tempo que as duas enormes massas oceânicas colaterais (o Atlântico, a nascente; o Pacífico a poente) assumiam a natureza de espaços marítimos abertos que era vital controlar militarmente.

No caso do Atlântico, tratou-se, para os aliados, de enfrentar e vencer a larga ofensiva submarina desencadeada pelos alemães, desde que a sua frota de batalha fora neutralizada em 1916 e quase não passou além de 41, isto para que o ininterrupto esforço de transporte marítimo de mantimentos, homens, abastecimentos, combustíveis, armas e munições pudesse chegar aos seus destinos na Europa ocidente e à frente russa, via Mar de Barents.

No caso do Pacífico não havia propriamente um continente a sustentar, mas antes um conjunto disperso de ilhas (Hawai, Marshall, Salomão, Marianas, etc.) que funcionavam como pontos-de-apoio para o progressivo avanço aéreo, naval e terrestre que permitiu aos norte-americanos iniciarem a retoma dos extensos territórios do Sudoeste Asiático e da China que as tropas Nipónicas haviam conquistado com fulminante rapidez, e desde logo defendido com grande tenacidade. Aqui, no teatro do Pacífico, a guerra marítima desenvolveu-se essencialmente nas quatro principais componentes operacionais existentes à época: a dos combates navais e aeronavais; a guerra submarina e anti-submarina; a guerra dos bombardeamentos aéreos a longa distância; e a guerra “conjunta” (mar-ar-e-terra) dos grandes desembarques costeiros. Num parêntesis, pode pensar-se que a Guerra da Coreia (1950-1953) se pautou pelas mesmas características<sup>107</sup>.

Realmente, o conflito de 1939-45 já não assistiu a qualquer grande batalha puramente naval entre “navios de linha”. E, no seu final, pôde escrever-se que o novo “navio-capital” saído deste confronto havia sido o navio *porta-aviões*<sup>108</sup> que continuou sendo até aos dias de hoje, porém só ao alcance de algumas grandes potências mundiais.

---

<sup>107</sup> Pode ler-se Cagle & Manson, *The Sea War in Korea* (1957).

<sup>108</sup> Ver, por exemplo o livro do então segundo-tenente Joaquim Gromicho Boavida, *O Porta-Aviões, rei dos mares* (1946).



Mas, uma vez mais, as necessidades urgentes do conflito e os procedimentos mais expeditos (que até as democracias eram levadas a consentir) permitiram avanços técnicos muito consideráveis, em geral nas armas e técnicas de guerra, e mais em particular nas marinhas ocidentais:

- Todo o desenvolvimento de veículos motorizados armados, às vezes também anfíbios, que assumiram as funções da antiga cavalaria;
- A especialização das aeronaves (de bombardeamento, ataque ao solo, caça, patrulha marítima, transporte e lançamento de paraquedistas, etc.);
- Os radares de detecção e localização aérea e, depois, de condução do fogo de artilharia anti-aérea;
- O aperfeiçoamento dos torpedos e outras armas submarinas e anti-submarinos, além das arrojadas missões dos mergulhadores;
- Os meios de detecção A/S e o desenvolvimento de correspondentes armas específicas;
- A invenção dos mísseis (projecteis auto-propulsionados, guiados ou não);
- A generalização do emprego multifunções do helicóptero;
- A sistematização e racionalização conseguidas em todos os domínios da logística, sem esquecer a indispensável presença da assistência médico-sanitária;
- E, mais em geral, os enormes aperfeiçoamentos conseguidos nas técnicas das telecomunicações e no tratamento das informações operacionais que podem chegar às “salas de comando” e aos estados-maiores ou aos “Centros de Operações” dos navios maiores.

Logicamente, a evolução técnica não parou desde esse pós-guerra até hoje. Os efectivos dos exércitos permanentes ocidentais encolheram muito, mas não tanto os da URSS, da República Popular da China e seus aliados. Todos estas potências entraram decididamente na “corrida ao Espaço”, de onde também tiraram desde logo vantagens económicas e militares, de que a impressionante cobertura de satélites estratosféricos de telecomunicações e “espionagem” hoje existentes é o aspecto mais concreto. Mas, posteriormente, as realizações conseguidas nos domínios dos computadores, da robótica e da teleinformática interessaram sobremaneira os estados-maiores e acabaram por penetrar também no quotidiano das organizações militares e das “máquinas de guerra”<sup>109</sup>.

Por outro lado, vale também a pena lembrar que as Forças Armadas deste período não ficaram à margem das evoluções sociais e dos desenvolvimentos científicos observados em todas as áreas do conhecimento, sendo talvez do seu particular interesse os verificados na Psicologia, no Direito, na Economia-e-Gestão e mesmo na Biologia (até pelas renascidas ameaças do uso letal de armas e agentes bio-químicos<sup>110</sup>).

---

<sup>109</sup> Ver, por exemplo, a análise de José Pedro Teixeira Fernandes em “A Cibernética como nova dimensão dos conflitos do século XXI”, *Relações Internacionais*, 33, Março 2012: 53-69.

<sup>110</sup> Relembra-se que, se no início da II Guerra Mundial, as potências beligerantes se comprometeram a não recorrer à guerra química ou bacteriológica, em 14-18 os gases de guerra haviam tido largo uso nas trincheiras.



## “Guerra fria” e “era atômica”

Quando Einstein, Fermi e Oppenheimer<sup>111</sup> penetraram nos processos da *constituição íntima da matéria*, houve quem pensasse que, pela primeira vez desde Sísifo ou Eva, os Homens haviam desafiado os segredos dos Deuses e talvez aberto a Caixa de Pandora. A Física e a Tecnologia avançaram então rapidamente e americanos e russos (também em breve ingleses e franceses) cedo obtiveram a posse e a capacidade autónoma de produção destas potentes armas e dos veículos (aviões, mísseis e submarinos) mais adequados para o seu eventual emprego.

A reorganização do sistema internacional ficou esboçada desde 1945, e consagrada institucionalmente pela existência da ONU, realmente muito mais universalizante do que a anterior SDN. Porém, o antagonismo ideológico entre os regimes demoliberais de economia de mercado e os regimes socialistas de partido único com economia estatizada (por vezes crismados de “democracia popular”) rapidamente se manifestou no pós-guerra, até porque o Exército Popular de Mao Tse-Tung (1893-1976) se impunha agora na China, e a metade Leste da Europa estava ocupada pelo Exército Vermelho de Estaline (1878-1953).

A NATO (*North Atlantic Treaty Organization*) constituiu-se em 1949<sup>112</sup>, perante as ameaças da URSS sobre Berlim<sup>113</sup>, o “golpe de Praga”<sup>114</sup> e o fechamento da célebre “cortina de ferro”<sup>115</sup>. Em resposta, a URSS criou o Pacto de Varsóvia (1955)<sup>116</sup>. E, praticamente durante quatro décadas (1950-1990), o mundo viveu sob o temor de uma IIIª Guerra Mundial, desta vez com recurso às armas atômicas, que ambas as partes possuíam em grande número. Por isso se falou em risco de “holocausto nuclear”.

No entanto, este *equilíbrio estratégico* – que alguns chamaram “equilíbrio do terror” – pôde ser sempre mantido, embora passando por conjunturas de crise aguda, que felizmente puderam ser ultrapassadas: vide o caso da “crise do Suez” em 1956 e a crise provocada pelos mísseis soviéticos em Cuba em 1961. Em todo o caso, a ameaça nuclear esteve sempre presente.

---

<sup>111</sup> Três dos físicos mais importante na descoberta da energia atômica e, depois, do “projecto Manhattan”: o alemão Albert Einstein (1879-1955), o italiano Enrico Fermi (1901-1954) e o norte-americano J. Robert Oppenheimer (1904-1967).

<sup>112</sup> Foram membros fundadores os seguintes países: Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, França, Itália, Portugal, Islândia, Noruega, Dinamarca, Holanda, Bélgica e Luxemburgo.

<sup>113</sup> Cujas “ponte aérea” salvou a cidade em 1948-49 do isolamento imposto pelas tropas de ocupação soviéticas.

<sup>114</sup> Tomada do governo da Checoslováquia em Fevereiro de 1948 pelos comunistas, afastando e reprimindo as outras forças políticas anti-nazis e inaugurando um regime ditatorial de facto.

<sup>115</sup> Expressão cunhada por Winston Churchill (1874-1965) num discurso pronunciado logo em 1946.

<sup>116</sup> Com a Polónia, a Alemanha de Leste, a Checoslováquia, a Hungria, a Roménia, a Bulgária e a Albânia, ficando a China comunista com o estatuto de observador. A Jugoslávia, embora também de regime socialista, não aderiu, por já estar em rotura política com Moscovo.

Por exemplo, nos navios maiores da nossa Armada, embora sem quaisquer competências nestas matérias, sempre se activaram as medidas passivas de defesa NBQ<sup>117</sup>. E a consciência destes riscos prosseguiu mesmo quando, com o “desanuviamento” das relações Leste-Oeste no último quartel do séc. XX, compreenderam estes governantes que a acumulação nos paióis das super-potências de armas altamente letais só acrescia às suas despesas, sem vantagens visíveis, orientando-se então para uma mais racional *redução e limitação de armamentos* a níveis mais baixos, mas mantendo os supostos “equilíbrios” existentes. Ao mesmo tempo, estes Estados tentavam fechar entre si o monopólio da posse das armas nucleares e constituíam-se como os grandes fabricantes de armas “convencionais” para o resto do mundo.

Por outro lado, se não houve enfrentamentos bélicos directos entre estes dois grandes “blocos”, os mesmos não deixaram de continuamente competir entre si, em vários campos (na corrida ao Espaço, nos espectáculos desportivos, nos eventos culturais, etc.) e sobretudo através de guerras limitadas e por “*interposta pessoa*”, isto é: apoiando (mais ou menos abertamente) os conflitos armados surgidos com os processos de luta pela *independência das colónias* das potências europeias, e de outros territórios não-autónomos.

Foi, um pouco, aquilo que se passou com o envolvimento dos ingleses no Quénia (1952-56) e com os holandeses na Indonésia (1948-54), com intervenções militares nas colónias e acções de resistência ou guerrilha dos povos locais. No Próximo-Oriente e como mandantes da antiga SDN na Palestina, os ingleses tiveram que enfrentar uma resistência armada de base urbana (também dirigida contra as comunidades árabes locais), a qual teve um rápido sucesso com a independência e a criação do Estado de Israel reconhecido pela ONU em 1948, mas que imediatamente foi seguido da primeira de uma série de curtas guerras entre este novo Estado e largas coligações dos países árabes vizinhos.

Realmente, as guerras circunscritas que tiveram lugar durante o período da “guerra fria” Leste-Oeste foram sobretudo estas: a da independência da Indochina face à França colonizadora (1946-1954); a “guerra da Argélia” envolvendo a mesma potência europeia (1955-1962); as guerras independentistas de Angola, Guiné e Moçambique contra Portugal (1961-1974); a (2ª) “guerra do Vietnam” (1956-1975), que acabou por envolver directamente os Estados-Unidos; e a guerra do Afeganistão (1979-1989), também com a derrota dos interventores soviéticos. Em paralelo, processos de luta armada semelhantes ocorreram em Cuba (com vitória dos “barbudos” em 1959) e na Bolívia, com o conhecido insucesso do teórico-praticante Ernesto ‘Che’ Guevara (1928-1967) que ali perdeu a vida. É certo que também existiu uma guerra entre o Irão e o Iraque (1980-1988), mas essa é dissonante do modelo

---

<sup>117</sup> Sigla usada para referir as ameaças Nuclear, Biológica e Química.

que aqui queremos evidenciar e filia-se mais no quadro político-religioso específico do mundo islâmico; além de que, militarmente, foi apenas mais uma guerra “clássica”<sup>118</sup>.

De facto, na década de 1950 um padrão inovador de conflito guerreiro tendeu a estender-se no “3º mundo” e mesmo mais além, diferenciando-o de todas as guerras anteriormente referidas. Isto merece uma atenção e um quadro de análise particular, que tentamos em seguida caracterizar.

### A “guerra revolucionária”

Com efeito, na sua “longa marcha” para resistir às forças nacionalistas e aos exércitos japoneses invasores da China nos anos de 1930, Mao Tse-Tung aplicou algumas das velhas táticas de guerrilha, agora porém inseridas numa *estratégia geral de tomada do poder de Estado* que passava pelo envolvimento do povo no conflito, no meio do qual os guerrilheiros revolucionários deveriam mover-se “como peixes na água”. O sucesso desta estratégia fez doutrina nas décadas seguintes para os independentistas anti-coloniais que, apoiados pelo “bloco de Leste”, se puseram em luta contra ingleses (no Quênia), franceses (na Indochina e na Argélia), portugueses (em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau) ou regimes subsidiados por Washington (como Cuba, por exemplo).

Entre nós, muito precocemente, o oficial de estado-maior Hermes de Oliveira (1917-1981), beneficiando de estágios que pôde fazer em França e na Argélia, publicou um livro muito bem informado e sistematizado<sup>119</sup> sobre os fundamentos, os princípios e os modos de operação destas “guerras subversivas”, bem como sobre a forma como elas deveriam ser analisadas para a elaboração de respostas vencedoras a tais desafios, bem estranhos à “guerra convencional” que se ensinava nas escolas militares e na instrução aos recrutas do SMO. Esse repto estava na iminência de ser lançado às autoridades políticas e militares portuguesas em Angola, na Guiné e em Moçambique pelos movimentos independentistas desses territórios, que a política de Lisboa não quis ou não pôde ouvir ou contrapor com uma estratégia adequada, que teria sempre de passar pelo reconhecimento do direito à autodeterminação e talvez o projecto de uma futura comunidade de povos de língua portuguesa como Spínola (1910-1996) ainda tentou, mas tarde demais; ou então de “novos Brasis”, como alguns chegaram a propor. Porém, seria sempre uma estratégia arriscada, na medida em que, no mundo bipolar de então, a parte norte-americana do bloco ocidental (até pela sua própria história) via com bons olhos esses processos emancipatórios das antigas tutelas impe-

---

<sup>118</sup> Sobre todo este período, pode ler-se o livro de Carlos Gaspar *Raymond Aron e a Guerra Fria* (2018).

<sup>119</sup> Hermes Araújo de Oliveira, *Guerra Revolucionária* (1960).

riais<sup>120</sup>, e o bloco de Leste apoiava, política e militarmente, os nacionalistas africanos, como já dissemos. De facto, falando destas “guerras revolucionárias”, não se pode nunca deixar de ter em conta os permanentes e efectivos apoios de russos ou chineses às forças insurgentes, geralmente a partir de “santuários” situados perto das fronteiras; enquanto no Ocidente, só alguns governos, parcialmente ou discretamente – e só mais tarde – se dispuseram a ajudar o esforço de guerra da “contra-insurreição”, a despeito dos esforços de Kaúlza de Arriaga (1915-2004) para demonstrar aos decisores de Washington que se tratava da “defesa do Ocidente”. O caso de Portugal foi talvez a “pedra de toque” destas hesitações ou contradições internas do campo ocidental.

Contudo, vale talvez a pena recuar uns anos para espreitar o conteúdo das lições de estratégia que o general Júlio Botelho Moniz (1900-1970) dava aos seus alunos do Curso de Altos Comandos no IAEM de Caxias em 1953. Eis alguns extractos da aula em que o tema era «O Imperio português na estratégia mundial» e que começa assim: «Portugal, potência mundial, não tem, presentemente, possibilidade, de orientar a organização da sua defesa por uma estratégia imperial, independente da das nações de maior potencial marítimo. A defesa imperial portuguesa tem, assim, de enquadrar-se na da potência do mar por razões de sobrevivência e imperativo da continuidade histórica da missão colonizadora da gente portuguesa. Uma estratégia imperial pressupõe a coexistência de uma política imperial, de uma economia imperial e de uma defesa imperial. A política imperial portuguesa determina a existência de três eixos de actuação política, orientados: um, na direcção da aliança com a potência do mar, eixo Lisboa-Londres, até ao presente; o segundo, na direcção Lisboa-Madrid; o terceiro, na direcção Lisboa-rota do Atlântico Sul. [...]

A mudança do eixo Lisboa-Londres para Lisboa-Washington far-nos-ia perder o apoio do Governo central britânico contra o irredentismo dos países da comunidade britânica vizinhos dos nossos domínios ultramarinos; e não encontraria compensação no que nos deveria dar a América do Norte, país onde um errado sentimento anti-colonialista ainda impera contra as nações europeias. Assim, a mudança do eixo Lisboa-Londres para Lisboa-Washington que a estratégia aconselharia (e muitos já preconizam), parece que só deverá verificar-se contra formais e seguras garantias da defesa da integridade dos domínios ultramarinos portugueses pela América do Norte. [...]

A linha insular atlântica das posições portuguesas Açores-Madeira-Cabo Verde, sendo o prolongamento sul das ilhas britânicas, constituía a linha de defesa avançada da Europa na luta intercontinental Atlântica. Para a América e para a NATO, as posições insulares portuguesas do Atlântico representam uma linha de cobertura avançada do continente americano e uma base

---

<sup>120</sup> Vide o apoio americano à FNLA.

aeronaval estratégica (bombardeiros estratégicos) na luta inter-hemisférica ou inter-continental contra a potência da terra. A valorização da defesa militar das ilhas atlânticas por forças nacionais constitui outro imperativo da defesa nacional. [...]

Só a totalidade territorial ibérica tem valor intercontinental na actualidade. Portugal tem um pequeno território já para a função de “testa-de-ponete” (só como último recurso) e de “Estado tampão”. Esta consideração levou Hitler, quando concebeu em 1940 (12 de Novembro) fechar o estreito de Gibraltar, a ditar a instrução nº 12, que correspondia a “Operação Félix” para ocupação da Espanha (Ferrol, Vigo, Gibraltar e Canárias) e a derivante “Operação Isabela” dirigida contra Portugal, se se verificasse a reacção inglesa, planos estes que a invasão italiana dos Balcãs inutilizou. [...]

O terceiro eixo de actuação política Lisboa-rota dos descobrimentos e conquistas oceânicas (Lisboa-Rio parece ter sentido restrito), representa a resultante de utilidade dos dois eixos anteriores – a via do império; império que tem a cabeça na Europa, mas corpo e alma no espaço ultramarino. A valorização deste eixo foca-nos problemas de transcendente acuidade no momento presente – o mais dramático, em nosso entender, da vida e sobrevivência de Portugal-Império. O mais glorioso, também, se a geração presente o puder e souber resolver.»<sup>121</sup> Lembremos que estávamos em 1953.

Contemporâneo de Botelho Moniz mas, pelo contrário, defensor da estratégia da “contra-subversão” para conter e acabar por vencer a ofensiva dos movimentos nacionalistas africanos, o general Câmara Pina (1904-1980) reflectia também, em plena “guerra do ultramar”, sobre as linhas estratégicas da nossa defesa nacional. Escreve ele que «Cabo Verde, Guiné e São Tomé são estações importantíssimas na linha de comunicações portuguesas. Em dada altura, por exemplo, todas as ligações aéreas para Angola dependeram em vária medida de escalas no Sal e em São Tomé, por vezes também em Bissau. A proibição de sobrevoar determinados países alongou as rotas consideravelmente mas, mesmo neste caso limite, é possível de Lisboa atingir qualquer província da nossa África com navios ou aviões de fraco raio de acção escalando apenas bases portuguesas, [...] A nossa linha de comunicações também interessa muito vivamente à aliança militar do mundo ocidental. Na hipótese de ser fechado o canal de Suez, por acidente ou por acinte, ela constitui a única possibilidade de apoiar com eficácia a navegação para o Índico e para o Extremo-Oriente, ao longo da rota pelo cabo da Boa Esperança.»<sup>122</sup> Como se sabe, estas estratégias foram as perdedoras, no terreno (ou na sua “retaguarda”), na manobra geopolítica global e na história.

---

<sup>121</sup> Júlio Botelho Moniz, *Visões Estratégicas no Final do Império*, Lisboa, Tribuna da História, 2007: 300-303.

<sup>122</sup> Luís Câmara Pina, “Ideia geral do valor estratégico do conjunto Guiné-Cabo Verde e da ilha de S. Tomé” in *AV, Cabo Verde, Guiné, São Tomé e Príncipe* (Curso de Extensão Universitária, ano lectivo de 1965-66), Lisboa, ISCSPU, 1966: 711-712.

Com efeito, a estratégia da *guerra revolucionária* mostrou-se vencedora das diversas tentativas e estratégias de “contra-subversão” que foram postas em prática. Dizia-se que estávamos perante uma guerra “assimétrica”, em que de um lado se cumpriam ainda certas regras e formalidades da guerra moderna – os combatentes em uniforme, respeitando os adversários feridos e indefesos e, minimamente ao menos, as populações civis – enquanto do outro lado estavam homens que de dia eram pobres camponeses e à noite guerrilheiros que minavam as picadas ou emboscavam uma coluna, e usavam as comunidades aldeãs como escudo e disfarce, fazendo delas parte integrante. As guerras da Argélia e do Vietnã levaram este tipo de conflitos ao seu ponto máximo, a tal ponto que se tornou praticamente inútil a enorme superioridade tecnológica dos exércitos das grandes potências nessas circunstâncias, como foi clamorosamente o caso dos Estados Unidos. Nas nossas últimas “guerras do império” – qualificadas como “de baixa intensidade” – isto foi menos visível mas, ainda assim, os guerrilheiros do MPLA, do PAIGC ou da FRELIMO estavam em inferioridade em relação aos portugueses no respeitante a armas pesadas e à logística, e não possuíam aviação nem marinha.

Não esqueçamos, porém, que o sucesso das guerras revolucionárias se refere unicamente ao resultado do conflito, em termos de conquista do poder. E que esta foi muitas vezes acompanhada por pesados custos sociais ou políticos para o próprio partido vencedor e sobretudo para a sua população civil: pense-se nas exigências reclamadas pelos “antigos combatentes” (por exemplo, no Zimbabué, ou mesmo em Timor-Leste, e no difícil apaziguamento da prolongada guerra civil latente na Colômbia); nas desavenças armadas entre facções independentistas (em Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, etc.); na economia rural destruída pela “semeadura” indiscriminada de minas anti-pessoal, levando à deslocação destes povos para espaços suburbanos desqualificados; na proliferação de armas ligeiras entre a população civil, alimentando depois o banditismo; etc.

Uma variante desta guerra revolucionária foi tentada, mas em meios urbanos, geralmente por forças políticas dissidentes e mais extremistas do marxismo-leninismo, porém sem lograr sucessos palpáveis. Não obstante isto, os “guerrilheiros urbanos” ainda foram capazes de, durante alguns anos, manterem sob pressão os poderes públicos de países como a Itália, a Alemanha Ocidental, o Reino Unido, a Espanha, o Brasil ou o Uruguai, levando-os a tomar medidas policiais repressivas mais duras, mas não a cederem aos objectivos políticos reclamados.

Após as amargas experiências do Vietnã, do Afeganistão ou o Iraque, foram os teóricos daquelas potências ocidentais que começaram a rever e a adaptar a esta nova realidade os seus dispositivos militares e as doutrinas do seu emprego, enfatizando o papel das “tropas especiais” e do “*Intelligence*” (ou seja, contornando o formalismo anterior das guerras), meios que são agora eficazmente associados à geo-referenciação, aos sistemas informáticos e aos novos meios de comunicação, com capacidades destrutivas vin-

das do ar quase ilimitadas e de alta precisão. Desta maneira se atenuaram as “assimetrias”; mas também as *forças regulares* do Ocidente deram um passo mais para se afastarem da “guerra com regras” da Modernidade e tentarem uma nova “simetria” com os *irregulares* da “guerra subversiva”, capaz de os levar de vencida.

Pontualizemos então esta deriva do modo de fazer a guerra na fase da Modernidade tardia: mantêm-se as formas da guerra convencional; desenvolve-se a nova guerra revolucionária, ou subversiva; e responde-se com uma guerra de contra-insurreição, que lhe copia algumas das suas características.

A cultura de massas do século XX alterou-se radicalmente. As pequenas elites radicais de pensamento e criação simbólica (na literatura, nas artes plásticas, na música) foram suscitando, mas ao mesmo tempo sendo suplantadas, por comportamentos colectivos de grande impacto urbano e comunicacional. A partir da II Guerra Mundial, começou a tomar forma um novo actor social, percutindo e inventando novos temas de debate e novas formas de conflitualidade: a juventude escolarizada. Mas, de facto, certas personalidades culturais tiveram, nisto, um papel estimulador importante: lembremos, a Ocidente, o herdeiro da “escola de Frankfurt” que foi Herbert Marcuse (1898-1979) e o filósofo-lógico Bertrand Russel (1872-1970), pacifista no tempo do “terror nuclear” e um dos promotores do movimento Mundialista; e, no Leste, o escritor Boris Pasternak (1890-1960) ou o cientista Andrei Sakharov (1921-1989).

A própria particular cultura castrense deixou de evidenciar tanto a figura dos heróis de guerra para alargar-se e focar a sua compaixão sobre as *vítimas humanas* desses conflitos: as homenagens ao ‘Soldado Desconhecido’ após a sangrenta Grande Guerra de 1914-18 são disso bem exemplificativas; e os ‘Memoriais de Paz’, com as sentidas batidas de sino oriental repetidas todos os dias 6 e 8 de Agosto desde 1945, não deixam esquecer a entrada maciça das populações civis como alvo indefeso de operações nas guerras do século XX.

É certo que o mundo passou, da “guerra civil europeia” que se teria desenrolado entre 1917 e 1945, segundo o alemão Ernst Nolte (1923-2016)<sup>123</sup>, para uma “guerra fria” que durou o meio século seguinte. Mas como foi que esta terminou? Terminou sem novo confronto militar, por exaustão e desmembramento de um dos oponentes – como celebrava Sun Tse.

Na realidade, este foi um conflito de “blocos” e de grandes potências mundiais: o “Ocidente”, comandado pelos Estados Unidos com um incerto apoio dos países da Europa ocidental e a adesão de muitos outros espalhados pelo mundo; contra a URSS, os seus “satélites” europeus e outros Estados longínquos onde as doutrinas socialistas iam triunfando, a começar pela China, estendendo-se para o Vietnam e Cuba, e contando com agências partidárias em quase todos os países, e com um múltiplo movimento anti-colonial como aliado.

---

<sup>123</sup> Ver o seu *La guerre civile européenne: National-socialisme et bolchevisme* (2011).



Mas foi também uma “guerra” ideológica em que se confrontavam, de um lado, regimes políticos herdeiros das Revoluções Americana e Francesa, e razoáveis praticantes de várias formas de liberdade civil, cidadã, económica e cultural – em suma: do Estado de direito democrático e dos Direitos Humanos, com partidos políticos, sindicatos e imprensa livre; e, do outro lado, Estados autoritários guiados por uma classe dirigente depositária das concepções, valores e modos de acção política do marxismo-leninismo, fazendo apelo aos interesses e à libertação ou emancipação das massas populares de trabalhadores assalariados e de camponeses pobres, mas configurando verdadeiros regimes ditatoriais de partido único e com uma poderosa burocracia-de-Estado.

E, finalmente, a “guerra fria” foi ainda, de forma muito acentuada, um confronto entre sistemas económicos e regimes socioeconómicos diferenciados: a Ocidente, vigoravam essencialmente as leis concorrenciais do mercado, a livre iniciativa empresarial e o assalariamento progressivo da maior parte da população, com um papel de enquadramento ou regulador por parte do Estado; a “Leste” funcionava uma economia administrativa, com todos os principais meios de produção nas mãos do Estado e a organização fundamental de uma Planificação centralizada (geralmente por prazos quinquenais) que estabelecia objectivos, alocava investimentos e todos os outros recursos, incluindo a eventual deslocação de massas populacionais.

Ora, o desfecho conhecido desta “guerra fria” – que beneficiou entretanto das fissuras políticas observadas no seio do bloco socialista, com as tensões entre Moscovo e a Jugoslávia no anos 50 e sino-soviética nos anos 60, sem esquecer as crises e repressões desatadas na Hungria (1956) e na Checoslováquia (1968), mais as dificuldades soviéticas dos anos 80 com a guerra no Afeganistão, a sucessão do Brejnevismo e da fase da “coexistência pacífica” perante uma nova postura da liderança norte-americana (com Reagan, em 1981-1989) –, o epílogo deste longo conflito latente, dizíamos, acabou por ser sobretudo determinado pelo factor económico e pela comunicatividade global já atingida, sobretudo por efeito dos *mass media*.

O séc. XX trouxe, assim, dois novos ensinamentos. Esta guerra revolucionária, ou subversiva, teorizada pelo chinês Mao<sup>124</sup> e pelos vietnamitas Ho Chi Minh<sup>125</sup> (1890-1969) e Vo Nguyen Giap<sup>126</sup> (1911-2013) demonstrou praticamente que *um partido militarmente mais fraco pode vencer um adversário militarmente mais forte*. E a guerra fria, em que, após um confronto prolongado, uma das partes *vence sem chegar a recorrer às armas*, como almejava Sun Tse.<sup>127</sup>

---

<sup>124</sup> Ver a pena recordar o famoso instrumento de propaganda no ocidente que foi o “*petit livre rouge*”: *Citations du Président Mao Tse-Toung* (1966).

<sup>125</sup> Pode ver-se Ho Chi Minh, *Œuvres choisies (1922-1967)*, Paris, Maspero, 1967.

<sup>126</sup> Ver V. N. Giap, *Guerre du peuple, armée du peuple*, Paris, Maspero, 1968.

<sup>127</sup> Para uma muito completa sistematização do fenómeno da guerra, incluindo as mais recentes, já no dealbar do séc. XXI, ver o livro de Pezarat Correia *Guerra e Sociedade* (2017).



A segunda metade de Novecentos foi assim vivida, a nível mundial, sob a tensão latente do confronto entre *duas super-potências* (os Estados Unidos e a União Soviética) e *dois blocos* inconciliáveis: o Ocidental (de economia-de-mercado capitalista e com toda uma tradição por trás) e o Socialista-de-Estado (com grande centralização económica e política, assente numa doutrina ideológica nova e que ambicionava estender-se ao mundo inteiro).

As estratégias inerentes às suas vontades políticas foram essencialmente *militares* – sobretudo na fase da *ameaça potencial* e da *dissuasão*, mas também com um papel relevante para as “guerras por interpostas pessoas”, limitadas no tempo e nos espaços periféricos –, e igualmente *económicas* (que, contudo, não excluía algumas trocas comerciais e pontuais colaborações), *culturais* (com uma componente importante nos campos científicos, outra nos domínios da informação pública e dos *mass media*) e *simbólicos*. Deve, no entanto, observar-se que existiam fronteiras territoriais bastante bem demarcadas, com espaços de exclusividade absoluta<sup>128</sup>, outros sob o estatuto de alguma neutralidade e tolerância, e só alguns em que a liberdade de circulação era assegurada a pessoas, mercadorias e correspondência.

Na estratégia militar, o Ocidente Norte-Atlântico armou-se principalmente com o instrumento NATO, com forte desenvolvimento dos dispositivos de guerra terrestre, aérea e naval, sujeitos a permanentes aperfeiçoamentos e inovações, treinos e testes de capacidade operacional.

No caso de Portugal, foi esse o processo que permitiu a mais rápida e consistente modernização das nossas Forças Armadas, tanto em material de guerra como em termos doutrinários, organizacionais e de procedimentos operativos. O Exército constituiu uma grande unidade (Divisão *Nuno Álvares*, sediada no novo campo de manobras de Santa Margarida), com artilharia e *tanks* modernos, que em caso de conflito poderia ser mobilizada para além-Pirenéus. A Força Aérea constituiu-se como ramo independente, com novas bases aéreas e aparelhos com motor “a jacto”. E a Armada viu renovada a sua frota de navios oceânicos médios, agora essencialmente vocacionados para a escolta de comboios mercantes e a luta anti-submarina, e recebeu muitas novas pequenas unidades para a dragagem ou neutralização de diversos tipos de minas, que poderiam bloquear ameaçadoramente os seus portos ou então protegê-los de ameaças inimigas. Eram missões secundárias, no quadro militar-estratégico mundial, mas completamente dele decorrentes.

Foi nestes termos que, desde o início da década de 1960, Portugal se viu constrangido a enfrentar em África o tipo de “guerras revolucionárias” a que já fizemos referência. Seguindo de perto as doutrinas militares usadas pela França em circunstâncias semelhantes (e mais tarde também as dos americanos, aprendidas no teatro do Vietname) as forças nacionais adaptaram-se rapidamente a estas novas exigências, forjando a sua própria prática de

---

<sup>128</sup> Num mero exemplo prático, recorde-se que até 1974 as autoridades portuguesas concediam aos seus cidadãos passaportes para viajar em países estrangeiros “excepto Rússia e seus satélites” (*sic*).

combate aeroterrestre “contra-subversivo” e lançando a Marinha para a experimentação de novos meios fluviais, anfíbios e costeiros (de interacção navio-bote-fuzileiro), que até então desconheceram<sup>129</sup>. Mas tem sido apontado<sup>130</sup> que, segundo a firme orientação seguida pelo CEMA de então, o almirante Roboredo e Silva (1903-1987), e apesar do intenso esforço para aquisição de novos navios para o ultramar<sup>131</sup>, a Armada nunca prescindiu de manter o seu alinhamento na NATO, participando nos seus dispositivos operacionais com navios próprios<sup>132</sup>.

Em 1989-91 desabou de maneira pacífica o bloco dos países socialistas do Leste Europeu<sup>133</sup> e o clima das relações mundiais desanuviou-se, parecendo mudar inteiramente. Houve mesmo quem falasse em triunfo definitivo do gigante americano, enquanto outros temeram até onde poderia ir o “império *yankee*” – quando a Rússia “lambia as feridas” da decomposição soviética e já era bem visível a emergência de uma nova super-potência no Extremo-Oriente: a República Popular da China.

Mas nada correu deste modo. Os Estados Unidos envolveram-se demais – alguns achando que “de menos” – nos negócios do Médio-Oriente, de que só conheciam o preço do *crude* e a aliança sem falhas com Israel. Assustados com o aparente vigor do xiismo Iraniano, correram a apoiar facções opostas (incluindo as elites da riquíssima *Saudi Arabia*) e, depois, a tentar “democratizar” a região por meio de intervenções armadas. Com isso tornaram-se o alvo principal (o “Grande Satã”) da acção terrorista promovida por sectores políticos radicalizados dessas culturas – que aliás se apresentavam já bem implantadas no seio de vários dos maiores países ocidentais.

Depois do ataque de 11 de Setembro de 2001 às *Twin Towers* de Nova Iorque, da 2ª guerra do Iraque, do envolvimento inconsequente da NATO no Afeganistão e da eliminação punitiva do chefe da *Al-Qaeda*, a ameaça principal para os países do Ocidente foi identificada como provindo do mundo Islâmico, onde não faltavam ingredientes para corporizar esse antagonismo: espaço geopolítico alargado; luxuriante demografia; elites enriquecidas (pelo petróleo mas dominando outras áreas cruciais) e conhecedoras dos meandros da economia e da política internacional; uma doutrina identitária, simultaneamente religiosa e social; pobreza extrema das grandes massas, onde é fácil recrutar jovens para qualquer tipo de missão; disponibilidade militante

---

<sup>129</sup> Ver John P. Cann, *Contra-Insurreição em África: O Modo Português de Fazer a Guerra (1998)*; e *A Marinha em África: Angola, Guiné e Moçambique - Campanhas Fluviais (2009)*.

<sup>130</sup> Ver o livro de Pedro Lauret *A Marinha de Guerra Portuguesa, do fim da II Guerra Mundial ao 25 de Abril de 1974 (2015)*, nomeadamente a págs. 158-170 e 188-198.

<sup>131</sup> O programa das fragatas classe *João Belo*, das corvetas *João Coutinho* e *Baptista de Andrade*, e das dezenas de navios-patrolha, lanchas de fiscalização e de desembarque de diversos tipos.

<sup>132</sup> Casos das fragatas *Pereira da Silva* e dos submarinos *Albacora*, para além da aviação de patrulha marítima e luta A/S, a cargo da Força aérea.

<sup>133</sup> Ver o livro de Ralf Dahrendorf *Reflexões sobre a Revolução na Europa (1993)*.

de minorias prontas para o combate e o sacrifício; e, como dissemos, vastas comunidades vivendo há muito no Ocidente e aí semi-integradas na sua ordem social. Foi aproximadamente assim que os Americanos encararam esta ameaça nas últimas décadas.

Quanto aos Europeus, perdidos os seus antigos impérios de além-mar e sendo modestos os resultados de algumas políticas ditas “neo-coloniais” (um pouco do Reino Unido, mas sobretudo por parte da França em África, que Portugal tem tido o cuidado de não repetir), restou-lhes dar execução e desenvolver o projecto de *aproximação inter-Estados e de cooperação* esboçado desde o pós-guerra e que veio a corporizar-se na CEE e mais tarde na União Europeia (Maastrich, 1992), com a avançada criação de moeda própria, o *Euro*.

Desta iniciativa inédita e fundadora – mas plena de obstáculos e incompreensões – experimentamos hoje as dificuldades, sobretudo depois de os Ingleses “largarem as amarras” institucionais do conglomerado que se reúne em Bruxelas. Mas para um humanista como George Steiner (1929-2020) a Europa é sobretudo cultura, enraizada nas sociedades e na história, de que ele “*sente*” certas marcas inconfundíveis (lembremos a alegoria dos cafés, da toponímia urbana, etc., mais “a herança dupla de Atenas e Jerusalém” e a percepção do seu próprio declínio)<sup>134</sup>.

Em todo o caso, esta Europa (mais ou menos) “unida” tem representado um papel singular no plano internacional, onde entretanto se afirmaram algumas novas *potências médias* da periferia mas não meramente regionais – casos da Índia, da África do Sul ou do Brasil – onde porém a Rússia e, cada vez mais, a China aparecem a disputar ou a concorrer com os Estados Unidos no plano das super-potências globais. A posse de importantes arsenais nucleares é decerto um factor que pesa nestas equações.

De facto, a Rússia foi-se estabilizando, abrindo a sua economia ao (e para o) exterior mas recuperando o controlo político dos seus instrumentos de Estado sobre as populações do seu imenso território continental, e dispôs de um poder militar/tecnológico sempre muito considerável, não se desgastando em aventuras exteriores.

E a China, muito sagazmente, foi capaz de fazer crescer a sua economia a ritmos invejáveis, potenciou ao máximo as vantagens comparativas do seu modelo de capitalismo-de-Estado, aceitou as regras vigentes da Organização Internacional do Comércio (2001) e começou a gizar uma estratégia de competição económica com o Ocidente de que tem potencialidades para sair vencedora, sem deixar de cuidar dos seus interesses territoriais na vizinhança, em terra e no mar (visando inclusive o Pacífico), e de dar a mínima oportunidade à discussão do bem-fundado ou da legitimidade da sua ordem política interna.

Alargado ao espaço estratosférico, o poder militar potencial continua a ser um factor importante da ordem internacional.

---

<sup>134</sup> George Steiner, *A Ideia de Europa*, Lisboa, Gradiva, 2006: ver sobretudo p. 26-43.

No que respeita às marinhas, é muito interessante revisitar o que o almirante francês Félix Hubert Raymond de Belot (1889-1978) escreveu ainda nos anos 50, com a experiência da II Guerra Mundial por trás mas já em plena era nuclear, sobre as características de uma possível guerra futura nos espaços marítimos<sup>135</sup>. Leia-se então estas passagens: «Au cours de la dernière guerre, la supériorité industrielle des Alliés a été le facteur principal de la victoire. En ce qui concerne particulièrement la stratégie navale, la flotte de guerre des États-Unis a été quadruplée. Partie en guerre avec sept porte-avions, la marine américaine en avait plus de cent à la fin des hostilités. De même la marine marchande put réparer ses pertes et accroître considérablement son tonnage. Non seulement l'industrie permit l'accroissement quantitatif des forces mais leur amélioration. Tout cela ne fut possible que parce que les Alliés disposèrent du temps et de l'espace. [...]

La structure des marines marchandes, surtout des pétroliers, augmente sans cesse, ce qui pose des problèmes difficiles pour les ports destinés à les recevoir et est contraire à la règle de dispersion, mesure de défense admise contre les bombardements atomiques. [...] L'accroissement actuel de vitesse des navires est cependant un élément favorable au point de vue stratégique encore qu'il entraîne des consommations plus élevées.»<sup>136</sup>

Inserido no confronto global Leste-Oeste, o autor chamava a atenção para os desacordos existentes a Ocidente, nomeadamente quanto ao destino dos impérios coloniais, citando o Artº 3º da Carta do Atlântico assinada em Agosto de 1941 entre Churchill e Roosevelt e que especificava «le droit de tous les peuples de choisir la forme de gouvernement sous laquelle ils veulent vivre», que os dois líderes “varreram para debaixo do tapete” mas tema sobre o qual «le président Roosevelt estimait que les empires coloniaux n'étaient ni désirables ni viables. Plutôt la Grande-Bretagne, la France, la Hollande s'en débarrasseraient, mieux cela vaudrait [...]»<sup>137</sup>.

Isto levava o autor a afirmar o seguinte: «La stratégie occidentale qui tire en grande partie sa force de la puissance maritime appuyé sur de nombreuses bases extérieures doit tenir compte dans ses prévisions que ces bases sont souvent précaires et doit prévoir qu'elles peuvent lui échapper. Cette question capitale, étroitement liée à la situation politique mondiale, demande un examen plus détaillé.»<sup>138</sup> Pensaria ele também nas colónias portuguesas de África?

De facto, a descolonização foi feita e o número de Estados reconhecidos na ONU não parou de subir até aos cerca de 200 actuais, alguns dos quais apenas micro-entidades estatais. A dissolução do “bloco de Leste”, deu mais ênfase aos protagonismos oriundos do mundo Islâmico, onde também se

---

<sup>135</sup> Contre-amiral R. de Belot (R), *La mer dans un conflit futur: Évolution de la stratégie navale*, Paris, Payot, 1958.

<sup>136</sup> De Belot, *La mer dans un conflit futur*: 101-104.

<sup>137</sup> De Belot, *op. cit.*: 110.

<sup>138</sup> De Belot, *op. cit.*: 108.

afrontam vários interesses e poderes regionais: xiitas, sunitas e Estados laicos; Irão, Paquistão, Arábia Saudita, Egipto, Turquia, com a questão Israelo-Palestiniana sempre latente; movimentos extremistas, guerras rudimentares e “Estados falhados”.

O general antigo comandante da NATO na Europa (SACEUR) Wesley Clark (1944- ) também criticou sem complacência algumas das orientações da política da Casa Branca para esta região do mundo. Orgulhoso do comportamento em combate do soldado norte-americano em 2003 já avançando a norte para se ligar aos Curdos, Clark lembra a «luminosa euforia da queda da estátua em Bagdade e na identificação errónea dos sonhos com a realidade que reinava em Washington» e que «nas vésperas do conflito com o Iraque, o presidente foi ainda mais claro quanto aos objectivos últimos: “Um Iraque libertado pode mostrar o poder da liberdade para transformar aquela região [...] O êxito no Iraque poderia iniciar também uma nova fase para a paz no Médio-Oriente”. A visão trazia orgulho para a América, reflectindo autoconfiança no nosso valor e a superioridade dos nossos valores.»<sup>139</sup> Contudo, o general (já aposentado, claro) não tinha dúvidas nem poupava nas suas palavras: «Mas a realidade nunca correspondeu à visão quase imperial. Apesar de todas as suas proezas militares, o Exército norte-americano não é um exército de império – pelo menos, por agora. [...] E o público, nos Estados Unidos, também não estava pronto para apoiar desafios imperiais», acrescentando ainda que «as asneiras políticas agravavam os erros.»<sup>140</sup> Fino analista político-militar mas também adepto convicto do multilateralismo e do “poder moral” da superioridade americana, Clark terá provavelmente discordado das atitudes dos ocidentais face a várias perturbações que têm assolado os países islâmicos, lamentado talvez a perda de oportunidade das “Primaveras árabes” e certamente olhado com criticismo o desempenho do seu Presidente no mandato 2017-2020.

O fim do equilíbrio que havia sido proporcionado pela bipolarização Leste-Oeste e algum fechamento e flutuações da política mundial norte-americana contribuíram fortemente (juntamente com outros factores) para uma *desestruturacão* do sistema de relações internacionais. É nesses termos que Carlos Gaspar (1950- ) analisa a situação política mundial na actualidade<sup>141</sup>, recuperando o quadro interpretativo do já referido Kenneth Waltz<sup>142</sup> quando este se refere à “anarquia internacional”, no sentido de um sistema não-regulado de múltiplas entidades estatais, todavia muito diferenciadas entre si e exercitando poderes fácticos, não necessitando forçosamente de recorrer à violência.

---

<sup>140</sup> Clark, *op. cit.*: 184, 188 e 190.

<sup>141</sup> Ver Carlos Gaspar, *O Regresso da Anarquia: Os Estados Unidos, a Rússia, a China e a ordem internacional* (2019).

<sup>142</sup> Ver Waltz, *op. cit.*, sobretudo págs. 197-230.

É a partir deste ponto que avançaremos a nossa indagação para os tempos futuros.

O largo recurso aqui feito à facticidade histórica, porventura demasiado para o efeito, teve por intenção fundamentar a antecipação do Estado (antes, de comando unipessoal; muito mais tarde, com legitimação democrática) sobre a constituição de uma *sociedade nacional*: a Nação. E (passando sobre os episódios agónicos internos) para melhor compreender como se foi gerando uma *ordem internacional* na qual a guerra foi sendo, por assim dizer, disciplinada, e depois reduzida no seu uso (mas descobrindo novas formas mais insidiosas); ao mesmo tempo que crescia a juridicização desse tecido de relações inter-Estatais, incluindo a diplomacia, o uso dos espaços não-Estatais (como os mares e a Antártida), a paz e a segurança internacionais, o comércio e a economia, os fenómenos naturais planetários, etc.

Pode, porém, antecipar-se o que vai seguir-se na IIª Parte deste trabalho dizendo que, nas últimas décadas, o Estado nacional dos países mais ricos e avançados tem visto serem reduzidas as suas anteriores competências soberanas, erodido que está a ser por reivindicações de maior participação política por parte dos seus cidadãos, e vindo a ceder o passo no plano externo pela emergência de novos Poderes de *mais longo alcance* (económico-financeiros, tecnológicos, opinativos-emocionais, etc.), que nem por isso podem ser equiparados aos antigos Impérios. E isto ocorre quando, em simultâneo, outros Estados, num diferente grau de evolução histórica, se apresentam na cena internacional dotados de uma capacidade de comando e unicidade de meios que contrastam largamente com os anteriores, gerando quadros de acentuada instabilidade.



## 5. Uma arriscada prospectiva

Analistas especializados têm elaborado esquemas de pensamento prospectivo, geralmente com base em “cenários” alternativos hipotéticos, eles mesmos baseados em projecções de tendência, mensuráveis ou menos.

Aqui, no presente ensaio, afastámos deliberadamente todas as métricas e sequências de dados quantitativos, preferindo ater-nos a um discurso conceptual e categorial fundado em noções há muito conhecidas e suficientemente consolidadas, embora algumas conflitantes entre si, e em dinâmicas que a historiografia mais evoluída já consagrou.

Agora, não podendo dispensar algum tipo de fecho conclusivo para este esforço de síntese tão alargado e extensivo, não evitamos cair no processo teórico-metodológico da *projecção de tendências*, por muito que se saiba que a surpresa e o inusitado sempre marcaram os escolhos e as “correções de rumo” do caminhar das sociedades humanas; e que as “tendências” em curso sejam por nós apenas as identificadas por metodologias analíticas qualitativas e não por qualquer tipo de métodos estatísticos.

Propomo-nos sistematizar este último ponto virado para o futuro a partir das seguintes seis *linhas de raciocínio e reflexão*:

- a) O progresso da *técnica* vai manter-se e porventura acelerar de modo avassalador, com efeitos directos na economia e no inter-relacionamento humano e institucional. A “globalização” prosseguirá, mas talvez não nos mesmos moldes. Novos poderes de longo alcance e de menos visível percepção irão manifestar-se, ofuscando um pouco as potências instituídas. Mas as dinâmicas económicas serão sempre o elemento mais central dos problemas, dos consensos e dos conflitos sociais e internacionais.
- b) A pressão para adopção e execução de *políticas globais* vai prosseguir, sobretudo para enfrentar as alterações ambientais em curso e tentar superar os seus piores efeitos, mas também para manter sob controlo a proliferação dos riscos nucleares e para responder a alguma exigência de estabelecimento de novos padrões universais no capítulo dos direitos e da organização judiciária.
- c) As *sociedades* vão provavelmente segmentar-se ainda mais, com uma cultura mundialmente partilhada por boa parte das classes médias e superiores, mas também com processos de mobilidade e migratórios difíceis de controlar e com movimentos de opinião/emocionais que poderão contribuir para pôr em maiores transes a organização do poder político nacional.
- d) A *geopolítica mundial* parece hoje sobretudo marcada por elevadas incertezas, mas onde as grandes potências – USA, China e Rússia –, o conglomerado do mundo Islâmico, a Europa e as potências regionais emergentes desempenharão os principais papéis.



- e) O *poder militar* continuará a ser um factor crucial para a afirmação dos interesses das grandes potências, agindo sobretudo como ameaça potencial. Mas os actores menores da cena internacional, embora em posição de inferioridade, não devem negligenciar a sua importância, desde que usado defensivamente e combinado com outros meios de acção. Neste quadro, o mar continuará a ter um papel relevante, mas não decisivo.
- f) As possibilidades ainda abertas a uma pequena/média potência como é o *caso de Portugal* – pequena, pelas dimensões territorial, demográfica, económica e de poder político; média, pela posição geoestratégica que ocupa, o legado de relacionamento deixado pela língua em vários azimutes e o capital de uma singular experiência histórica – são limitadas mas reais, carecendo-se sobretudo de inteligência e discernimento para as valorizar.

Vejamos sumariamente cada uma destas linhas de força.

### a) Progresso técnico

No final da “guerra fria”, o autor inglês Paul Kennedy (1945- ), que já havia escrito a *Ascensão e Queda das Grandes Potências*, arriscou então lançar-se num exercício de antecipação da “nova era”, a que chamou *Desafios para o Século XXI*. Não podia então imaginar o atentado terrorista às Torres Gémeas de 2001 nem a 2ª guerra do Iraque, mas, ainda assim, projecta com bons fundamentos a evolução da economia globalizada, a revolução da biotecnologia, os progressos da automação e da robótica e as crises ambientais. Afiançando evidências no crescimento da China e da Índia, o autor interroga-se ainda sobre o futuro do Estado-Nação.

De entre o muito que estudámos sobre a sociologia dos processos de produção industrial, os desenvolvimentos da *automação* (na indústria) e da *informatização* (na indústria e nos serviços) interessaram-nos particularmente nos últimos anos. Eram então já observáveis efeitos sociais como a perda de volumes de emprego significativos entre os trabalhadores não-qualificados e a criação de novas qualificações “a montante”, os quais, combinados com os novos modelos de gestão empresarial, configuravam sem dúvida uma maior *flexibilidade* na produção (de bens e serviços), com impactos no inteiro arco do processo económico e numa extensão territorial claramente multinacionais. Essa flexibilidade foi acompanhada de incentivos e iniciativas para o crescimento do trabalho independente (auto-emprego e empreendedorismo) incluindo também as primeiras formas de teletrabalho.

É notável o que dois tecnólogos americanos, Robert Ayres (1932- ) e Steven Miller (1956- ), puderam então escrever sobre esses desenvolvimentos das tecnologias de produção – abarcando já automatização, robotização e

inteligência artificial<sup>143</sup> –, decerto bem além daquilo que os nossos estudantes eram capazes de alcançar nessa época. Veja-se esta passagem, publicada no início da década de 1980: «The question of whether robots might ultimately overrun the earth and displace humans cannot be dismissed out of hand if one takes a very long view. It is quite conceivable, in fact, that a self-evolving ecosystem of robots someday might come to inhabit the earth along its humans. The implications of this are almost beyond serious analysis at present.

All of these considerations are fascinating but highly speculative. The question of greatest interest to most people will be: How soon can we expect such developments? In the case of learning ability, it is only a matter of a decade or so before computers – hence robots – will commonly exhibit significant ability to reprogram themselves and, in effect, learn from experience. Whether computers will ever be as good as humans at learning *per se* (as contrasted with specialized information processing of other kinds) is still debatable. Certainly, they have far to go.

With regard to self-reproducing oceanic or lunar robots (which need not be particularly adept at learning) there are significant economic incentives for their development in the next two or three decades. We can not identify any technical barriers in principle. Nevertheless, the technical difficulties and development costs are such that this development cannot reasonably be expected to occur much before the first quarter of the next century.

With regard to the combination of intelligent and self-reproduction robots, we can say only that we don't know. For our present perspective, this combination seems to be quite remote – probably a century or more in the future. Machines will certainly achieve high intelligence, without the ability to reproduce. The decision whether to endow intelligent machines with reproductive ability is therefore one that humans would not, in any case, make alone.»<sup>144</sup>

Esta visão do futuro tecnológico marcava-nos etapas que hoje estão em vias de ser concretizadas, e outras que podem vir a sê-lo nos tempos previstos pelos autores (talvez finais do séc. XXI).

Mas onde o progresso técnico terá corrido mais rapidamente – e não apenas gerado nos centros principais de *Sciences & Technologies* – foi nos campos das Biociências e da Cibernética. Vejamos um exemplo tirado da vida real, que foi caso amplamente noticiado nos *mass media*.

Do relato da personagem central desta *story*, respigamos a seguinte reflexão pessoal: «Na escola, fora obrigado a decorar o preâmbulo da Constituição dos Estados Unidos: agora as suas palavras estavam gravadas na

---

<sup>143</sup> Sobre este assunto, pode consultar-se o pequeno livro de divulgação do professor Arlindo Oliveira (presidente do IST-UL) intitulado *Inteligência artificial* (2019).

<sup>144</sup> Robert U. Ayres & Steven M. Miller: *Robotics: Applications and Social Implications*, Cambridge, Mass., Ballinger Publishing-Company, 1983: 333.

minha memória ao lado das de John Perry Barlow em *A Declaration of the Independence of Cyberspace*, que usavam o mesmo pronome plural óbvio e atrevido: “Estamos a criar um mundo onde todos poderão entrar sem privilégio nem preconceito derivados de raça, poder económico, força militar ou condição de nascimento. Estamos a criar um mundo onde todos e todas, onde quer que estejam, podem expressar as suas convicções, por mais singulares que sejam, sem receio de serem coagidos ao silêncio ou à conformidade”. Esta nova meritocracia tecnológica dava-nos força, mas também podia fazer-nos tomar consciência da nossa verdadeira dimensão, como descobri quando comecei a trabalhar na Comunidade da Informação.»<sup>145</sup> De facto, trata-se da história rocambolesca do senhor Snowden (1983- ), que se apresenta assim na abertura do seu livro: «O meu nome é Edward Joseph Snowden. Costumava trabalhar para o governo, mas agora trabalho para o público. Demorei quase três décadas a perceber que há uma diferença, e quando isso aconteceu tive alguns problemas no escritório. Em consequência, agora dedico o meu tempo a proteger o público do género de pessoa que então era: um espião da Central Intelligence Agency (CIA) e da National Security Agency (NSA), mais um jovem técnico desejoso de construir aquilo que, tinha a certeza, ia ser um mundo melhor.»<sup>146</sup>

Esta é a história (presume-se que verdadeira) de um jovem *expert* nas NTIC<sup>147</sup>. Problemas de consciência como este, muitas pessoas podem tê-los em circunstâncias bem diversas. Mas o que aqui sobrepõe, além da denúncia de um “*Big Brother*” que pode estar a formar-se sobre as nossas cabeças (curto-circuitando algumas das garantias constitucionais do Estado Moderno), é o facto de tais meios técnicos existirem hoje, não só sob a tutela das entidades públicas que são supostas governar *por nós* e *para nós*, mas também ao alcance de um qualquer jovem inteligente (e há-os excepcionais), de um *gang* de malfeitores, de um grupo de fanáticos, de empresas desonestas ou de políticos mal-intencionados. Essa é talvez uma das questões mais preocupantes, que contribui para a desestruturação do mundo actual.

Os efeitos destes progressos tecnológicos têm sido extraordinários e, em alguns sectores, bastante rápidos. Lembremo-nos dos fantásticos desenvolvimentos do pensamento lógico-matemático, que foi capaz de penetrar até à *simplicidade* da álgebra Booleana para daí chegar aos computadores actuais e agora poder construir a *complexidade* da Inteligência Artificial, que desafia “coisas” tão essenciais como o pensamento e a linguagem. E, por exemplo, no domínio das Biociências com aplicações na Medicina, abriram-se brechas em campos até aqui misteriosos do que supúnhamos ser a “Ordem Natural”, como a possibilidade de manipulação genética de embriões

---

<sup>145</sup> Edward Snowden, *Vigilância Massiva Registo Permanente*, Lisboa, Planeta, 2019: 137-138.

<sup>146</sup> Edward Snowden, *op. cit.*: 11.

<sup>147</sup> Sigla muito usada para as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação, que aliás justificam cada vez menos o adjectivo “novas”.

humanos, a determinação (mutuamente exclusiva) do sexo ou o prolongamento artificial de funções vitais que deixam nas mãos de *alguém* a determinação do momento da morte. Estas sérias questões éticas, já não são hoje matéria de “ficção científica”, mas realidades que levantam novos problemas aos indivíduos e às sociedades, bem como ao direito e ao Estado tutelar.

No tocante ao *sistema económico* – que tem estreitas imbricações com as tecnologias –, pode pensar-se que, superada a crise pandémica que aflige actualmente o mundo, a dinâmica do *crescimento e da repartição do rendimento* gerado (entre países e regiões do mundo, e no interior de cada Estado), se manterá aproximadamente na mesma linha de anteriormente. Isto significa que prevemos a continuação do modelo geral de uma *economia aberta de mercado, com incidência capitalista*, a despeito de porventura lhe virem a ser criadas novas condições ou constrangimentos de natureza política.

É admissível que, entre essas alterações, possam ocorrer as seguintes: redução da duração normal de trabalho para profissões autónomas (ainda que com cortes nos respectivos níveis salariais mais elevados); desenvolvimento de diversas formas de teletrabalho para essas mesmas qualificações; reformulação dos conceitos e níveis de protecção jurídica proporcionados aos trabalhadores assalariados durante o século XX (mas aplicados sobretudo nos países industrializados), provavelmente com o envolvimento articulado da OIT e da OMC<sup>148</sup>; tendência para o estabelecimento de um rendimento mínimo garantido, independentemente da inserção de cada pessoa no processo económico, o que envolverá sempre um novo compromisso das entidades públicas de cada Estado.

Esta pandemia Covid (e outras que possam suceder-lhe) irá provavelmente acelerar mudanças já em curso, embora possa supor-se que também ajude a comunidade internacional a travar e controlar melhor algumas das “zonas de derrapagem” já amplamente verificadas, como sejam: a extrema mobilidade financeira e “subjectividade monetária” (incluindo os “paraísos fiscais”); o turismo de massas; um consumismo exagerado, com inevitáveis desperdícios; uma divisão internacional da produção que concentra o *brain work* em certas zonas ou países e o *hard work* noutras, reduzindo a autonomia económica de cada Estado ou agrupamento regional.

A necessidade de uma melhor regulação financeira e comercial será também justificada para que possa ser assegurado um investimento significativo nos países pobres, com o reinvestimento forçoso nas mesmas zonas dos lucros aí obtidos, para atenuar as grandes diferenças de rendimento entre países (e regiões do mundo), e até para travar os processos migratórios que, em alguns casos, originam problemas sociais e políticos de difícil solução.

---

<sup>148</sup> Organização Internacional do Trabalho (fundada em 1919) e Organização Mundial do Comércio (criada em 1995), ambas hoje no âmbito da ONU.

No plano da *técnica*, pode prever-se: que a chamada “transição digital” vai prosseguir; que a robotização também se aplicará em artefactos da vida quotidiana (como os automóveis), mas que isso será muito mais difícil e complicado para o transporte aéreo (e, até certo ponto, o marítimo); e que serão desenvolvidas e aperfeiçoadas as técnicas de produção, conservação, distribuição e utilização de energia em modalidades menos lesivas para o ambiente do que foram os últimos dois séculos, quase exclusivamente fixados na exploração dos combustíveis fósseis. Em todo o caso, haverá uma intensa necessidade de energia eléctrica<sup>149</sup> que, além das “renováveis”, talvez leve a reconsiderar o recurso à produção de origem nuclear, com os inevitáveis problemas dos riscos associados a tal tecnologia e ao longuíssimo prazo de actividade dos seus perigosos resíduos.

Por fim, referimos ainda aqui a questão da “globalização”, pela sua natureza essencialmente tecno-económica-comunicativa. Recorrendo à capacidade de síntese redaccional do general Vieira Borges (1962- ), então comandante da Academia Militar, escreve ele de maneira impressionista sobre: «O mundo novo em mudança e os aceleradores da mudança».

«Sentimos o *fenómeno da globalização* em todas as suas dimensões (política, económica, social, cultural, ambiental, tecnológica, etc.), no que de melhor e de pior pode trazer aos cidadãos e ao mundo, em especial no que respeita à difusão e domínio das ameaças e riscos transnacionais.

A globalização constitui um processo de relacionamento internacional, impulsionado essencialmente pela evolução tecnológica (em especial no âmbito dos meios de transporte e de comunicação), e que tem vindo a aproximar os cidadãos do mundo (terá começado com as viagens dos descobridores portugueses no século XV). A globalização do século XXI evolui de modo exponencial, com implicações positivas e negativas, a vários níveis, desde o reforço da importância do factor tempo, à celeridade dos processos e dos acontecimentos, passando pelo uso desmedido de relações entre os vários atores. Facilita a harmonização de valores, de cultura, da economia e da finança, mas também serve de instrumento de terror para ir ao encontro dos objectivos de determinadas organizações terroristas ou para acender o rastilho dos nacionalismos e de divisões sustentadas em valores, culturas, religiões e ideais. Se, por um lado, facilita o movimento de pessoas e a troca de conhecimento, por outro lado, permite acções nefastas em termos de mudança climática e criminalidade organizada.»<sup>150</sup>

Em sequência, este autor condensa assim – e tal como nós aqui o interpretamos – a ideia geral que se tem sobre o conjunto de riscos e ameaças

---

<sup>149</sup> Para o caso nacional, ver Jorge Vasconcelos, *A Energia em Portugal* (2019).

<sup>150</sup> João Vieira Borges, “A segurança e defesa no mundo novo em mudança”, in Telo, Borges & Pires, *Dar uma Razão à Força e uma Força à Razão*, Alcochete, Nexo, 2018: 5 e 12-13.

que pesam sobre esta globalização, à parte dos quadros de violência mais tradicionais<sup>151</sup>:

- Emergência de novos actores, incluindo «pessoas activas não estaduais, em especial os movimentos terroristas, desde a Al-Qaeda ao ISIS»<sup>152</sup>;
- «[...] apesar da (ainda) *centralidade do Estado*, sentimos que este está cada vez *menos soberano*, e, assim, *menos capacitado para salvar as suas funções nucleares ou de soberania* (função normativa, gestão tributária, justiça, diplomacia, defesa, segurança, protecção e socorro), designadamente a protecção dos seus cidadãos contra as diferentes ameaças e riscos, sejam elas económicas, físicas, ambientais, de saúde ou militares. Em consequência, existe um sentimento de insegurança generalizado [...]»<sup>153</sup>;
- No «domínio das ameaças transnacionais, sentimos como o terrorismo, as armas de destruição maciça, o crime organizado transnacional, a pirataria, as pandemias, os Estados frágeis, as guerras civis, as disputas por recursos naturais escassos, as mudanças climáticas e a cibercriminalidade dominam a agenda internacional [...]»<sup>154</sup>;
- «Convivemos, neste “tabuleiro” internacional do século XXI claramente imprevisível, volátil e incerto, com o *poder crescente da economia (e da finança) relativamente à política e à estratégia.*»<sup>155</sup>;
- «O ‘clash’ *demográfico entre o Norte “Rico, mas Velho” e o Sul “Pobre, mas Jovem”* tem vindo a acentuar-se há mais de 30 anos, num mundo que, em geral, é hoje mais urbano, mais envelhecido, menos seguro, com valores diferentes e com maiores desigualdades sociais. [...] As migrações da Ásia e especialmente da África para o Sul da Europa têm, inclusivamente, contribuído para criar grandes divisões no seio dos diferentes membros da União Europeia, e terão constituído o fator mais influenciador do Brexit. Por outro lado, assistiremos dentro de décadas, à inversão da explosão demográfica e do paradigma de mais trabalhadores, mais consumidores e mais soldados. Então, o paradigma da demografia irá alterar certamente o social, o político, o económico e o militar, à semelhança do que se tem vindo a passar na Europa.»<sup>156</sup>.

Eis um quadro de preocupações que, nem por isso, motiva os responsáveis internacionais a procurarem trabalhar para soluções comuns.

---

<sup>151</sup> Ver João Vieira Borges, *op. cit.* (2018), págs. 9-31.

<sup>152</sup> Borges, *op. cit.*: 9.

<sup>153</sup> Borges, *op. cit.*: 10.

<sup>154</sup> Borges, *op. cit.*: 13.

<sup>155</sup> Borges, *op. cit.*: 16.

<sup>156</sup> Borges, *op. cit.*: 21.

No período sucedâneo ao desmoronar dos regimes socialistas-de-Estado da Europa de Leste (mas que se estendia até às raias do mundo islâmico e ao Estreito de Bering), que alguns qualificaram como o triunfo absoluto “do Império” (norte-americano)<sup>157</sup>, rapidamente ocorreram desequilíbrios vários que afectaram a ordem mundial anteriormente estabelecida. O historiador Anthony Padgen (1945- ) contesta uma tal confusão conceptual. Em linguagem corrente, diz ele que, «se ignorarmos as omnipresentes cadeias de *fast-food* e de videojogos que se encontram em todo o planeta, de Belfast a Pequim, a globalização acaba por ser relativamente restrita. É um termo mais aplicado às economias do que à cultura e à política [...]. A globalização, porém, tornou-se uma palavra maldita que para muitos descreve um império universal mais vasto e infinitamente mais ameaçador do que todos os que o precederam. O argumento é que os impérios já não existem, mas os hábitos e os costumes que sustentaram durante tanto tempo os da Europa estão agora a ser contrabandeados com os mercados, as agências de financiamento internacional e as organizações não-governamentais, bem-intencionadas mas geralmente mal orientadas, a tomar o local dos exércitos, dos administradores e do padres. Num certo sentido, isto induz-nos historicamente em erro. A Volkswagen, o Banco Mundial, o FMI ou o World Wide Fund for Nature não são facilmente identificáveis como “imperialistas”, mesmo que a linguagem que usam e o comportamento dos seus funcionários o sejam.»<sup>158</sup>

Pela nossa parte, proporíamos, não a classificação como “impérios”, mas encará-los antes como *grandes novos poderes extensos* (e pouco concretos), os seguintes “empórios monopolistas”<sup>159</sup> contemporâneos:

- *A finança móvel e dispersa*, que muitos teimam em qualificar de “neo-liberal” (talvez para sub-repticiamente afirmarem as suas convicções social-democratas, ou então para zurzirem qualquer afirmação de liberdade);
- *O ciber-espaço*, e as poucas empresas multinacionais que dominam essas tecnologias (sobretudo o *software*);
- *As altas tecnologias*, nas mãos de núcleos muito restritos (capazes de penetrar o cerne dos sistemas vivos, a mente humana ou o uso do espaço supra-terrestre);
- *Os tráficos ilegais* e outras actividades criminosas;
- *As manobras de terrorismo* ou coacção por entidades políticas não-estatais;
- E certas vagas maciças de *correntes opinativas/emocionais*, proporcionio-

---

<sup>157</sup> Vide o livro de Michael Hardt & Toni Negri, *Empire* (2000), mas também outra versão do conceito e a terminologia usada por Loureiro dos Santos em *A Idade Imperial – Reflexões sobre Estratégia III* (2003) ou em *O Império debaixo de fogo: Ofensiva contra a ordem internacional unipolar – Reflexões sobre Estratégia V* (2006).

<sup>158</sup> Anthony Padgen, *Povos e Impérios* (2003): 171-172.

<sup>159</sup> *Empório*, no sentido antigo de grande centro de interesses comerciais, dominado pelos agentes mais fortes; monopolista, no sentido económico corrente, de agentes que dispõem de meios superiores aos de todos os outros seus competidores e exercem uma dominação não concorrencial.

nadas pelas “*social networks*” e catalisadas por minorias activistas, sem objectivos entendíveis e de natureza essencialmente *expressiva*, mas que não deixam por isso de exigir respostas políticas, por vezes impossíveis de dar pelos Estados-nação actuais.

O tempo dos verdadeiros *Impérios estatais* (passe a redundância) já terminou, talvez há cerca de um século, com o arrastar de alguns processos da colonização moderna ainda durante mais umas décadas. Mas outros *poderes de longo alcance* – isto é, planetários – se criaram, para os quais devemos dirigir a nossa atenção.

## b) Políticas globais

Desde o fim da II Guerra Mundial, várias instituições, acções e programas foram desenvolvidos no âmbito supra-nacional das Nações Unidas, essencialmente virados para a preservação da paz<sup>160</sup>, o desenvolvimento económico<sup>161</sup> a melhoria das condições de vida<sup>162</sup> e novos padrões de conhecimento e cultura<sup>163</sup>. Na sua esteira, outros domínios fortemente internacionalizados integraram também este universo com organizações que, em alguns casos, vinham já do séc. XIX<sup>164</sup>.

Porém, nas últimas décadas fortaleceu-se a consciência internacional de vários efeitos dos processos industriais (com já praticamente dois séculos de efeitos cumulativos) e da concentração urbana (com mais de metade da população mundial a habitar hoje em cidades) nas *alterações climáticas* entretanto observadas e monitorizadas com mais rigor por processos de análise científica multidisciplinar.

Referimo-nos à emissão de gases com efeito de estufa que provocam um maior aquecimento da atmosfera e a redução da camada de ozono; aos degelos substanciais observados nos mares árticos e à mais frequente ocorrência de fenómenos meteorológicos extremos (tempestades e ventos ciclónicos, tornados, trovoadas, etc.), bem como a alterações nos regimes climáticos nossos conhecidos, com maior incidência de forte pluviosidade nu-

---

<sup>160</sup> Vide o próprio Conselho de Segurança da ONU e as forças militares internacionais que têm sido constituídas temporariamente para a manutenção da paz em certas regiões do mundo; e também o Tribunal Internacional de Justiça.

<sup>161</sup> Em especial o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

<sup>162</sup> Sobretudo a FAO (agricultura), o Programa Alimentar Mundial, a UNICEF (protecção à infância), a OMS (saúde) e o ACNUR (refugiados e apátridas).

<sup>163</sup> Com a UNESCO (educação, ciência e cultura).

<sup>164</sup> Anote-se: União Internacional de Telecomunicações (1865), Organização Meteorológica Internacional (1873), União Postal Universal (1874), Organização Internacional do Trabalho (criada em 1919 no âmbito da Sociedade das Nações e com a novidade de uma representação tripartida de cada país: governo, sindicatos e patronato); ou ainda a Organização da Aviação Civil Internacional (1947) e a Organização Marítima Internacional (1948), além de outras.



mas regiões e de secas prolongadas noutras. Por força da rarefacção dos gelos árticos, a previsível subida do nível geral das águas oceânicas provoca alertas para o médio/longo prazo de zonas ribeirinhas intensamente povoadas, ao mesmo tempo que a constatação de uma temível poluição que os oceanos hoje acusam (nomeadamente de fragmentos plásticos e produtos químicos e tóxicos provenientes dos efluentes urbanos, de fugas de combustíveis e da exploração *off-shore* de petróleo, também de metais pesados e até eventuais exalações de resíduos radioactivos depositados), levaram certos países a encararem agora a necessidades de *novas políticas ambientais*.

A redução da massa arbórea das densas florestas tropicais (Amazónia, África Equatorial, Australásia – o nosso “pulmão terrestre”), os grandes incêndios florestais que regularmente assolam certas zonas (Europa do Sul, Califórnia ou Austrália, por exemplo), bem como a desertificação galopante (na África Sub-Sahariana, entre outras) e a escassez de reservas de água potável provavelmente também se combinam com alguns dos fenómenos anteriores para adensar o clima de receios que se vem apoderando de certas populações mais informadas e de parte das elites governamentais do planeta.

Entretanto, por motivos geológicos distintos, não cessam de ter lugar fenómenos sísmicos irregulares nas zonas de fricção das placas tectónicas, originando abalos-de-terra sempre catastróficos, sobretudo quando em áreas urbanizadas ou costeiras, ou maremotos com efeitos devastadores para as zonas litorais habitadas. E com o desenvolvimento da Astrofísica e de outras ciências do Espaço está-se agora melhor capacitado para detectar (e eventualmente prevenir ou evitar) outro tipo de ameaças que possam provir do meio envolvente extraterrestre (radiações, meteoritos, etc.).

Todos estes magnos problemas não são confináveis nas fronteiras políticas dos Estados – embora muitos dos seus dirigentes não estejam disponíveis para enfraquecer os seus interesses nacionais ou a sensibilidade das suas opiniões públicas a benefício de uma perspectiva mais global e de longo prazo. É outra contradição inerente aos regimes assentes na “vontade popular”.

Daí o atraso e a lentidão ou timidez com que tais políticas inter-governamentais têm sido já postas em andamento. É o caso, em particular, dos esforços para a “descarbonização” da economia, de que o Acordo de Paris (2015) é, apesar de tudo, o marco recente mais relevante. Nele se fixam metas para conter até 2050 o aquecimento global abaixo do aumento de 2º Celsius em relação ao período pré-industrial, num quadro de ambiciosas medidas para um *desenvolvimento sustentável* – um conceito que, entre nós, Viriato Soromenho Marques (1957- ) há muito defendia<sup>165</sup>.

Nesta área, a União Europeia apresenta possivelmente vantagens comparativas em relação a alguns grandes Estados – obtido que seja o consenso entre os 27 Estados-membros –, justamente porque está menos sujeita às

---

<sup>165</sup> Ver o seu livro *Metamorfoses. Entre o Colapso e o Desenvolvimento Sustentável* (2005).

pressões directas da opinião pública e dos votos eleitorais. Por isso a actual presidente da Comissão pôde avançar no final de 2019 com o projecto de um *Pacto Ecológico Europeu* que, a ser executado, iria bulir com o *status quo* actual em quase todos os domínios: clima, biodiversidade, energia, alimentação, construção, transformação digital, educação e formação, produção industrial, orçamentos nacionais dos países da UE, auxílios de Estado, transportes, emissões poluentes, infraestruturas, etc.

O surpreendente desencadear da pandemia Covid em 2020 pôs em destaque o papel da Organização Mundial da Saúde e da sua relação com as autoridades nacionais para o combate e redução de tal flagelo, sendo previsível que nos próximos anos este domínio da *saúde pública* venha a conhecer novas configurações, inclusive no espaço das políticas mundiais.

De toda a maneira, mantém-se de pé a arquitectura de base “ONUsiana” relativamente aos domínios da segurança colectiva e do patamar básico de Direitos Humanos.

De entre os vários tratados relativos à interdição de certo tipo de armas, deve talvez destacar-se o *Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares* (de 1970) que foi assinado pela quase totalidade dos Estados (incluindo os que declararam possuí-las: Estados Unidos, Rússia, Reino Unido, França e China), mas não pela Índia, Paquistão e Israel, que dispõem efectivamente dessas armas (mas não confessadas no caso judaico), enquanto a Coreia do Norte, signatária do tratado, acedeu igualmente a tal armamento, estando desde então em disputa técnico-jurídica com a Agência Internacional de Energia Atómica da ONU (fundada em Viena em 1958), tal como de resto o Irão, por causa do seu programa de energia nuclear. De notar ainda que, segundo terá sido confessado por Nelson Mandela, o regime “*pós-apartheid*” da África do Sul terá nessa altura abdicado de prosseguir um idêntico programa, que se supunha estar em marcha antes dessa “refundação” do seu Estado.

Em relação ao segundo tópico, a actuação da ONU é já rotineira, estando assente na *Declaração Universal dos Direitos do Homem* (1948)<sup>166</sup>, a qual serviu de inspiração para a elaboração de dois tratados internacionais que ainda hoje mantém a sua validade jurídica: o *Pacto Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos* e o *Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais* (ambos de 1966). Em todo o caso, novos instrumentos de direito internacional foram acrescentados mais recentemente, com a instituição em 2006 do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (com sede em Genebra) e com a adopção de novos documentos como a *Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres* (1979),

---

<sup>166</sup> Aprovada num circunstancialismo muito especial, “pré-guerra fria”, já que muitas das suas disposições brigavam claramente com a doutrina política da URSS e dos países que tão próximos se lhe colavam. Este texto inspirou outros, de recorte regional, como a Convenção Europeia dos Direitos do Homem.

a *Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança* (1989) ou a *Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas* (2006). É, contudo, interessante saber que uma proposta de “Declaração sobre a orientação sexual e identidade de gênero” levada à Assembleia Geral das Nações Unidas pela França e Holanda em 2008 suscitou uma outra em sentido contrário promovida pela Liga Árabe, nenhuma delas tendo sido aprovada. Eis o tipo de profundas clivagens culturais que tornam difíceis as relações entre Estados e a harmonização em favor de políticas mundiais mais largamente partilhadas.

Este caso ilustra bem o jogo diplomático permanente nestas instâncias internacionais entre a adoção de posições e de normas de direito de aplicação global, por um lado, e os interesses e táticas negociais dos diversos Estados, por outro.<sup>167</sup> É também isso que explica a política por vezes ziguezagueante dos Estados Unidos relativamente à ONU, de que é o mais importante financiador, quando (com Ronald Reagan) decidem sair da UNESCO em 1984 ou quando (com Trump) abandonam o acordo de Paris sobre as alterações climáticas e a posição de “vigilância atenta” sobre o nuclear Iraniano, que o Presidente Biden tenta agora reverter.

### c) Desenvolvimentos sociais

Uma articulação virtuosa, embora preñe de contradições e subtilezas, entre as razões do progresso técnico, os seus impactos na Biosfera e os processos de interação social e cultural, foi a tentada em vários momentos da sua obra pelo expatriado e anglófilo Hermínio Martins (1934-2015), um sociólogo que fez a maior parte da sua carreira académica em Inglaterra<sup>168</sup>. De alguma maneira, ela nos serve aqui de inspiração.

Numa época em que sobreleva a primazia do económico, onde a escolarização e o conhecimento tendem a esbater os estatutos sociais herdados e onde a inter-comunicatividade (por meios técnicos) é intensa, é compreensível a explosão de diversidades culturais e de individualismo hedonístico a que já fizemos referência ao falar de *pós-modernidade*. Nestas condições, também se altera significativamente o papel e os efeitos da comunicação social tradicional (imprensa e *mass media*, como a rádio e a televisão): quer seja na função que têm desempenhado quando ao serviço de poderes políticos autoritários enquanto “instrumentos de massificação e propaganda”; quer naquela, mais nobre, que foi geralmente associada aos regimes demo-

---

<sup>167</sup> O pós-IIª Guerra Mundial gerou no Ocidente um movimento de cidadãos dito “Mundialismo”, liderado por uma plêiade de cientistas e filósofos, que propunha uma Assembleia representativa de Cidadãos do Mundo que equilibrasse o “governamentalismo” da Assembleia Geral da ONU.

<sup>168</sup> Ver alguns dos trabalhos que o põem em destaque no livro organizado por Manuel Villaverde Cabral e outros *Razão, Tempo e Tecnologia: Estudos em Homenagem a Hermínio Martins* (2006).

cráticos e liberais, da existência de uma “imprensa livre” como condição de existência da própria democracia.

Nas sociedades modernas, também foi fundamental a possibilidade de livre organização de *corpos intermédios* representativos de sectores e tendências da sociedade civil. Além dos partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e outras associações de interesses ou de partilha de ideias comuns constituíram – desde Tocqueville (1805-1859)<sup>169</sup> – um indicador fiável de uma sociedade e de um Estado dinâmicos e cumprindo os pressupostos da Modernidade. Ora, nas últimas décadas, estas formas de *representação* parece estarem perdendo vitalidade e legitimidade.

Também os *processos imigratórios* muito rápidos e intensos, como acontece por vezes em períodos de crise, levam à existência de tensões no seio da sociedade de acolhimento, mesmo após que a integração formal (língua, actividade laboral e até nacionalidade) tenha sido conseguida e uma segunda geração já ali nascida siga os passos escolares dos autóctones. É frequente manter-se uma *divisão étnica do trabalho*, que reserva os empregos menos prezados e mais mal pagos aos imigrados, ao mesmo tempo que a coesão social demora a refazer-se. O ensaísta britânico Tony Judt (1948-2010) refere-se deste modo ao problema da criação de confiança e sentido de pertença à comunidade nacional: «o que é que define o carácter exequível de uma comunidade de confiança? O cosmopolitismo desenraizado fica bem aos intelectuais, mas a maioria das pessoas vive num lugar concreto: definido pelo espaço, pelo tempo, pela língua, talvez pela religião, se calhar – por lamentável que seja – pela cor, e assim por diante. [...] O sentimento de ser ‘europeu’ para fins de identificação pessoal é um hábito recém-adquirido. [...] Hoje os estivadores holandeses subsidiam pescadores portugueses e agricultores polacos sem grandes queixas; em parte, sem dúvida, porque os estivadores em questão não interrogam muito a fundo os políticos quanto à utilização dos seus impostos. Mas também isso é um sinal de confiança. Há muitos indícios de que as pessoas confiam muito mais nas outras se tiverem bastante em comum com elas: não só a religião e a língua mas também os rendimentos. Quanto mais igual for uma sociedade, maior é a confiança. E não é só uma questão de rendimento: onde as pessoas levam vidas similares e têm perspectivas similares, é provável que também partilhem o que poderíamos chamar “percepção moral”. Isso torna muito mais fácil instituir inovações radicais na política pública.»<sup>170</sup>

Várias outras tensões abanam o Estado-Nação da actualidade: nuns casos, reclama-se mais poder e controlo sobre os seus processos de desenvolvimento e gestão para os níveis inferiores da administração pública (regiões,

---

<sup>169</sup> Alexis de Tocqueville, um proto-sociólogo francês autor de livros clássicos como *L’Ancien Régime et la Révolution* (1856) e *De la démocratie en Amérique* (2 vols., 1835 e 1840). Ver traduções portuguesas destas duas obras.

<sup>170</sup> Tony Judt, *Um tratado sobre os nossos actuais descontentamentos* (2015): 74-75.

metrópoles e municípios); noutros, pelo contrário, exigem-se políticas supra-nacionais para enfrentar problemas novos como as crises ambientais e pandémicas, a necessidade de regulação dos fluxos inovadores da globalização (informativos, financeiros, comerciais ou migratórios); e há ainda as contestações dos processos de apropriação ilegítima pelos agentes governamentais (corrupção, “partidocracia”, etc.) e as propostas de novas formas mais alargadas de participação dos cidadãos. Referindo-se a estas dificuldades actuais do Estado-nação, o sociólogo Teixeira Fernandes (1939- ) lembra e conclui que «o Estado, por maior que seja o grau e a extensão da participação, reserva para si, como meio específico e legítimo, o uso da força. Ao direito da razão e à razão do direito, é levado, por vezes, a opor o constrangimento que pode ir até à violência. Detentor de meios consideráveis, postos pelas sociedades industriais e pós-industriais nas suas mãos, pode constituir, por isso, ele próprio, uma ameaça para a democracia. Porque não há igualdade na distribuição dos meios que conferem poder e porque existem antagonismos mais ou menos acentuados no campo dos objectivos a atingir, as democracias hodiernas são estruturalmente instáveis.»<sup>171</sup>

Além destes fenómenos, outros acontecimentos, explorados à saciedade pelos *mass media*, têm também contribuído para alguma deslegitimação das instituições públicas: a corrupção ou os supostos conluíus entre dirigentes políticos e negócios empresariais; oscilações nas atitudes dos aparelhos judiciais, ora por falta de independência, ora por parecerem querer ser “justiceiros” em vez de meramente fazer justiça com imparcialidade; certos escândalos que prejudicam a popularidade de que algumas Monarquias ainda beneficiam, podendo vir a afectar o respectivo regime político. Há igualmente a crescente pressão de movimentos sociais revisionistas da História ou críticos de alguns pressupostos da constituição das sociedades humanas, que buscam afirmar-se nos planos cultural, social e político. E existem também notórios casos recentes de mais difíceis relações inter-étnicas ou inter-raciais, mesmo tratando-se de regimes democráticos há muito consolidados<sup>172</sup> – que os processos migratórios maciços sempre agravam<sup>173</sup>.

Referindo-se à multiplicação de conflitos violentos localizados em várias zonas do globo, o professor Adriano Moreira (1922- ) considera que «esta complexa relação entre povo, território, fronteira, soberanias, tende para um novo perfil no começo do terceiro milénio.»<sup>174</sup> Refere-se, obviamente, a outros tipos de crise que afectam Estados mais recentes, porventura ainda existindo sem a correspondência perfeita de uma nação.

---

<sup>171</sup> António Teixeira Fernandes, *Os Fenómenos Políticos*, Porto, Afrontamento, 1988: 322.

<sup>172</sup> Vide o recente recrudescimento dos sentimentos de exclusão ou discriminação da comunidade negra nos Estados Unidos.

<sup>173</sup> Como aconteceu quando da grande vaga de refugiados e migrantes do Mediterrâneo em 2015 por parte de países como a Hungria, República Checa, Eslováquia e Polónia.

<sup>174</sup> Adriano Moreira, *A Circunstância do Estado Exíguo* (2009): 196.

Em livro recente e referindo-se aos tempos actuais, o politólogo António Costa Pinto (1953- ) afirma: «Os modelos mais graduais de transição para o autoritarismo, quase sempre acompanhados de eleições cada vez menos livres e justas, são mais complexos de identificar, pois os candidatos a autocratas têm sido bem mais discretos nos seus modos de perverter a democracia. A erosão da democracia, e não o seu derrube abrupto, parece ser a via dominante.»<sup>175</sup>

O mesmo autor tenta caracterizar também o tipo de poder político autoritário (e, já agora, o personalismo na cabeça do Estado) nos casos presentes da Federação Russa e da República Popular da China, mas tem talvez particular interesse o que ele escreve sobre os herdeiros do antigo Império Otomano, desconfessionalizado a partir da revolução de 1922 (que tem algumas parecenças com o nosso 25 de Abril, na medida em que os seus protagonistas foram principalmente os militares), mas que nos últimos vinte anos muito se tem transfigurado. Diz Costa Pinto que «a transição para o autoritarismo na Turquia fez-se a partir de um processo de democratização em que Erdogan chegou ao poder em eleições livres e justas, e foi a partir dele que o lento processo de “autocratização” se desenvolveu: limitando e depurando as Forças Armadas enquanto depositárias do kemalismo laico, depurando e limitando a autonomia do aparelho judicial e do Tribunal Constitucional, e controlando os meios de comunicação social. Isto, claro, mantendo sempre a hegemonia política e eleitoral do partido dominante.»<sup>176</sup>

Vale, porém, a pena lembrar que o seu Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP) se apresentava inicialmente com um programa político moderado, ambicionando até a entrada na União Europeia e onde a “islamização” tomava mais o aspecto de salvaguardar a liberdade religiosa para a esmagadora maioria dos seus cidadãos contra os eventuais excessos laicistas do regime fundado por Kemal Atatürk (1881-1938).

No conjunto, temos aqui um leque muito alargado de situações que, no conjunto, igualmente contribuem para o arriscado visionamento do futuro próximo, ainda que restrito ao século XXI, que será vivido pelas nossas crianças de hoje.

#### **d) Geopolítica mundial**

Entre os analistas e as agências especializadas parece haver actualmente um largo consenso sobre os grandes actores cujas inter-relações irão marcar a cena mundial nas próximas décadas: os Estados Unidos, a China e a Rússia.

---

<sup>175</sup> António Costa Pinto, *O Regresso das Ditaduras?*, Lisboa, Fund. FMS, 2021: 74.

<sup>176</sup> António Costa Pinto, *op. cit.*: 75.

De acordo com a análise de Carlos Gaspar, ao mundo bipolar da Guerra Fria seguiu-se um período de *sistema unipolar*, em que a potência dos Estados Unidos não tinha qualquer outro adversário à altura. Porém, escreve ele que o seu declínio relativo, a divisão da comunidade ocidental e a emergência de grandes potências “revisonistas”<sup>177</sup> «criam o contexto em que a balança internacional se está a reconstituir com uma configuração trilateral. Os Estados Unidos, a China e a Rússia são reconhecidos como as principais potências no sistema internacional, sem minimizar as assimetrias profundas que as separam e que caracterizam o novo triângulo estratégico pós-Guerra Fria: a principal potência é mais forte do que os seus dois competidores; os Estados Unidos e a China são ambos grandes potências em todas as dimensões cruciais; os Estados Unidos e a Rússia continuam a ser as duas maiores potências nucleares; a China tem, potencialmente, um maior poder agregado do que a Rússia e é reconhecida pelos Estados Unidos como a única que pode vir a contestar a sua posição cimeira no sistema internacional.»<sup>178</sup>

É legítima a pergunta sobre se este *sistema tripolar* terá condições de estabilidade para subsistir e por quanto tempo. Ou se, a prazo, poderá evoluir para uma nova bipolaridade, por enfraquecimento de alguma destas potências. O que nos conduziria a examinar as principais fraquezas de cada uma destas grandes potências. Ou então para equacionar algum tipo de aliança-a-dois que visivelmente fragilizasse o terceiro super-poder. O que parece racional supor-se é que, no horizonte das próximas décadas, nenhum deles quererá arriscar demasiadamente aproximar-se dos pontos de ruptura deste razoável equilíbrio.

Em todo o caso, pode dizer-se que as vantagens comparativas dos Estados Unidos da América se situam nas altas cotas que registam em todas as áreas cruciais (da economia ao poder militar, da escala, recursos e posicionamento geoestratégico até à sua pujante capacidade científica), com um acréscimo suplementar que obtém no entrosamento que também consegue num Ocidente alargado, tendo talvez a sua maior debilidade na coesão social interna, que se vem degradando nos últimos tempos. Por seu lado, a Rússia tem hoje um regime político que parece adaptar-se bem à sua herança histórica, mas a recente personalização do seu regime é uma fragilidade, fora da hereditariedade dinástica e do modelo do partido marxista-leninista. Quanto à China, todos lhe auguram sucessos na via da “conquista económica” que empreendeu, e é verdade que pode contar com uma forte integração cultural do seu povo (no país e na diáspora), mas o seu original modelo político contém riscos que já se evidenciaram na “crise de Tienanmen” (1989) e mais recentemente em Hong-Kong. Além da insuficiência territorial e de certos

---

<sup>177</sup> Numa espécie de reciclagem da URSS autoritária mas agora sem a ideologia e o partido comunista; e da R. P. China, com esse tipo de partido único mas abertamente convertida ao capitalismo-de-Estado.

<sup>178</sup> Carlos Gaspar, *O Regresso da Anarquia* (2019): 18.



recursos naturais, a China pode vir a encontrar dificuldades com a Rússia na exploração de uma “via polar” liberta de gelos, mas não deverá cometer erros na gestão política da questão da Formosa e dos seus mares meridionais, além de possuir sempre um “pião exploratório” na Coreia do Norte.

Fora destas grandes potências, o que há é a Europa – numa posição absolutamente singular – e aquilo a que poderemos chamar o “conglomerado islâmico” – sempre unido e sempre incompatível –; além, depois, das chamadas *potências regionais*.

De novo segundo Carlos Gaspar, «a Europa nunca se conseguiu constituir com uma “Terceira Força”, e a Grã-Bretanha, a França, a Alemanha, tal como o Japão, estão condicionados por uma dependência excessiva da aliança com os Estados Unidos.»<sup>179</sup>

Sobre a Europa política – isto é, na prática, a União Europeia –, que está numa posição de *segunda linha*, com graves dificuldades internas, entre as quais o desafio de ter lançado a sua moeda única (*o Euro*) contra a moeda de-reserva-e-trocas-internacionais (*o Dollar*), indiscutível desde Bretton-Woods (1945), para o qual talvez não estivesse devidamente preparada, é ainda Gaspar<sup>180</sup> quem nos lembra que, já no séc. XXI, a União Europeia foi sacudida por três crises que, contrariando as expectativas (mais ou menos federalistas) da Constituição Europeia e do Tratado de Lisboa (2007), lhe provocaram várias divisões internas: 1ª, a crise financeira internacional, repercutida em “crise das dívidas soberanas”, que afectou os países do Sul do continente e os opôs aos mais ricos do Norte; 2ª, o «círculo infernal que combina a guerra da Síria, a crise dos refugiados e a vaga de atentados terroristas do ISIS», dividindo sobretudo a Europa Ocidental e a Europa do Leste, com uma função crucial de “tampão” atribuída à Turquia; e 3ª, o processo do “Brexit”, cujas consequências foram, em parte, adiadas devido à emergência da pandemia Covid de 2020/21.

Quanto ao “conglomerado islâmico”, ele constituiria um outro *grande poder* – pela sua escala e posicionamento geoestratégico, identidade cultural e concentração capitalista muito considerável –, não fora as profundas clivagens que caracterizam as suas elites dirigentes e os Estados que comandam, mais as desavenças religiosas internas e o enorme lastro de pobreza que afecta a grande maioria das suas populações. Em todo o caso, este conjunto dispõe de recursos muito variados para contrariar a hegemonia dos poderes-supra.

Há alguns anos atrás vários analistas referiam os “BRICS” (Brasil, Rússia, Índia, China e República Sul-Africana) como potências ascendentes capazes de desafiar a supremacia norte-americana. Duas décadas passadas, o grupo ter-se-á desagregado pela ascensão de Russos e Chineses a um patamar superior. Nestas circunstâncias, aos restantes parece caber o lugar de *po-*

---

<sup>179</sup> Carlos Gaspar, *O Regresso da Anarquia* (2019): 21.

<sup>180</sup> Ver Carlos Gaspar, *A Balança da Europa* (2017), sobretudo págs. 133-144.



*tências regionais* nos respectivos subcontinentes. Contudo, deve destacar-se o caso da Índia, que alia a sua força demográfica à excelência de várias das suas elites. Parece hesitar quanto ao melhor modelo de regime político que possa servir as suas ambições e é ainda, e por longo tempo, sempre afectada pelo(s) *dualismo(s)* que marca(m) um sistema social muito antigo, embora também influenciado pela colonização britânica.

Em sentido contrário, as hegemonias regionais de Brasileiros e Sul-Africanos podem ser contrariadas por outros grandes países seus vizinhos como o México ou a Argentina e a Nigéria ou Angola, respectivamente. Entretanto, algo de mais instável se configura num outro teatro regional (o do Médio-Oriente e África do Norte) com o Irão, a Arábia Saudita, o Egipto e a Turquia. Mais a ocidente, o conjunto dos Estados do Magrebe, Mauritânia e Senegal parece ainda beneficiar de alguma estabilidade, mas por perto já rondam os sinais *jihadistas* do Boko-Haram.

Referindo-se aos pequenos e médios Estados, Carlos Gaspar considera que «a teoria das relações internacionais, desde a sua emergência como um campo separado da ciência política, a partir da primeira metade do século XX, concentrou-se na análise das grandes potências. Para as escolas realistas, a distribuição do poder entre os maiores Estados é o critério essencial para a definição da estrutura e da dinâmica do sistema internacional, e as relações entre as principais potências, bem como a sua natureza, determinam a evolução da política internacional. Nesse sentido, o estudo das potências menores foi, desde o início, um capítulo secundário, excêntrico [...]»<sup>181</sup>

Olhando criticamente para a “ordem internacional”, Adriano Moreira escreve, referindo-se ao período posterior à queda da URSS: «De facto, o núcleo essencial normativo da ordem mundial extinta, todo definido e apoiado pelos ocidentais que detiveram a supremacia do poder mundial, foi submetido à leitura crítica dos que não participaram na sua formulação, os povos das áreas que a colonização da frente marítima atlântica considerou bárbaros ou selvagens [...]. Por esse espaço, todavia alargado, multiplicou-se aquilo que chamaram de *collapsed states ou failed states* (Zartmann), em *zones grises* (Defarges), que afinal são apenas os pontos críticos da dissolução da ordem, incluindo a antiga Jugoslávia, o Cáucaso, a Ásia Central desde o Cáspio ao Afeganistão, a região dos Grandes Lagos em África, os Andes. As perspectivas teóricas do regresso à ordem, isto é, a uma vida habitual pautada por um normativismo não necessariamente justo, mas razoavelmente observado, variam entre o optimismo ingénuo de Fukuyama, e o catastrofismo de Samuel Huntington.»<sup>182</sup>

É ainda Adriano Moreira que expõe: «Todavia, o 11 de Setembro aconteceu subitamente como um *dividing*, pelo menos na história americana, obri-

---

<sup>181</sup> Carlos Gaspar, in Letria, *Pequenos e Grandes Estados* (1999): 89.

<sup>182</sup> Adriano Moreira, *A Circunstância do Estado Exíguo*, Loures, Diário de Bordo, 2009: 189. Sobre Francis Fukuyama (1952-), leia-se *O Fim da História e o Último Homem* (1999); e de Samuel Huntington (1927-2008), *O Choque das Civilizações* (1966).

gando a rever as interpretações mais clássicas da guerra e da paz. De facto o terror nem era um fenómeno novo, nem sobretudo era uma novidade para as relações entre os Estados, em que a *guerra fria* foi um longo exercício de guerra impossível e paz improvável (Aron), porque a ameaça do holocausto orientou no sentido da razoabilidade. O que foi novo traduziu-se no facto de uma entidade organizada em rede, sem povo, nem território, descentralizada por células, agindo com autonomia e descentralização de iniciativas, ter desafiado a superpotência sobranceira no seu território, e transformado o martírio dos inocentes em penhor do triunfo procurado, seja ele o que for.»<sup>183</sup> Esta última realidade é, não propriamente um poder instituído, mas talvez antes uma espécie de contra-poder inerente à hegemonia das grandes potências, ao mesmo tempo que uma ameaça que pode continuar a pairar sobre a paz e tranquilidade da nossa vida social.

### e) O poder militar

Às três dimensões mais tradicionais dos enfrentamentos bélicos – duas, geográficas (largura e profundidade de campo), para os exércitos de *terra*, muitas vezes completadas por uma terceira, *marítima* – às quais o século XX acrescentou uma quarta, a da acção *aérea* –, e ainda pela incontornável dimensão do *tempo* (estratégico, logístico, tático e político), junta-se agora uma *sexta dimensão*: a do *ciber-espaço*, aliás com feixes de interligação com vários outros domínios, ainda nem todos clarificados.

Sobre a guerra nos tempos actuais, refere Pezarat Correia: «Surgiu, recentemente, a designação *revolution in military affairs*, que em Portugal se tem traduzido por “revolução dos assuntos militares”, sintetizada na sigla RAM, aplicada à rutura verificada no fenómeno da guerra com o fim da Guerra Fria e a entrada na era da globalização [...]»<sup>184</sup> E este autor prossegue: «A origem da RAM em curso reside na tecnologia, na vertiginosa evolução tecnológica da era da informação, computadorização e robotização, dos avanços no conhecimento intensivo, que, em terminologia militar, se condensa na fórmula C4I+SR, ou seja, Comando, Controlo, Comunicações, Computorização e Informação, mais Vigilância e Reconhecimento. [...] Com a electrónica, surgiam as chamadas armas inteligentes, com capacidade própria para seleccionar alvos, corrigir trajectórias, furtar-se a sistemas defensivos. Esta evolução incidiria sobre todos os tipos de armamentos, individuais e colectivos, ligeiros e pesados, de todos os ramos, terrestre, naval e aéreo, mas apostando, decididamente, em determinados sectores que se pensava poderem decidir os conflitos em tempos mínimos e com custos humanos e materiais reduzidos.»<sup>185</sup>

---

<sup>183</sup> Adriano Moreira, *op.cit.*: 191.

<sup>184</sup> Pezarat Correia, *Guerra e Civilização* (2017): 21.

<sup>185</sup> Pezarat Correia, *op. cit.*: 179

Resumindo e integrando vários documentos de estratégia militar, sobretudo norte-americanos, o general Vieira Borges escreve que «em face do crescendo das ameaças transnacionais, as fronteiras entre Segurança Interna e Externa esbateram-se, numa perspectiva mais próxima da Segurança Nacional (do que da Defesa Nacional), alteraram-se as missões das diferentes forças militares ligadas à defesa, mas também à segurança, e existem mais interligações entre as forças militares e as forças de segurança dos diferentes países.»<sup>186</sup> E, mais diante, revela melhor a sua opinião dizendo: «Apesar de os *novos conflitos* e o paradigma de Segurança e Defesa ser muito diferente do que era há cerca de 30 anos, *as pessoas e o terreno continuarão a ser determinantes e a reforçar a importância das forças militares terrestres* a nível local, estadual, regional e global, certamente com novas missões, nova organização e novas capacidades. O *domínio militar terrestre* continuará, assim, a assumir um papel central, pois só o *soldado* poderá conquistar, ocupar e cuidar do terreno e das pessoas, independentemente da importância conjuntural dos domínios marítimo, aéreo, espacial ou do ciberespaço.»<sup>187</sup>

Por seu lado, o comandante Sardinha Monteiro (1969- ) analisa as chamadas guerras “de 4ª geração”. Vale a pena citá-lo mais longamente: «[...] os conflitos continuaram a evoluir e surgiram as guerras de 4ª geração, que se caracterizam, essencialmente, por um esbatimento das fronteiras entre guerra e paz, e por um regresso à conflitualidade típica da era pré-moderna, com o estado-nação a perder o monopólio da ação bélica, devido ao envolvimento de atores não-estatais (como grupos de guerrilha, grupos insurgentes, terroristas, etc.). Thomas Hammes – um dos mais ativos pensadores sobre esta temática – definiu as guerras de 4ª geração como formas evoluídas de insurreição que “utilizam todas as redes disponíveis – políticas, económicas, sociais e militares – para convencer os decisores políticos inimigos de que os seus objetivos estratégicos são inalcançáveis ou demasiado custosos, quando comparados com os benefícios percebidos”. Isso pressupõe também procurar destruir o apoio da população aos líderes políticos e corroer a vontade dessa mesma população em combater. Ou seja, ao contrário das gerações anteriores, o objetivo não é derrotar o inimigo militarmente, mas antes o seu enfraquecimento, mais psicológico do que físico, através de uma guerra de baixa-intensidade, normalmente de longa duração.

Para a prossecução desse objetivo, os atores das guerras de 4ª geração recorrem abundantemente à guerra psicológica, à guerra da informação e à propaganda. Ou seja, enquanto as guerras precedentes eram campanhas militares apoiadas por operações de informação, as novas guerras de 4ª geração passaram a ser, em grande parte, campanhas de comunicação

---

<sup>187</sup> João Vieira Borges, *op. cit.* (2018): 38.

<sup>188</sup> João Vieira Borges, *op. cit.* (2018): 50-51.

estratégica apoiadas por operações de guerrilha, de insurgência e/ou de terrorismo.

Relativamente ao terrorismo, importa clarificar que ele não é a materialização da 4ª geração de guerras, sendo antes uma das (várias) manifestações desta forma de conflitualidade. Por isso mesmo, se considera que grupos como a al-Qaeda, o Hamas, o Hezbollah e o autodenominado Estado Islâmico empregam táticas da 4ª geração.»<sup>189</sup>

Mas este autor não deixa de pontualizar que: «Apesar do interesse do modelo geracional das guerras, que é bastante apelativo, é possível, em minha opinião, apontar-lhe algumas críticas, de entre as quais gostaria de salientar três: a incoerência na sequenciação das várias gerações; a desvalorização da guerra irregular ao longo da história; e a omissão da componente naval.»<sup>190</sup>

Aproveitamos esta referência para passarmos ao sector das Marinhas.

O já citado almirante de Belot revelava (em 1958) uma opinião segura acerca dos navios militares que ele, desde então, previa irem ser determinantes para o futuro: o porta-aviões e o submarino. Sobre o primeiro, sustenta ele que «avec les précautions que prennent les marines, un Pearl Harbor atomique mettant hors de combat par surprise une partie importante de la flotte de porte-avions américains semble très improbable. Avant de disparaître cette flotte aura le temps de frapper et son existence constitue un deterrent de grande valeur. [...] Le porte-avions est polyvalent. Par son armement d'abord qui peut être composé d'appareils variables et aussi comporter des fusées; par son emploi ensuite [...]. Quel que soit le genre de guerre, le porte-avions a l'avantage d'une grande concentration de moyens et d'une grande souplesse; à la souplesse de l'avion, il joint celle que donne la mobilité de la base.»<sup>191</sup> Sobre a outra arma estratégica capital entrevista pelo almirante, o submarino, lembra-nos que, tal como a luta entre o canhão e a couraça, a vantagem entre o submarino e os navios e aviões que o combatem foi alternando consoante os respectivos aperfeiçoamentos técnicos. Porém, com o submarino atómico e lançador de mísseis as coisas mudaram, como ele escreve: «Avec le moteur atomique la durée de séjour à la mer n'est limitée que par la résistance des équipages, le ravitaillement en vivres et en munitions. [...] Le moteur atomique donne aussi des vitesses beaucoup plus élevées. [...] Des sous-marins armés de fusées de 2.500 kilomètres peuvent atteindre depuis la mer à peu près tous les points du globe à terre.»<sup>192</sup>

Com uma notável clarividência, eis pois aqui identificados os meios técnicos navais decisivos para uma eventual futura guerra global, meios esses

---

<sup>189</sup> Sardinha Monteiro, "Guerras de 4ª geração" (2017): 1006-1007.

<sup>190</sup> Sardinha Monteiro, *op. cit.*: 1009.

<sup>191</sup> De Belot, *La mer dans un conflit futur*: 171-172.

<sup>192</sup> De Belot, *op. cit.*: 182-185.

obviamente só ao alcance das grandes potências mundiais. Mas o avisado perito francês não esquece que «actuellement la puissance de destruction des armements atomiques a eclipsé les armements bactériologiques et chimiques, dont on ne fait plus guère état. Cependant l'étude de ces moyens de guerre se poursuit dans le silence des laboratoires; ils pourront acquérir un renouveau d'intérêt.»<sup>193</sup> Eis um aviso que hoje podemos compreender melhor.

Passou mais de meio século e é assim que o almirante Reis Rodrigues (1941-) se pronuncia sobre a necessidade dos poderes militares nacionais: «É convicção geral que a possibilidade de guerra direta, com confrontação militar aberta, entre estados tornou-se remota, mas o crescente investimento geral em capacidades militares mostra-nos que nenhuma potência a considera uma previsão segura, principalmente se não se conseguirem resolver oportunamente os conflitos regionais, alguns aparentemente infundáveis, e se não cessarem as disputas por áreas de influência, que algumas potências encaram como elemento indissociável da sua própria segurança. Goste-se ou não, todas as potências continuam a encarar o poder militar como parte incontornável do exercício do poder nacional para proteger interesses, garantir o alinhamento político militar que mais lhes convenha e consolidar o seu prestígio internacional.»<sup>194</sup>

Mas as modalidades de poder militar, e mais em especial as do poder marítimo, têm vindo a alterar-se, como seria de esperar.

De novo segundo o comandante Sardinha Monteiro<sup>195</sup>, a mais recente definição norte-americana da sua estratégia marítima datará de 2007 quando, com o acordo conjunto da *US Navy*, do *US Marine Corps* e da *Coast Guard*, foi adoptado um documento intitulado “*A Cooperative Strategy for 21<sup>st</sup> Century Sea Power*”, no qual se apresenta o elenco das capacidades que devem ser asseguradas, a saber: -Presença naval; -Dissuasão estratégica; -Controlo do mar; -Projecção de força; -Segurança marítima; -Assistência humanitária e resposta a catástrofes. Segundo o autor, esta visão do futuro representaria «um progressivo afastamento das teses mahanistas e uma grande aproximação às teorias de Corbett»<sup>196</sup>. Como se sabe e ele explica, o poder naval concebido pelo primeiro enfatizava uma política de *domínio do mar* (para o que se necessitava de uma poderosa esquadra de batalha) enquanto que o segundo defendia antes uma política de *controlo das vias de comunicação marítima* assente em missões de patrulha e escolta para proteger o tráfego marítimo (bastando para isso navios de menor porte, tipo “cruzador”, e

---

<sup>192</sup> De Belot, *op. cit.*: 184.

<sup>193</sup> Alexandre dos Reis Rodrigues, *O Pensamento de Defesa em Portugal*, Cadernos Navais 58, Lisboa, CCM, 2020: 48.

<sup>194</sup> Nuno Sardinha Monteiro, “Poder naval no séc. XXI: a morte de Mahan e a vingança de Corbett”, *Anais do Clube Militar Naval*, Ano 139, Jul.-Set. 2009: 373-408.

<sup>195</sup> *Apud* Sardinha Monteiro, “Poder naval no séc. XXI” (2009): 395.

<sup>196</sup> Sardinha Monteiro, “Poder naval no séc. XXI” (2009): 394.

flotilhas de unidades ligeiras).

De facto, uma das novas “capacidades” do poder marítimo situa-se agora na necessidade de garantir a *segurança* do usufruto dos mares, a partir de uma base de legitimidade internacionalmente reconhecida, com atenção aos aspectos ambientais da sua conservação (ou recuperação) mas sem descurar os meios de fiscalização, de investigação científica, da sua livre circulação e das potencialidades que oferece como palco de defesa ou de guerra.

Sobre a *segurança marítima* (mais na vertente do Sistema de Autoridade Marítima, mas que não deixa de convocar o dispositivo das forças navais), o almirante Silva Ribeiro (1957- ) pronunciou-se assim, recentemente: «As circunstâncias estratégicas relacionadas com a exploração da força no campo da segurança marítima, mostram que as formas como se materializam os desafios de desenvolvimento e de segurança nos oceanos poderão estar ligadas a quatro tipos de ameaças:

- As erosivas, que subsistem à margem da ordem internacional e dela precisam para existir, e que integram o tráfico de drogas, a imigração irregular, o contrabando de armas, as formas de pesca ilegais e a pirataria, actividades que subvertem a segurança das regiões costeiras e prejudicam os interesses nacionais;
- As sistémicas, que visam a alteração da ordem internacional para poderem existir, e que incluem terrorismo internacional e as tentativas de acesso ou de construção de armamento sofisticado não convencional, tirando partido de tecnologias emergentes, a que a globalização facilita o acesso, tendo em vista adquirir estatutos de força que permitam intervenções activas na política internacional, desestabilizando, perigosamente, a ordem estabelecida;
- As militares, que visam a afirmação dos interesses marítimos do Estado costeiro, e que são protagonizadas, sobretudo, por potências marítimas emergentes, dotadas de navios de superfície e de submarinos modernos, armados com mísseis, capazes de dificultar, seriamente, o uso do mar e ameaçar a integridade territorial de outros Estados;
- As patrimoniais, decorrentes de acidentes naturais ou resultantes de incúria humana, que perturbam a vida das pessoas, degradam a qualidade do ambiente e delapidam os bens materiais, e que implicam acções de salvaguarda.»<sup>197</sup>

Tentemos agora sintetizar ideias e formular *hipóteses para o futuro*.

Apesar de um mundo super-armado, a ameaça de uma guerra generalizada mantém-se remota, porque seria sempre catastrófica para qualquer

---

<sup>197</sup> António da Silva Ribeiro, *Metodologia dos Estudos Marítimos*, Cadernos Navais 54, Lisboa, CCM, 2019: 26-27.

dos que poderiam desencadeá-la. A “globalização” também generalizou a percepção desse risco. Mas os conflitos bélicos localizados vão provavelmente continuar a acontecer, embora quase sempre de curta duração. As forças militares e de segurança dos Estados manter-se-ão, com níveis de sofisticação tecnológica crescentes e menos pessoas envolvidas em confrontos agónicos directos. As coligações militares internacionais continuarão a ser empenhadas em específicos teatros de operações, por períodos limitados. E o recurso a “forças especiais”, mercenários contratados<sup>198</sup> e milícias<sup>199</sup> ocorrerá provavelmente com maior frequência.

A *mais longo prazo*, para a generalidade dos países – pequenos, médios (incluindo Portugal), grandes e super-grandes –, as suas forças e corpos militares deverão sofrer alterações significativas, tal como as suas instituições policiais e de segurança interna. Também talvez com o “*Intelligence*” (externo e interno, secções de informações dos estados-maiores, espionagem e contra-espionagem, etc.)

No tocante à *organização*, os Ramos tradicionais (Exército, Marinha e Força Aérea) manter-se-ão e continuarão a ser essenciais para os aspectos da instrução do pessoal, da aquisição, manutenção e reparação dos equipamentos, da administração e da logística, mas já não inteiramente no tocante ao treino e emprego das forças operacionais, que se deslocará mais um tanto para as estruturas integradas de comando e estado-maior conjuntos (inter-Ramos). Não obstante isso, os Comandos dos Ramos deverão conservar o controlo directo de certas forças onde não se coloque a questão do seu emprego conjunto, até pelo princípio dito de subsidiariedade (de maior eficiência e economia de recursos e processos).

A *reformulação dos perfis profissionais militares*<sup>200</sup> acabará por acontecer por virtude da *decomposição de funções bélicas* concomitante à sua maior *cooperação e integração operacionais*. Nestes termos, admitem-se como possíveis as seguintes orientações, Ramo por Ramo.

Na *Força Aérea*, a maior parte das suas missões de ataque passarão a ser realizadas por aeronaves não-tripuladas, comandadas a distância a partir de “salas de controlo”, tal com no caso dos aviões-espiões de reconhecimento, a média e grande altitude. Possivelmente, o mesmo se verificará com a aviação de patrulha marítima, usada sobretudo na detecção de alvos de superfície e submarinos. No entanto, a aviação mais ligeira de “ataque ao solo” e de transporte/lançamento de tropas paraquedistas e “especiais”, hoje feita em grande parte por helicópteros, continuará a ser necessária, tal como a aviação de transporte pesado de cargas.

---

<sup>198</sup> Já largamente utilizados pelos Estados Unidos no Afeganistão ou no Iraque, e também parece que pela Rússia no Médio-Oriente e em África.

<sup>199</sup> Veja-se o caso da aliança entre Americanos e Curdos, na guerra na Síria contra o ISIS.

<sup>200</sup> Hoje necessariamente abertos a homens e mulheres. Sobre esta “feminização”, ver o já referido livro de Helena Carreiras, *Gender and the Military* (2006).



No *Exército*, é possível que se caminhe no sentido de alguma fusão das suas “Armas” tradicionais (a que oporá resistência o conhecido “micro-corporativismo” profissional destas), mas manter-se-á indispensável a manobra táctica da Infantaria no terreno, mais ou menos mecanizada, integrando ou não o apoio-de-fogos de especialidades mais diferenciadas.

Na *Marinha*, onde, como já vimos, os equipamentos bélicos variam imenso de país para país, diríamos que vem ainda longe a imagem do “navio não-tripulado” e comandado à distância a partir de uma “sala de controlo”, como nos aéreos. No entanto, é essa a direcção em que se avança: maiores automatismos; guarnições mais reduzidas e com maior proporção de pessoal com formação avançada; sensores e armas de cada vez maior alcance e precisão. Mas as *task forces* organizadas em torno de um navio porta-aviões (sejam eles, de descolagem vertical, helicópteros, etc.), eventualmente com missões de “controlo naval de área” para a interditar a terceiros ou para preparar/apoiar uma operação de desembarque em grande escala, terão decerto ainda um longo “prazo de validade”. E já dissemos também que o submarino, nas suas diversas valências e capacidades, terá decerto garantido o seu emprego com uma ainda maior duração.

Ademais, a Marinha – portuguesa ou de países congéneres –, que cultiva muito as tradições<sup>201</sup>, pode estar ainda descansada quando ao prosseguimento de algumas suas missões próprias, com meios relativamente modestos, para executar tarefas de patrulha, vigilância e fiscalização das actividades marítimas permitidas (transporte, pescas, prospecção e exploração dos fundos marinhos e de energias *off-shore*, etc.), e impedir ou reprimir as actividades ilegais ou a concretização de ameaças bélicas (contrabando, pirataria, terrorismo, etc.), além do socorro em qualquer caso de perigo de vidas humanas no mar (SAR). São, todas elas, missões para as quais, além dos meios materiais adequados, se exigem as qualidades profissionais próprias dos militares-marinheiros, que a Marinha desde sempre foi capaz de preparar, adequando-as a cada época.

Além destes corpos militares antigos, dois outros deverão possivelmente emergir e afirmar-se, ao princípio por simples agregação dos respectivos *experts* de cada um dos Ramos, depois como corpo autónomo e identidade própria, como é normal acontecer nos processos sociais de evolução das organizações e das profissões:

- Os *operadores de ciber-tecnologias*, incluindo a já bem conhecida guerra electrónica, a *expertise* nestes novos domínios da segurança e, ainda, capacidades de ataque no mesmo patamar electrónico;
- E os *operadores dos sistemas de guerra a distância*, que serão os futuros “pilotos” de engenhos aéreos não-tripulados, e os programadores, “gatilhos” e condutores de toda a sorte de mísseis de maior poder destrutivo.

---

<sup>201</sup> Não por acaso, uma Marinha jovem, como a norte-americana, não hesita em editar um livro de 358 páginas intitulado *Naval Customs, Traditions and Usage* (Annapolis, desde 1934 até 1959, pelo menos) destinado à instrução dos seus neófitos.



São visões que não se concretizarão amanhã, mas para a qual apontam já as tendências actuais.

## f) O caso de Portugal

Como seria de esperar, concluímos esta nossa indagação pelo caso português.

O conceito de *Estado exíguo* foi cunhado pelo professor Adriano Moreira e parece oportuno e adequado para a nossa presente situação histórica: «O tema do Estado Exíguo pareceu-me ser um dos mais inquietantes da evolução do Estado português, desde que em 1974 foi colocado um ponto final no secular conceito estratégico nacional, parcela específica do extinto euromundismo imperial. É uma expressão que pretende conceptualizar a carência de recursos e capacidades para, interna e externamente, assegurar as funções da soberania moderna e da administração pública, com preservação da relação de confiança entre o poder político e a sociedade civil, e sustentação do civismo activo dos cidadãos.»<sup>202</sup>

Portugal está hoje integrado na União Europeia, tem uma pequena economia muito aberta ao exterior, produtividade estagnada há quase duas décadas, um recente *boom* turístico, uma grande comunidade de expatriados em diversas partes do mundo e boas relações diplomáticas com o Brasil, os PALOP, Macau<sup>203</sup>, o Reino Unido, a Espanha, os Estados Unidos e muitos outros países, sendo membro fundador da NATO.

As suas Forças Armadas têm prestado colaboração e integrado diversas missões internacionais em variados teatros de operações. A Marinha destacou navios e pessoal da Polícia Marítima para o Mediterrâneo, por ocasião do fluxo maciço de emigrantes e refugiados africanos e asiáticos. O país tem, assim, uma participação plena e regular na vida internacional.

No plano político do funcionamento do Estado, a estabilidade partidária tem-se mantido praticamente desde a restauração da democracia, saída da revolução de 25 de Abril de 1974, com dois partidos moderados de esquerda e de direita a alternarem no governo, com apoios ou colaborações pontuais dos restantes. Mas a participação política dos cidadãos é bastante limitada (com taxas de participação eleitoral sempre declinantes) e são frequentes as suspeitas de corrupção e de abusos do poder por parte das formações dominantes.

Para o próximo futuro, são problemáticas a questão do endividamento e de finanças públicas pouco sãs, a fraca consistência do aparelho produtivo e da economia, e as dúvidas que pairam sobre a governação política, com uma demografia deficitária e parte das gerações mais novas e qualificadas a expatriarem-se com facilidade.

---

<sup>202</sup> Adriano Moreira, *A Circunstância do Estado Exíguo* (2009): 9.

<sup>203</sup> Como Região Administrativa Especial da República Popular da China.

Falamos agora da *importância do mar* para o futuro do país.

Referindo-se à situação geográfica de Portugal continental e aos seus aspectos favoráveis num colóquio de política industrial realizado em 1970, o então Secretário de Estado Rogério Martins (1928-2017) pronunciou-se nestes termos: «Um deles é a possível posição *testa-de-ponte transatlântica*. Dada a tendência crescente para se utilizarem navios de capacidade cada vez maior no transporte de combustíveis líquidos, minérios e granéis, começa a ser necessário criar dois tipos de portos: portos de grande calado para servir os navios “mamutes” que atravessam os oceanos, e portos de calado menor para servir os “*feeders*”, navios clássicos de menor tonelagem que estabelecem a ligação entre os centros consumidores e os grandes portos anteriores, que são autênticas testas-de-ponte transoceânicas. Nesta situação estão portos como os seguintes: Taranto, na Itália; Fos, que serve o Sul de França; a sequência Dunquerque, Antuérpia, Europoort e Bremerhaven, servindo a zona central europeia; Goteborg, na Suécia; Bantry-Bay na Irlanda. Um porto desta natureza na costa portuguesa poderia servir a Península Ibérica onde por enquanto não existe nenhum. Uma aplicação possível seria a criação dum porto mineraleiro-carbonífero transcontinental, que receberia o carvão americano para o distribuir pelos portos siderúrgicos ibéricos.»<sup>204</sup>

Foi o ponto de partida para o grande projecto de porto de águas profundas em Sines, que é hoje um dos activos mais importantes da economia e da abertura de Portugal ao mundo.

A continuada pertença à NATO e também o alinhamento em outras coligações internacionais tem ocasionalmente mobilizado destacamentos e pequenas unidades do Exército, da Força Aérea e da Marinha para diferentes intervenções além-fronteiras, geralmente avaliadas como bem-sucedidas e de interesse nacional, para além de configurarem missões de *peace keeping* ou *peace enforcement* em zonas problemáticas de diferentes geografias: em especial, Europa de Leste, Mediterrâneo e Médio-Oriente, costa da Somália e, mais recentemente, em certos segmentos da África Ocidental.

No tocante à Marinha, o contínuo treino de guerra, que apenas envolve um número limitado de recursos navais, está longe de esgotar as suas áreas de actuação, exigidas, antes de mais, pela nossa extensa orla costeira e pelas áreas oceânicas sob responsabilidade nacional. Daí o ter-se começado a falar no duplo uso que lhe estaria confiado ou seria inerente. Sobre esta questão, o comandante (ECN) Silva Paulo<sup>205</sup> (1962-) tem manifestado por vários meios a sua discordância, mas o tema foi objecto de diversas discussões, da realização de um Seminário oficial<sup>206</sup>, e de intervenções pessoais

---

<sup>204</sup> Rogério Martins, *Caminho de País Novo*, Lisboa, se, 1970: 101.

<sup>205</sup> Ver Jorge Silva Paulo, *A Autoridade Marítima Nacional* (2015); e *Autoridade Marítima ou Autoridade da Marinha?* (tese de doutoramento, 2019).

<sup>206</sup> Ver A.V., *Seminário ‘Uma Marinha de duplo uso’*, Cadernos Navais 22, 2007.

dos almirantes Lopo Cajarabille<sup>207</sup> (1945- ) e Pires Neves<sup>208</sup> (1944- ), e dos comandantes Monteiro e Mourinha<sup>209</sup> (1972- ), além de outros. Aliás, o primeiro destes últimos autores referidos aborda num outro texto<sup>210</sup> a questão da eventual inconstitucionalidade deste dispositivo, que é invocada por alguns, concluindo pela negativa.

Sobre este assunto – e pedindo permissão para usar ainda a síntese publicada por Sardinha Monteiro – sabemos que a doutrina estratégica actual da Marinha Portuguesa foi plasmada no documento “Funções e missões do poder naval nacional”, aprovado em 2005, que identificava três funções fundamentais: 1ª, Defesa militar e apoio à política externa (com as tarefas de: defesa militar própria e autónoma; defesa colectiva e expedicionária; e protecção dos interesses nacionais e diplomacia naval); 2ª, Segurança e autoridade do Estado (com as tarefas de: segurança marítima e salvaguarda da vida humana no mar; vigilância, fiscalização e imposição da lei; e estados de excepção e protecção civil); e 3ª, Desenvolvimento económico, científico e cultural (com as tarefas de: fomento económico; investigação científica; e cultura). Conclui então aquele autor que «ao assegurar, simultaneamente, a actuação militar, inerente à função de defesa e apoio à política externa, e a actuação não militar, ligada às funções de segurança e autoridade do Estado no mar e de apoio ao desenvolvimento económico, científico e cultural, a Marinha Portuguesa, cujo comandante é, simultaneamente, a Autoridade Marítima Nacional, dá tradução prática ao paradigma operacional do *duplo uso*. Trata-se de um modelo de actuação que se tem vindo a consolidar há mais de 200 anos, em que a Marinha Portuguesa assegura as funções típicas de uma Armada e de uma Guarda Costeira, o que permite racionalizar o emprego dos recursos nacionais.»<sup>211</sup>

Nestes termos, é previsível que este Ramo possa nas próximas décadas manter as capacidades actualmente aprovadas, limitadas mas pertinentes nas várias áreas (os discretos e *multi-purpose* submarinos, a flotilha de navios oceânicos com *helis* “orgânicos”, o reabastecedor-de-esquadra, os navios de patrulha oceânica e costeira, as pequenas unidades especializadas de fuzileiros e mergulhadores, etc.), e a que seria desejável acrescentar o previsto “navio polivalente logístico”.

---

<sup>207</sup> Ver Victor Cajarabille, “A Marinha de duplo uso: o caso português”, in *Seminário ‘Uma Marinha de duplo uso’*, Cadernos Navais 22, 2007: 29-34; ver também, deste autor, “Marinha, Armada, Marinha de Guerra Portuguesa”, *Revista da Armada*, nº 430, 2009: 11-13.

<sup>208</sup> João Pires Neves, “As Forças Armadas e as Missões de Interesse Público”, *Jornal de Defesa e Relações Internacionais*, on line, Novembro 2015.

<sup>209</sup> Nuno Sardinha Monteiro & António Anjinho Mourinha, “A Marinha de duplo uso e a pós-modernidade na utilização do poder marítimo”, *Anais do Clube Militar Naval*, Ano 140, Jul.-Set. 2010: 415-447.

<sup>210</sup> Victor Lopo Cajarabille, “A Constituição da República e a Marinha de duplo uso”, *Jornal de Defesa e Relações Internacionais*, on line, 2.Fev.2013.

<sup>211</sup> Sardinha Monteiro, “Poder naval no séc. XXI”: 397. E julga-se que a LOMAR de 2014 (decreto-lei 185/2014 de 29 de Dezembro) manteve a mesma doutrina.

Olhando para um plano mais estratégico-funcional, vale a pena ter presente a específica natureza marítima do nosso posicionamento como território. Eis o que sobre isso nos diz o já citado almirante Reis Rodrigues: «Portugal tem uma configuração territorial arquipelágica e um posicionamento geográfico que, no seu conjunto, lhe permitem cumprir todas as facetas do critério “localização estratégica” para o estatuto de potência costeira. Consegue juntar condições privilegiadas de apoio ao controlo de uma vasta área do Atlântico Norte que é para os EUA um “*key maritime terrain*” da sua própria estratégia de segurança – controlo vital, quer no campo da defesa, quer no da segurança marítima – com o acesso a uma extensíssima área onde detém direitos exclusivos de exploração de recursos. São duas dimensões de uma mesma realidade que, embora de natureza diferente, se reforçam mutuamente no sentido de afirmação do país como potência costeira. Combinam interesses de vária ordem – segurança, económicos, políticos, etc. – com responsabilidades, quer internas, quer de estreita cooperação internacional com as organizações que estão a tentar coordenar o esforço de manter a ordem no mar e proteger o exercício dos direitos que a Convenção do Mar atribui aos países costeiros.»<sup>212</sup>

Recorrendo às conceptualizações tradicionais do *poder marítimo* – porém, reconfigurado agora à escala modesta que nos consigna a ordem geopolítica mundial – poderíamos então pensar que seria indispensável a Portugal:

- Aproveitar ao máximo as potencialidades do nosso posicionamento atlântico (costa continental e ilhas), com a Zona Económica Exclusiva que lhe está associada e a extensão da plataforma continental que lhe possa vir a ser reconhecida;
- Desenvolver a capacidade portuária (sobretudo de Sines) como porta de entrada/saída do comércio marítimo ibérico e europeu, com as necessárias correspondências ferroviárias;
- Uma marinha mercante e indústria de reparação/construção naval compatíveis com o quadro económico mundial;
- Desenvolvimento de um centro de ciência (e aplicações tecnológicas) de projecção mundial focado para o aproveitamento e conservação dos oceanos;
- Iniciativa diplomática e investimento no sector das pescas e outros domínios da biologia marinha (contrariando a visão “continental” que a UE muitas vezes tem sobre estas matérias, sobretudo agora sem a Grã-Bretanha);
- Manter a participação activa do país nas alianças defensivas e coligações internacionais atlânticas (NATO), europeias, “ONUsonianas” ou do âmbito da “lusofonia” (CPLP) que envolvam a dimensão naval;

---

<sup>212</sup> Alexandre dos Reis Rodrigues, *Portugal, como potência costeira*, Cadernos Navais 51, Lisboa, CCM, 2019: 11.

- Explorar mais a vertente cultural e histórica da “maritimidade” específica do país, incluindo nos campos da educação e da juventude, dos desportos e actividades recreativas náuticas, e do património;
- Obter e preservar o nível aprovado das capacidades operacionais da Marinha militar.

Fazemos umas derradeiras incursões por análises e pensamentos alheios.

Depois de examinar com detalhe as políticas e estratégias marítimas da Europa e de Portugal, o almirante Rebelo Duarte (1946- ) conclui em tom pouco optimista: «E quanto a Portugal e o seu Mar? A descoberta de novos materiais, territórios, energias e produção de riqueza passa pelos oceanos e pelo espaço. Isto é, quer o nosso, quer o futuro da própria Europa, passam pela “descoberta” de novos territórios e limites para a sua presença, só por si uma autêntica agenda de futuro. Portugal tem algumas capacidades endógenas, pode ter futuro, mas o caminho é estreito e, nele, permanece válida uma regra básica: como em todas as anteriores viragens de ciclo, as organizações, sociedades e países vencedores, serão aqueles que entenderem e assimilarem a nova corrente de conhecimento humano, inerente ao espírito de investigação e inovação, traduzindo-os em ideias e aplicações úteis e geradoras de valor.

Sem interiorizar isto, Portugal não dará o salto para a modernidade, desbaratando o futuro. Era bom que as elites dirigentes se consciencializassem deste terrível desafio, porque só munidos desse sentido poderemos, todos, congeminar, discernir e adquirir a necessária determinação estratégica. A presente conjuntura poderá ser ainda pouco propícia para o desenvolvimento do nosso cluster marítimo, dada a reduzida capacidade de promoção pública, recuada iniciativa privada e aturdida sociedade civil, com as sequelas da crise. Mas o facto de não poder ser hoje, não nos deve diminuir a ambição de realizar amanhã, diferimento que não nos permite distrair da responsabilidade de proteger o que nos pertence e de antecipar o concurso de parceiros internacionais credíveis, que nos habilitem a encurtar o tempo de espera pelo arranque convincente do nosso cluster marítimo ... porque crescer é inadiável. [...]

Já todos lemos centenas ou milhares de artigos acerca do potencial da “economia do mar”, a “economia azul” ou “cluster marítimo”, só que, em termos práticos, o output não passa, quase sempre, de animados debates em conferências e frívolas discussões de assuntos candentes como o das “quotas de sardinha”, quando deveríamos estar a desenvolver planos para o desenvolvimento de uma verdadeira economia azul.»<sup>213</sup>

Por seu lado, fazendo um balanço triste da saída do mar das prioridades do Portugal democrático, o jurista Tiago Pitta e Cunha (1967- ) conclui, por

---

<sup>213</sup> António Carlos Rebelo Duarte, *Políticas e estratégias marítimas da Europa e de Portugal*, Cadernos Navais 48, Lisboa, CCM, 2018: 45.

agora, que o contraste entre a «presença física do mar em Portugal e a sua palidíssima existência enquanto tema político, económico ou académico é a melhor ilustração do paradoxo em que temos vivido nas últimas décadas. Como consequência, em vez de explorado ou navegado, o mar passou a ser apenas contemplado. Não choca por demais, por isso, admitir-se que se chegou ao fim do paradigma do mar e que esse fim ocorreu no tempo da nossa República contemporânea. Neste sentido, pode-se defender a tese de que, estando-se no século XXI, na era da tecnologia, o mar não é mais um factor necessário para o progresso de Portugal. Já o foi, mas esse tempo acabou. Ponto final.»<sup>214</sup>

Mais adiante, detectando também alguns sinais positivos que emergiram nos últimos anos, Pitta e Cunha desenrola o leque de possibilidades que nos estão ainda abertas para o desenvolvimento de uma *economia do mar*: os transportes marítimos e os portos, a construção naval, o turismo náutico e o dos “cruzeiros”, a pesca, a aquacultura, as telecomunicações submarinas, a biotecnologia marinha, o aproveitamento das energias renováveis *off-shore* para a produção de electricidade e a prospecção e exploração da plataforma continental (incluindo a sua geobiologia profunda e as fontes geotermiais), talvez mais além da nossa Zona Económica Exclusiva, etc.<sup>215</sup> No final, o autor diz ainda que «Portugal pode beneficiar de uma clara vantagem competitiva, em virtude dos seus excepcionais condicionalismos geográficos, históricos e, no que não é despreciando, de um valioso *asset branding*, que assenta na boa imagem de marca de Portugal como um país marítimo. Estes três factores – geografia, História e imagem – no contexto das actividades económicas ligadas ao mar valem por si só muito dinheiro, e deveriam valer muito mais para um país que o não tem – como Portugal. Só por eles vale a pena investir no mar.»<sup>216</sup>

A economia não é tudo, longe disso, mas convenhamos que é um factor muito importante.

Conclui-se aqui este exercício, largamente académico. Os actuais e sobretudo os futuros responsáveis do país, das Forças Armadas e da Marinha saberão ajuizar até que ponto as reflexões aqui deixadas poderão ter alguma utilidade para a tomada de decisões que, em nome do Estado e da sociedade, lhes competem por dever institucional.

Ourém, Março de 2021

---

<sup>214</sup> Tiago Pitta e Cunha, *Portugal e o mar* (2001): 31.

<sup>215</sup> Ver Tiago Pitta e Cunha, *op. cit.*, sobretudo págs. 87-123.

<sup>216</sup> Tiago Pitta e Cunha, *op. cit.*: 126.



## Bibliografia

- ABREU, Francisco, *Estratégia - O Grande Debate: Sun Tzu e Clausewitz*, Lisboa, Esfera do Caos, 2006
- AMARAL, Diogo Freitas, *D. Afonso Henriques - Biografia*, [Lisboa], Bertrand, 2000
- ARON, Raymond, *Dix-huit leçons sur la société industrielle*, Paris, Gallimard, 1963
- ARON, Raymond, *L'Opium des intellectuels*, Paris, Calmann-Lévy, 1955
- ARON, Raymond, *Trois essais sur l'âge industrielle*, Paris, Plon, 1966
- A.V., *Seminário 'Uma Marinha de duplo uso'*, Cadernos Navais 22, Lisboa, CCM, 2007
- AYRES, Robert U. & MILLER, Steven M., *Robotics: Applications and Social Implications*, Cambridge, Mass., Ballinger Publishing-Company, 1983
- BARATA, Manuel Themudo & TEIXEIRA, Nuno Severiano dirs., *Nova História Militar de Portugal - Vol. I*, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2003
- BARRETO, Luís Filipe, *Lavrar o Mar: Os Portugueses e a Ásia - c.1480-c.1630*, Lisboa, CNCDP, 2000
- BARROS, Amândio Jorge Morais, "O Porto e a construção dos navios de Vasco da Gama", in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques - Vol. 1*, Porto, FLUP, 2006: 131-141
- BAUMAN, Zygmunt, *Liquid Times: Living in an Age of Uncertainty*, Cambridge, UK, Polity Press, 2006
- BECK, Ulrich, *The Risk Society: Towards a New Modernity*, Munchen, Univ. M., 1992
- De BELOT, R., *La mer dans un conflit futur: Évolution de la stratégie navale*, Paris, Payot, 1958
- BERTOLDI, Silvio, *Salò: Vita e morte della Repubblica Sociale Italiana*, Milano, Club Italiano dei Lettore, 1977
- BETHENCOURT, Francisco & CHAUDHURI, Kirti dirs., *História da Expansão Portuguesa - Vol. I*, sl, Círculo de Leitores, 1998
- BOAVIDA, Joaquim Gromicho, *O Porta-Aviões, rei dos mares*, Lisboa, Ed<sup>a</sup> Marítimo-Colonial, 1946
- BORGES, João Vieira, "A segurança e defesa no 'mundo novo em mudança'", in Telo, Borges & Pires, *Dar uma Razão à Força e uma Força à Razão*, Alcochete, Nexo, 2018
- BOUTHOU, Gaston, *Traité de Polémologie: Sociologie des guerres*, Paris, Payot, 1970
- CABRAL, Manuel Villaverde, GARCIA, José Luís & JERÓNIMO, Helena Mateus, orgs., *Razão, Tempo e Tecnologia - Estudos em Homenagem a Hermínio Martins*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2006
- CAGLE, Malcom W. & MANSON, Frank A., *The Sea War in Korea*, Annapolis, Maryland, US Naval Institute, 1957
- CAJARABILLE, Victor, "A Marinha de duplo uso: o caso português", in *Seminário 'Uma Marinha de duplo uso'*, Cadernos Navais 22, Lisboa, CCM, 2007
- CAJARABILLE, Victor Lopo, "A Constituição da República e a Marinha de duplo uso", *Jornal de Defesa e Relações Internacionais*, 2.Fev.2013 (on line)
- CAJARABILLE, Victor Lopo, "Marinha, Armada, Marinha de Guerra Portuguesa", *Revista da Armada*, n<sup>o</sup> 430, 2009: 11-13



CANN, John P., *Contra-Insurreição em África: O Modo Português de Fazer a Guerra, 1961-1974*, Rana, Atena, 1998

CANN, John P., *A Marinha em África: Angola, Guiné e Moçambique - Campanhas Fluviais, 1961-1974*, Lisboa, Prefácio, 2009

CARREIRAS, Helena, *Gender and the Military: Women in the Armed Forces of Western Democracies*, London, Routledge, 2006

CARRILHO, Maria, *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Séc. XX*, Lisboa, IN-CM, 1985

CASTELS, Manuel, *The Information Age*, 3 Vols., Malden, Mass./Oxford, UK, Blackwell, 1996, 1997 e 1998

CLARK, Wesley K., *Vencer as Guerras Modernas: Iraque, Terrorismo e o Império Americano*, Lisboa, Temas e Debates, 2004 (trad. Artur Lopes Cardoso de orig. amer. 2003)

CLASTRES, Pierre, *La Société contre l'État*, Paris, Minuit, 1974

Von CLAUSEWITZ, Carl, *Vom Kriege* (Da Guerra), 1832. Há tradução portuguesa, *Da Guerra*, Lisboa, Perspectivas & Realidade, 1976 (a partir de uma versão inglesa de 1873)

Von CLAUSEWITZ, Carl, *Teoria do Combate* (c/ estudo e notas de Pedro Pezarat Correia, trad. de José Bóia), Lisboa, Sílabo, 2005

COELHO, António Borges, *Comunas ou Concelhos*, Lisboa, Prelo, 1973

COELHO, António Borges, *A Revolução de 1383: tentativa de caracterização, importância histórica*, Lisboa, Portugália, 1965

CORREIA, Pedro de Pezarat, *Guerra e Sociedade*, Lisboa, Ed. 70, 2017

CORREIA, Pedro de Pezarat, *Manual de Geopolítica e Geoestratégia – Vol. I*, Coimbra, Almedina/CES, 2010

CORTESÃO, Jaime, *A Política de Sigilo nos Descobrimientos*, Lisboa, IN-CM, 1997 (ed. orig. 1960)

COSTA, Adelino Rodrigues da, *A Marinha de Goa e outros ensaios náuticos*, Lisboa, Ed. Culturais da Marinha, 2009

COUTO, Abel Cabral, "Uma nova base conceptual para a estratégia", in António Horta Fernandes, Francisco Abreu e outros, *Pensar a Estratégia – do político-militar ao empresarial*, Lisboa, Sílabo, 2004, Posfácio: 215-230

CROZIER, Michel, *On ne change pas la société par décret*, Paris, Grasset/Fasquelle, 1979

CUNHA, Tiago Pitta e, *Portugal e o Mar: À Redescoberta da Geografia*, Lisboa, Fund. FMS, 2011

DAHRENDORF, Ralf, *Reflexões sobre a Revolução na Europa*, Lisboa, Gradiva, 1993 (ed. orig. ingl. 1990).

DOMINGUES, Francisco Contente, "Da exploração do Atlântico à demanda do Oriente", in Bethencourt & Chaudhuri dirs., *História da Expansão Portuguesa - Vol. I*, sl, Círculo de Leitores, 1998: 62-72

DUARTE, António Carlos Rebelo, *Políticas e estratégias marítimas da Europa e de Portugal*, Cadernos Navais 48, Lisboa, CCM, 2018

ENGELS, Friederich, *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, Lisboa, Presença, 1976, 3ª ed. (trad. de H. Chaves: ed. orig. alemã 1884)

FERNANDES, António Teixeira. *Os Fenómenos Político: Sociologia do Poder*, Porto, Afrontamento, 1988

FERNANDES, António Horta, *O 'Homo strategicus' ou a ilusão de uma razão estratégica?*, Lisboa, Cosmos/IDN, 1998

FERNANDES, José Pedro Teixeira, "A Cibernética como nova dimensão dos conflitos do século XXI", *Relações Internacionais*, nº 33, Lisboa, IPRI, Março 2012: 53-69

FREIRE, João, *Homens em Fundo Azul Marinho*, Oeiras, Celta, 2003

FREIRE, João, *Jornal da Marinha*, Lisboa, Colibri, 2016

FREITAS, Judith A. Gonçalves de, *O Estado em Portugal (Séculos XII-XVI)*, Lisboa, Alêtheia, 2012.

FUKUYAMA, Francis, *O Fim da História e o Último Homem*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 1992 (trad. Maria Goes de orig. amer. 1992)

GASPAR, Carlos, *A Balança da Europa*, Lisboa, Alêtheia, 2017

GASPAR, Carlos, "Notas sobre a posição internacional sobre os pequenos e médios Estados", in José Jorge Letria org., *Pequenos e Grandes Estados* (Actas dos V Cursos Internacionais de Verão de Cascais), Cascais, Câmara Municipal, 1999: 89-99

GASPAR, Carlos, *Raymond Aron e a Guerra Fria*, Lisboa, Alêtheia, 2018

GASPAR, Carlos, *O Regresso da Anarquia: Os Estados Unidos, a Rússia, a China e a ordem internacional*, Lisboa, Alêtheia, 2019

GELLNER, Ernest, *Nações e Nacionalismo*, Lisboa, Gradiva, 1983 (trad. Inês Vaz Pinto)

GIAP, Vo Nguyen, *Guerre du peuple, armée du peuple*, Paris, Maspero, 1968

GIL, José, *Portugal hoje: o medo de existir*, Lisboa, Relógio d'Água, 2004

GODINHO, Vitorino Magalhães, *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos*, Lisboa, Sá da Costa, 1962

HOBBSBAWM, Eric J., *Nations and Nationalism since 1780; programme, myth, reality*, Cambridge, UK, C. Univ. Press, 1990

HO CHI MINH, *Œuvres choisies (1922-1967)*, Paris, Maspero, 1967

HUNTINGTON, Samuel P., *O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*, Lisboa, Gradiva, 2001 (trad. Henrique M. L. Ribeiro de orig. ingl. de 1996)

JANOWITZ, Morris, *The professional soldier*, New York, Free Press, 1971

JUDT, Tony, *Um tratado sobre os nossos actuais descontentamentos*, Lisboa, Ed. 70, 2015 (trad. Marcelo Felix do orig. ingl. 2010)

KEEGAN, John, *Uma História da Guerra*, Lisboa, Tinta-da-China, 2009 (trad. Mariana P. Santos e Pedro S. Pereira; ed. orig. ingl. 1993)

KENNEDY, Paul, *Ascensão e Queda das Grandes Potências – 2 Vols.*, Mem-Martins, Europa-América, 1990 (trad. Teresa González de orig. ingl. 1987)

KENNEDY, Paul, *Desafios para o Século XXI – 2 Vols.*, Mem-Martins, Europa-América, 1993-1994 (trad. Loureiro Cadete de orig. ingl. 1993)

LAURET, Pedro, *A Marinha de Guerra Portuguesa, do fim da II Guerra Mundial ao 25 de Abril de 1974*, Vila do Conde, Verso da História, 2015

LETRIA, José Jorge org., *Pequenos e Grandes Estados* (Actas dos V Cursos Internacionais de Verão de Cascais), Cascais, Câmara Municipal, 1999

LIPOVETSKY, Giles, *L'Ère du vide: essais sur l'individualisme contemporain*, Paris, Gallimard, 1983. Trad. portuguesa *A Era do Vazio: Ensaio sobre o individualismo contemporâneo*, Lisboa, Relógio d'Água, 1989 (trad. Miguel Serras Pereira e Ana Luísa Faria)

LOURENÇO, Eduardo, *Os militares e o poder – seguido de O fim de todas as guerras e a guerra sem fim*, Lisboa, Gradiva, 2013 (o texto inicial foi originalmente publicado em 1975)

LYOTARD, Jean-François, *La condition postmoderne*, Paris, Minuit, 1979. Trad. portuguesa *A Condição Pós-Moderna*, Lisboa, Gradiva, 1989, 2ª ed. (trad. José Bragança de Miranda)

MAO TSE-TOUNG, *Citations du Président Mao Tse-Toung*, Pékin, Éditions en Langues Étrangères, 1966

MAQUIAVEL, Nicolau, *O Príncipe* (comentado por Napoleão Bonaparte; trad. Fernanda Pinto Rodrigues), Mem-Martins, Europa-América, 2ª ed. 1976

MAQUIAVEL & FREDERICO, *O Príncipe – O Anti-Maquiavel* (trad. e prómio de Carlos Soveral), Lisboa, Edª Guimarães, 1955

MARQUES, Manuel Silvério & OLIVEIRA, António Braz de, *Medicine in the tropics: decoding José Pinto de Azeredo's: Essays on Fevers and other manuscripts*, Med Tropics, 2011

MARQUES, Viriato Soromenho Marques, *Metamorfoses. Entre o Colapso e o Desenvolvimento Sustentável*, Mem-Martins, Europa-América, 2005

MARTINS, Rogério, *Caminho de País Novo*, Lisboa, se, 1970

MATOS, Luís Salgado de, *Como Evitar Golpes Militares* (pref. de Jorge Sampaio), Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2008

MATOS, Luís Jorge Semedo de, "A navegação: os caminhos de uma ciência indispensável", in Bethencourt & Chaudhuri, dirs., *História da Expansão Portuguesa - Vol. I*, sl, Círculo de Leitores, 1998: 72-87

MATTOSO, José, *História de Portugal – Vols. I e II*, sl, Círculo de Leitores, 1992-1993

MIKSCHÉ, F. O., *A Guerra Relâmpago* (trad. A. Casimiro Gomes e J. Cruz Ribeiro), Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1943

MIKSCHÉ, F. O., *Secret Forces: The Technique of Underground Movements*, London, Faber & Faber, 1950

MONIZ, Júlio Botelho, *Visões Estratégicas no Final do Império*, Lisboa, Tribuna da História, 2007

MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *Elites e Poder: Entre o Antigo Regime e o Liberalismo*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2003

MONTEIRO, Luís Nuno da Cunha Sardinha, "Guerras de 4ª geração", *Revista Militar*, n.º 2591, Dez. 2017: 1001-1014

MONTEIRO, [Luís] Nuno [da Cunha] Sardinha, "Poder Naval no séc. XXI: a morte de Mahan e a vingança de Corbett", *Anais do Clube Militar Naval*, Ano 139, Jul.-Set. 2009: 373-408

MONTEIRO, [Luís] Nuno [da Cunha] Sardinha & MOURINHA, António Anjinho, "A marinha de duplo uso e a pós-modernidade na utilização do poder marítimo", *Anais do Clube Militar Naval*, Ano 140, Jul.-Set. 2010: 415-447

MONTENEGRO, Maria da Soledade, "Uma escola médica em Luanda", *Boletim do Instituto de Angola*, nº 12, 1959

MOREIRA, Adriano, *A Circunstância do Estado Exíguo*, Loures, Diário de Bordo, 2009 (2ª ed.).

MOREIRA, Carlos Diogo, *Populações Marítimas em Portugal*, Lisboa, ISCSP, 1987

MOSKOS, Charles C. & WOOD, Frank R. orgs., *Military: more than just a job?*, Washington, Pargamon, 1988

NACHIN, L., *Sun Tse et les Anciens Chinois*, Paris, Berger-Levrault, 1948

NEVES, João Pires, "As Forças Armadas e as Missões de Interesse Público", *Jornal de Defesa e Relações Internacionais*, on line, Novembro 2015

NOGUEIRA, José Manuel Freire, *A Geopolítica no início do Século XXI: A América do Sul em contexto*, Curitiba, CRV, 2018

NOGUEIRA, José Manuel Freire, *O Método Geopolítico Alargado*, Lisboa, IESM, 2011

NOLTE, Ernst, *La guerre civile européenne: National-socialisme et bolchevisme, 1917-1945*, Paris, Perrin, 2011

NOVINSKY, Anita, "Papel dos Judeus nos Grandes Descobrimentos", *Revista Brasileira de História*, São Paulo, Vol. 11, nº 21, Set.-Fev. 1990-1991: 65-75

OLIVEIRA, Arlindo, *Inteligência artificial*, Lisboa, Fund. FMS, 2019

OLIVEIRA, Hermes Araújo de, *Guerra Revolucionária*, Lisboa, se, 1960

PADGEN, Anthony, *Povos e Impérios: Breve história, grandes temas*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2003 (trad. Ana Barradas de orig. ingl. 2001)

PAULO, Jorge Manuel Pereira da Silva, *Autoridade Marítima ou Autoridade da Marinha? A Vertente Institucional da Autoridade Marítima em Democracia* (tese de doutoramento em Políticas Públicas), Lisboa, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, 2019

PAULO, Jorge [Manuel Pereira da] Silva, *A Autoridade Marítima Nacional*, Lisboa, Chiado, 2015

PEDROSA, Fernando Gomes, *Os Homens dos Descobrimentos e da Expansão Marítima*, Cascais, Câmara Municipal, 2000

PEREIRA, José António Rodrigues, *Marinha Portuguesa: Nove Séculos de História*, Lisboa, Comissão Cultural de Marinha, 2010

PEREIRA, Miguel Baptista, *Modernidade e Secularização*, Coimbra, Almedina, 1990

PINA, Luís Maria da Câmara, "Ideia geral do valor estratégico do conjunto Guiné-Cabo Verde e da ilha de S. Tomé" in AV, *Cabo Verde, Guiné, São Tomé e Príncipe* (Curso de Extensão Universitária, ano lectivo de 1965-66), Lisboa, ISCSPU, 1966: 697-719

PINTO, António Costa, *O Regresso das Ditaduras?*, Lisboa, Fund.FMS, 2021

PINTO, Jaime Nogueira, *Ideologia e Razão de Estado: Uma história do Poder*, Lisboa, Civilização, 2013

PUREZA, José Manuel org., *Para uma Cultura da Paz*, Coimbra, Quarteto, 2001 RIBEIRO, António da Silva, *Metodologia dos Estudos Marítimos*, Cadernos Navais 54, Lisboa, CCM, 2019

RIBEIRO, António da Silva, *Metodologia dos Estudos Marítimos*, Cadernos Navais 54, Lisboa, CCM, 2019

RODRIGUES, Alexandre dos Reis, *O Pensamento de Defesa em Portugal*, Cadernos Navais 58, Lisboa, CCM, 2020

RODRIGUES, Alexandre dos Reis, *Portugal, como potência costeira*, Cadernos Navais 51, Lisboa, CCM, 2019

RODRIGUES, Cristina, *Portugal e a Organização Internacional do Trabalho*, Porto, Afrontamento, 2013

RUSSEL-WOOD, A. J. R., *O Império Português 1415-1808: O Mundo em Movimento*, Lisboa, Clube do Autor, 2016 (trad. Isabel Jardim de orig. amer. 1992)

S.A., *700 anos - Almirante Pessanha*, Lisboa, Academia de Marinha, 2017

SANTOS, José Alberto Loureiro dos, *História Concisa de como se faz a guerra*, Mem-Martins, Europa-América, 2010

SNOWDEN, Edward, *Vigilância Massiva Registo Permanente*, Lisboa, Planeta, 2019 (trad. Mário Dias Correia de orig. amer. 2019)

STEINER, George, *A Ideia de Europa*, Lisboa, Gradiva, 3ª ed. 2006 (trad. Mª Fátima St. Aubyn de orig. ingl. 2004)

TELO, António José, BORGES, João Vieira & PIRES, Nuno Lemos, *Dar uma Razão à Força e uma Força à Razão*, Alcochete, Nexø, 2018

TOCQUEVILLE, Alexis de, *O Antigo Regime e a Revolução*, Lisboa, Fragmentos, 1989 (trad. Laurinda Bom)

TOCQUEVILLE, Alexis de, *A Democracia na América*, Lisboa, Estúdios Cor, 1972 (trad. Franco de Sousa)

VASCONCELOS, Jorge, *A Energia em Portugal*, Lisboa, Fund. FMS, 2019

VICENTE, Maria da Graça, *Povoamento e Propriedade: Entre o Zêzere e o Tejo (séc. XII-XIV)*, Lisboa, Colibri/Academia Portuguesa de História, 2015

WALLERSTEIN, Immanuel, *O Sistema Mundial Moderno*, 2 vols., Porto, Afrontamento, 1990 e 1996

WALTZ, Kenneth N., *O Homem, o Estado e a Guerra: Uma análise teórica*, São Paulo, Martins Fontes, 2004

ZIPPELIUS, Reinhold, *Teoria Geral do Estado*, Lisboa, F. C. Gulbenkian, 2ª ed., 1971

# CADERNOS NAVAIS

## Volumes Publicados

- 1. A Marinha e a Revolução nos Assuntos Militares**  
Vice-Almirante António Emílio Sacchetti
- 2. Papel das Marinhas no Âmbito da Política Externa dos Estados**  
Contra-Almirante Victor Manuel Lopo Cajarabille
- 3. Conceito Estratégico de Defesa Nacional**  
Vice-Almirante António Emílio Sacchetti,  
Contra-Almirante Victor Manuel Lopo Cajarabille
- 4. O Contexto do Direito do Mar e a Prática da Autoridade Marítima**  
Dr. Luís da Costa Diogo
- 5. Considerações sobre o Sistema de Forças Nacional**  
Vice-Almirante Alexandre Reis Rodrigues
- 6. Portugal e a sua Circunstância**  
Professor Doutor Adriano Moreira,  
Vice-Almirante António Emílio Sacchetti,  
Dr. João Soares Salgueiro,  
Professora Doutora Maria do Céu Pinto,  
Professora Doutora Maria Regina Flor e Almeida
- 7. O Poder Naval. Missões e Meios**  
Capitão-de-Mar-e-Guerra Carlos Néilson Lopes da Costa
- 8. Sobre o Vínculo do Militar ao Estado-Nação. Breve Abordagem Filosófico-Estatutária**  
Segundo-tenente Carla Cristina Martins Pica
- 9. Portugal e os EUA nas Duas Guerras Mundiais: a Procura do Plano Bi-Lateral**  
Prof. Dr. José Medeiros Ferreira
- 10. A Estratégia Naval Portuguesa**  
Vice-Almirante António Emílio Sacchetti,  
Professor Doutor António José Telo,  
Vice-Almirante Magalhães Queiroz,  
Almirante Vieira Matias,  
Contra-Almirante Lopo Cajarabille,  
Capitão-de-fragata Marques Antunes,

Dr. Nuno Rogeiro,  
Vice-Almirante Ferreira Barbosa,  
Dr. Tiago Pitta e Cunha,  
Vice-Almirante Reis Rodrigues,  
Contra-Almirante Melo Gomes,  
Vice-Almirante Alexandre Silva Fonseca,  
Vice-Almirante Pires Neves,  
Vice-Almirante Rebelo Duarte

**11. O Direito Humanitário, as Regras de Empenhamento e a Condução das Operações Militares**

Capitão-de-Mar-e-Guerra José Manuel Silva Carreira

**12. As Forças Armadas e o Terrorismo**

Contra-Almirante José Augusto de Brito

**13. O Mar, um Oceano de Oportunidades para Portugal**

Almirante Vieira Matias

**14. Opções Estratégicas de Portugal no Novo Contexto Mundial**

Professor Doutor Ernani Lopes,  
Professor Doutor Manuel Lopes Porto,  
Dr. João Salgueiro,  
Professor Doutor José Carlos Venâncio,  
Dr. Salgado Matos,  
Dr. Félix Ribeiro,  
Professor Doutor Fernando Santos Neves,  
Dr. Joaquim Aguiar,  
Professor Doutor Adriano Moreira

**15. A Security em âmbito marítimo. O Código ISPS**

Dr. Luís Manuel Gomes da Costa Diogo,  
Capitão-tenente José António Velho Gouveia

**16. O Mediterrâneo, Geopolítica e Segurança Europeia**

Vice-Almirante António Emílio Ferraz Sacchetti

**17. As Grandes Linhas Geopolíticas e Geoestratégicas da Guerra e da Paz**

Capitão-tenente José António Zeferino Henriques

**18. A NATO e a Política Europeia de Segurança e Defesa. Em Colisão ou em Convergência?**

Vice-Almirante Alexandre Reis Rodrigues

**19. Segurança e Cidadania. Conceitos e Políticas**

Dr. António Jorge de Figueiredo Lopes

- 20. Continentalidade e Maritimidade**  
A Política Externa dos Impérios e a Política Externa da China  
Professor Doutor António Marques Bessa
- 21. O Poder na Relação Externa do Estado**  
Professor Doutor Luís Fontoura,  
Embaixador Leonardo Mathias
- 22. Seminário “Uma Marinha de Duplo Uso”**  
Intervenções dos Conferencistas
- 23. A Definição de Agressão da Assembleia-Geral das Nações Unidas:  
História de uma Negociação**  
Dr.ª Maria Francisca Saraiva
- 24. Uma Visão Estratégica do Mar na Geopolítica do Atlântico Coordenadores:**  
Professor Doutor António Marques Bessa,  
Professor Doutor Pedro Borges Graça
- 25. A Europa da Segurança e Defesa**  
Vice-Almirante António Rebelo Duarte
- 26. 1º Simpósio das Marinhas dos Países de Língua Portuguesa**
- 27. Formulação da Estratégia Naval Portuguesa. Modelo e processo**  
Contra-Almirante António Silva Ribeiro
- 28. O Sistema de Planeamento de Forças Nacional. Implicações da Adopção do Modelo de Planeamento por Capacidades.**  
Capitão-de-Mar-e-Guerra Carlos César Martinho Gusmão Reis Madeira
- 29. Reflexões sobre o Mar**  
Uma Homenagem ao Vice-Almirante António Emílio Ferraz Sacchetti  
Almirante Fernando Melo Gomes,  
Professor Doutor Adriano Moreira,  
Vice-Almirante António Ferraz Sacchetti,  
Almirante Nuno Vieira Matias,  
Vice-Almirante Victor Lopo Cajarabille
- 30. A “Guerra às Drogas”**  
Capitão-de-Mar-e-Guerra J. Margalho Carrilho
- 31. Contributos para uma caracterização da Geopolítica Marítima de Portugal**  
Primeiro-tenente Humberto Santos Rocha



- 32. 60 anos da Aliança Atlântica. Perspectivas navais**  
Almirante Fernando José Ribeiro de Melo Gomes,  
Vice-Almirante José Carlos Lima Bacelar
- 33. A Plataforma Continental Portuguesa e o Hypercluster do Mar**  
Vice-Almirante Victor Lopo Cajarabille,  
Vice-Almirante António Rebelo Duarte,  
Dr.<sup>a</sup> Patrícia Viana Afonso
- 34. Estratégia Naval Portuguesa - O processo, o contexto e o conteúdo**  
Contra-Almirante António Silva Ribeiro,  
Capitão-de-Mar-e-Guerra Francisco Braz da Silva,  
Capitão-de-Mar-e-Guerra Jorge Novo Palma,  
Capitão-de-fragata Nuno Sardinha Monteiro
- 35. O Papel da União Europeia e da União Africana na Prevenção e Gestão de Conflitos em África**  
Capitão-de-Mar-e-Guerra Edgar Marcos Bastos Ribeiro
- 36. Oxigénio e medicina subaquática e hiperbárica. Perspectiva histórica e realidade militar em Portugal**  
Capitão-de-Mar-e-Guerra José de Gouveia de Albuquerque e Sousa
- 37. Liderança e exercício de comando contributos**  
Capitão-de-fragata Francisco José Costa Pereira,  
Capitão-de-Mar-e-Guerra Henrique Eduardo de Gouveia e Melo,  
Capitão-tenente Pedro Eduardo Fernandes Fonseca
- 38. O Papel das Forças Armadas nas Operações Inter-Agências de Combate às Ameaças Emergentes em Portugal**  
Capitão-de-Mar-e-Guerra Jorge Novo Palma
- 39. Espaços Marítimos sob Soberania ou Jurisdição Nacional. Um Modelo para Potenciar o Exercício da Autoridade do Estado no Mar**  
Capitão-de-Mar-e-Guerra António Manuel de Carvalho Coelho Cândido
- 40. Os Media como Vectores na Prossecução dos Objectivos Estratégicos das Forças Armadas**  
Capitão-de-Mar-e-Guerra Vladimiro José das Neves Coelho
- 41. O combate à pirataria marítima**  
Vice-almirante Alexandre Daniel Cunha Reis Rodrigues

**42. Conceitos e Tecnologia das Operações Navais: da II Guerra Mundial aos nossos dias**

Almirante Fernando José Ribeiro de Melo Gomes,  
Capitão-de-fragata Armando José Dias Correia

**43. A Plataforma Continental Portuguesa. Análise do Processo de Transformação do Potencial Estratégico em Poder Nacional**

Capitão-tenente Jaime Carlos de Vale Ferreira da Silva

**44. A Maritimidade Portuguesa: Do Reavaliar da Consciência à Oportunidade de Desenvolvimento**

Vice-almirante Ref João Manuel Lopes Pires Neves,  
Vice-Almirante Ref António Carlos Rebelo Duarte

**45. Mahan. 7 Virtudes e 7 Pecados**

Capitão-de-fragata Nuno Sardinha Monteiro

**46. O Processo Estratégico na Marinha**

Almirante António Silva Ribeiro

**47. Vis per Mare**

**Breve análise das obras de alguns autores contemporâneos sobre poder no mar**

Capitão-de-mar-e-guerra Nuno Sardinha Monteiro

**48. Políticas e Estratégias Marítimas da Europa e de Portugal**

Vice-Almirante Ref. António Carlos Rebelo Duarte

**49. Centro de Decisão de Alcance Global em Contexto Marítimo**

Dr. Miguel Marques

**50. O mar em perspetiva**

Professor Doutor Adriano Moreira

**51. Portugal, como potência costeira**

Vice-almirante Alexandre Reis Rodrigues

**52. A segurança do ciberespaço em Portugal e no setor marítimo**

Contra-almirante António Gameiro Marques

**53. Uma Marinha útil e minimamente significativa**

Vice-Almirante Gouveia e Melo

**54. Metodologia dos estudos marítimos**

Almirante António Silva Ribeiro

**55. As Forças Armadas e a sua capacidade para o empenhamento em cenários complexos de assistência humanitária**

Capitão-de-mar-e-guerra Carlos Osvaldo Rodrigues Campos

**56. A evolução da saúde em Portugal.**

**O papel da saúde militar**

Contra-almirante Médico Naval Menezes Cordeiro

**57. O conhecimento científico do oceano. Instituto Hidrográfico, conhecer o mar para que todos o possam usar.**

Contra-almirante Carlos Ventura Soares

**58. O pensamento de Defesa em Portugal**

Vice-almirante Alexandre Reis Rodrigues

**59. O Ciclo de Vida dos Navios Militares**

Contra-almirante Engenheiro Construtor Naval (Ref) Victor Gonçalves de Brito

**Nota:** Os Cadernos Navais encontram-se disponíveis na internet, no portal da Marinha, sob o título Estudos e Reflexões: <http://www.marinha.pt/pt/a-marinha/estudos-e-reflexoes/cadernos-navais/Paginas/default.aspx>

